

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Leonardo Soares Barbosa

**O QUINTO IMPÉRIO: PRAGMATISMO E PROFECIA NOS ESCRITOS DE PADRE
ANTÔNIO VIEIRA**

Juiz de Fora
2010

Leonardo Soares Barbosa

**O Quinto Império: profecia e pragmatismo
nos escritos de padre Antônio Vieira**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História na área de concentração: Narrativas, Imagens e Sociabilidades, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Helena Domingues

Juiz de Fora
2010

Barbosa, Leonardo Soares.

O Quinto Império: pragmatismo e profecia nos escritos de padre Antônio Vieira. -- 2010.
95 f.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1.[Vieira, Antonio - Padre, S.I - 1608-1697](#). 2.
Pragmatismo. Título.

CDU 869.0-522:252VIEIRA

Leonardo Soares Barbosa

O Quinto Império: pragmatismo e profecia nos escritos de padre Antônio Vieira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação História, na área de concentração: Narrativas, Imagens e Sociabilidades, da Faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 05 de Fevereiro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Beatriz Helena Domingues (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª. Dr. Leandro Garcia Pinho
Fundação São José

Prof. Dr. Luiz Felipe Silvério Lima
Universidade Federal de São Paulo

Prof^ª. Dra. Silvana Mota Barbosa
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho especialmente à minha mãe que, infelizmente não pôde estar comigo desde os onze anos de idade, mas onde quer que ela se encontre, está feliz com esta conquista de seu filho, que nunca deixou de amá-la. Obrigado mãe por me criar e me inspirar sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que tudo criou e me deu a oportunidade de viver. Sem ele, não seria possível completar este árduo trabalho.

Aos meus familiares, que estiveram muito presentes nesta luta e que me ajudaram a enfrentar os mais difíceis obstáculos para passar por esta etapa da vida.

A meu pai, nunca deixou de buscar realizar a difícil tarefa de ser pai e mãe ao mesmo tempo.

Em especial a minha falecida mãe, que nunca deixou de me amar e que me gerou e me criou muito bem. Por isso grande parte deste trabalho eu dedico a ela com muita emoção.

E também aos meus irmãos Gláucia e Maurício, que estiveram sempre ao meu lado me dando apoio mesmo a distância.

Ao amor da minha vida, minha noiva Isabella, que me apoiou em todos os momentos durante os sete anos de namoro, me ajudando em tudo o que precisava para a execução do trabalho e estando sempre ao meu lado com seu carinho, ternura e atenção constante.

A minha orientadora Beatriz, com um incentivo constante ao trabalho e com elogios gratificantes, fazendo com que eu nunca desanimasse. A Bia foi como uma mãe no quesito ensinar e apoiar. Além disso, foi ela que me proporcionou a minha primeira e única bolsa de iniciação científica na Universidade Federal de Juiz de Fora, me estimulando a produção de artigos científicos e também a um bom projeto para o mestrado.

Aos meus amigos do peito que, com sua amizade, puderam me ouvir nas horas em que eu precisei desabafar e por jamais me deixarem de mau humor, estendendo o braço na hora certa.

Em especial ao Alberto, que nunca deixou de ceder sua casa para que eu pudesse repousar nos momentos em que não queria ficar em minha casa; ao Zé Rui, pela sua serenidade; ao Thiago, por sempre acreditar em mim e jamais me deixar desamparado, principalmente em BH.

Aos colegas de curso, que me ajudaram nas dúvidas frequentes e também a trabalhar em conjunto, sempre dispostos a me ajudar e a “quebrar o galho” quando precisei e não me “deixar na mão”.

Ao Projeto Universidades Renovadas (PUR) que me aproximou mais de Deus e de novos amigos e me trouxe um enorme aprendizado, principalmente na união da fé e razão.

Aos membros da banca da Dissertação de mestrado Leandro Garcia Pinho, que me ajudou bastante na minha qualificação com sugestões interessantes e utilizadas no trabalho e ao Luiz Felipe Silvério Lima, que não esteve presente em minha qualificação, mas aceitou o convite de vir de São Paulo para participar de minha banca em Juiz de Fora.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora pelos bons conselhos, instruções e esclarecimentos. Em especial ao professor Galba di Mambro, que me proporcionou o meu primeiro estágio na UFJF, a Cláudia Viscardi, que me ofereceu o primeiro estágio remunerado na PROPESQ e ao Ignácio Godinho, do qual eu me tornei monitor.

A coordenação da pós-graduação.

A secretária da pós-graduação Ana Mendes que sempre esteve pronta a ajudar com eficiência e disposição.

A Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Departamento de História.

Aos órgãos financiadores deste projeto, FAPEMIG E CAPES.

RESUMO

Mostram-se neste trabalho as bases proféticas de Vieira que permitiram fazer uma análise do seu projeto imperial, especificamente do Quinto Império. Neste contexto, obras proféticas como a *Clavis Profetarum*, a *Apologia das coisas profetizadas* e principalmente a *História do Futuro* foram úteis nesta empreitada. Tomando como ponto de referência este último escrito, observei que a obra de Vieira deve ser enxergada em uma unidade e não em partes fragmentadas. O veio que une os escritos do jesuíta é a sua profecia, principalmente a referente ao Quinto Império. A busca desta concretização o move a tomar muitas decisões práticas dentro e fora do reino luso. Estas ações, muitas vezes explicitamente políticas, estão expressas em alguns de seus escritos (o *Papel Forte*, por exemplo), demonstrando o seu verdadeiro anseio de transformar o reino português no tão sonhado Quinto Império do mundo.

Palavras-chave: Antônio Vieira. Quinto Império. Profecia. Pragmatismo.

ABSTRACT

This study intends to show the prophetic bases of Vieira that allowed to make an analysis of his imperial project, specifically from the Fifth Empire. In this context, prophetic works like the *Clavis Profetarum*, the *Apologia das coisas profetizadas* and the *História do Futuro* were helpful in this research. Starting from this last writing, I observed that Vieira's work should be seen uniquely and not as fragmented parts. The tie that unites the jesuit's writing is his prophecy, mainly the one that refers to the Fifth Empire. The search for this concretization moves him to take many practical decisions inside and outside of the Portugal kingdom. These actions, many times explicitly political, are expressed in some of his writings (the *Papel Forte*, for example), demonstrating his real desire to promote changes in the Portugal kingdom in the so dreamed Fifth Empire.

Key-words: Antônio Vieira. Fifth Empire. Prophecy. Pragmatism.

SUMÁRIO

1

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O PROFETISMO DE VIEIRA	16
2.1 Vieira e a História do Futuro	19
2.1.1 O método de Vieira	24
2.1.2 Descobrir, profetizar e conhecer: o Quinto Império do mundo.....	27
3 VIEIRA E A SUA BASE PROFÉTICA ACERCA DO QUINTO IMPÉRIO.....	32
3.1 A interpretação da História profética vieirina: novidade e/ou influência de autores antigos?	32
3.2 Vieira e os “Encobertos”: D. João IV ou D. Sebastião?.....	37
3.2.1 D. João.....	40
3.2.2 D. Sebastião.....	43
3.2.3 A visão de Vieira de acordo com a ocasião.....	47
3.3 Vieira e a Clavis Profetarum	48
4 PROFETISMO E PRAGMATISMO EM VIEIRA.....	53
4.1 Os judeus e o Quinto Império.....	54
4.2 Profetismo e pragmatismo no Papel Forte.....	66
4.2.1 Papel Forte: prática política ou ambição profética?	67
4.2.2 Pernambuco e o imaginário popular: a invasão holandesa no nordeste	74
4.3 O objetivo prático de Vieira: a conservação do reino português.....	77
5 CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está inserido em um trabalho maior que tem por objetivo a análise de alguns escritos do padre Antônio Vieira, em especial a *História do Futuro*¹, uma obra profética do jesuíta que venho estudando desde a graduação², alguns sermões³, Cartas⁴ e Papéis Vários.⁵ A idéia é estabelecer uma conexão entre eles a partir de determinados temas e/ou predições presentes nestes documentos. Pretendo avaliar a obra vieiriana enquanto uma unidade, abordando as profecias do jesuíta acerca do futuro Quinto Império⁶ a ser instaurado em Portugal. Minha hipótese é que, embora esta temática não apareça explicitamente em alguns destes textos, provavelmente esteve por trás das principais ações políticas de Vieira e refletiam este anseio profético em que ele depositou tantas esperanças ao longo de toda a sua vida.

Após algumas considerações sobre o profetismo vieiriano, fiz uma pequena revisão bibliográfica sobre este tema, contrapondo a visão de autores que abordaram a obra vieiriana em blocos temáticos, conforme as situações vividas por ele,⁷ com a de autores, como Alcir Pécora, que enxergam a obra de Vieira em uma unidade retórica-política-teológica, visão convergente com a que adoto neste trabalho. Como Pécora, entendo não ser possível separar cada momento da vida do jesuíta como tendente a um tipo de escrita ou comportamento vivenciado por ele.

A *História do Futuro* é a obra inicial que abordo neste texto, e que serve de guia para este trabalho, pelo conteúdo profético e também esclarecedor das profecias de Vieira. Coloco

¹ A edição aqui utilizada desta obra é a de J.van den Besselar, Munster, Ashendorff, Série Vieira texte, und Vieira Stuijen, III, 1976. Besselar inscreve-se no quadro dos melhores representantes da erudição holandesa que devotaram sua extensa cultura a temas portugueses e brasileiros. Neste caso específico, ênfase para o estudo de obras proféticas de Vieira, exemplificado por esta edição da *História do Futuro*, pelo seu *Sebastianismo. História sumária* e por seu *Antônio Vieira: profecia e polêmica*.

² Vale ressaltar que esta é a obra que inspirou este trabalho, a partir da minha monografia de final de curso que foi referente a ela e teve como título *A História do Futuro de Antônio Vieira: A construção de um pensamento sob a ótica da unidade*.

³ A edição usada para os Sermões é a da Edameris, São Paulo, 1957-1959, 24 vols. Entre os sermões utilizados temos: o Sermão da *Sexagésima*, o Sermão de *Santo Antônio*, o Sermão de *São Roque*, o Sermão do *Mandato*, o sermão da *Primeira Domingo do Advento* e o Sermão do *Bom Ladrão*.

⁴ Entre as Cartas destacam-se: Carta *Esperanças de Portugal*, as Cartas ao *Geral da Companhia de Jesus*, ao *Marquês de Niza*, ao *Príncipe D. Teodósio*, ao *Padre Provincial do Brasil*, ao *Marquês de Gouvêa* e ao *Conde de Ericeira*. A edição usada para as cartas será a de João Lúcio d' Azevedo, 3 volumes, Coimbra, 1925-1928.

⁵ Entre os Papéis Vários escritos por Vieira, destacarei os que estão presentes no livro *Escritos Históricos e Políticos*, prefaciado e organizado por Alcir Pécora, que são eles: *Proposta feita a El rei D. João IV em que se lhe representava o miserável Estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Vieira*; *Papel que fez o padre Vieira em favor da entrega de Pernambuco aos holandeses*; *Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação pelo padre Vieira, sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco em 1646*;

⁶ Os quatro outros impérios anteriores a este, segundo Vieira, seriam o dos assírios, o dos persas, o dos gregos e o dos romanos.

⁷ Entre estes autores, vale ressaltar AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antônio Vieira*. 2. ed. Lisboa, Clássica, 1931.

em evidência o método empregado pelo jesuíta para legitimar suas idéias a respeito do iminente futuro glorioso de Portugal. A partir dele, fica clara a intenção do autor de dizer a verdade, com base em argumentos bíblicos e em seus conhecimentos acerca das profecias correntes no reino português, com ênfase àquelas referentes ao Quinto Império. Desta forma, Vieira aborda com raríssima habilidade um assunto delicado para Portugal, que vivia um momento difícil, o qual o jesuíta tentou transformar através de suas teses e intervenções tecidas a partir deste e de outros escritos.⁸

Com este argumento, mostro, na primeira seção, a importância da crença do jesuíta em suas profecias acerca de um futuro glorioso para Portugal. Fato compartilhado por muitos cidadãos portugueses, que também ansiavam por uma vida melhor. Estes esperavam um milagre semelhante ao que ocorrera no campo de Ourique, onde um pequeno exército de Portugal venceu um enorme exército mouro.⁹ Neste contexto as explanações do padre Vieira acerca dos descobrimentos portugueses refletem a sua ambição de que o reino português se torne o Quinto Império do mundo, assim como preenchem esta necessidade da população portuguesa, uma vez que tais descobrimentos, segundo o jesuíta, são feitos épicos guiados pela providência divina, que se manifestara (exatamente naquele momento) em favor dos portugueses.

Na segunda seção busco aprofundar-me um pouco mais na profecia de Antônio Vieira, a partir de algumas “revelações” dadas por Deus e interpretadas pelo jesuíta, que resultaram na formulação de escritos referentes ao Quinto Império e que previam a vinda do chamado Rei “Encoberto”, aquele que conduziria Portugal novamente às conquistas. Nesta argumentação mostro a importância dada por Vieira aos autores antigos para a compreensão de sua História. O jesuíta, porém, revela a superioridade de sua teoria pelo fato dela ser escrita no tempo destinado por Deus aos “grandes acontecimentos”. Neste contexto, trato também um pouco do conceito de profecia das relações desta história com o tempo determinado por Deus para se concretizar a Consumação do Reino de Cristo na terra, tema abordado com frequência na *Clavis Profetarum*, obra destacada no fim deste parte.

Em seguida, aprofundo-me mais especificamente na profecia de Vieira acerca do Quinto Império com base nas explanações feitas por José van den Besselar,¹⁰ que traz à tona o conteúdo da carta de Vieira *Esperanças de Portugal* de 1659: uma interpretação a respeito

⁸ Aqui me refiro não somente a *História do Futuro*, mas também a outros escritos (como o Papel Forte, por exemplo) que, de uma forma ou de outra, estão relacionados com o conteúdo desta obra e que demandaram um grande esforço por parte do jesuíta no intuito de influenciar na tomada de decisões do reino português que pudessem levá-lo (o reino) novamente à supremacia sobre os demais reinos existentes.

⁹ Vale ressaltar que o milagre de Ourique ocorrido em 1139 ganha contornos milagrosos no início do século XV e permanece na tradição portuguesa que, no século XVII é empregado por Vieira novamente para fazer com que as pessoas acreditem ser possível ocorrer as previsões contidas em suas profecias.

¹⁰ BESSELAAR, José van den. *Antônio Vieira: profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

das trovas de Gonçalo Annes Bandarra, homem de origem humilde, que também profetizou a volta do Rei Encoberto, aquele que em sua visão, ressuscitaria para conduzir Portugal a um futuro de riquezas.

Autores como Nicolau Bourey concordavam e reiteravam esta tese de Vieira, mas alguns autores anônimos discordavam dela utilizando diversos argumentos em favor da hipótese de D. Sebastião¹¹ estar vivo, argumentado no anônimo *Ante-Vieira*¹² e muito mais provável do que uma suposta ressurreição. Na década de 1630 Vieira dedicou um sermão inteiro a São Sebastião, apontando claramente este homem como sendo o Encoberto.¹³ Abordo este fato (cronologicamente) como parte inicial do pensamento de Vieira em relação às profecias de Bandarra. Porém, com o passar dos anos, após conhecer D. João IV na corte e tornar-se seu amigo e confidente, o missionário sentiu-se extremamente grato e passou a projetar o rei como “o encoberto” em seus escritos proféticos. Ou seja, inicialmente associou o rei desaparecido a São Sebastião e depois, por gratidão, ao rei D. João IV. Nesta época, Vieira estava envolvido com missões diplomáticas, visando a legitimar o poderio do rei de Portugal. Argumentava então que, mesmo após a morte deste rei, ainda daria tempo para a sua ressurreição, já que estava predito para o ano de 1666 a ocorrência dos grandes acontecimentos.

Demonstro nesta seção que embora as opiniões do jesuíta mudassem ao longo de sua vida, ele era considerado um bom escolástico e casuísta, que ajustava suas opiniões a tempos e lugares, segundo o modo de proceder jesuítico. O que ocorria com Vieira, em minha opinião, é que ele se adaptava às circunstâncias em que vivia quando escrevia, não sendo neutro ou alheio aos acontecimentos pelos quais ele passava. Pelo contrário, estava sempre ligado a algum problema de seu tempo, fosse a relação com os índios, com os escravos, ou sua amizade a D. João. Os desafios de Portugal e do Império português refletiam intensamente em seus escritos. Com relação à sua profecia, observa-se a mudança da figura do Encoberto ao longo de sua vida, bem como o ano de realização dos fatos preditos, mas o conteúdo profético em relação ao Quinto Império português e às grandes concretizações futuras deste império de Cristo na terra a serem realizadas pelos seus dois vigários (o papa de Roma e o rei de Portugal) não se modificava. Isso demonstra que sua preocupação profética inicial permaneceu até o fim de sua vida quando ainda tentava terminar a redação destes escritos. Por fim, abordo um

¹¹ D. Sebastião foi um rei português que não retornou após a batalha de Alcácer-Quibir ocorrida em 1578 no Marrocos. Muitos portugueses na época acreditavam na hipótese dele estar vivo e de ser o Rei Encoberto do qual fala Vieira.

¹² ANÔNIMO: *Ante-Vieira*. Ed de José Van Den Besselar, 2002.

¹³ Este sermão provavelmente não foi lido pelos debatedores anônimos que divergiam da tese de Vieira com relação à ressurreição de D. João IV, caso contrário, provavelmente aproveitariam a ocasião para alertar o leitor de seus escritos que o próprio Vieira já fora um sebastianista convicto.

pouco da especificidade da *Clavis Profetarum* em relação a outras obras proféticas, como a *História do Futuro* e a *Apologia das coisas profetizadas*. Trata-se de um escrito menos “lusocêntrico” e que tira a ênfase da figura do supremo imperador, colocando-a na universalidade de sua mensagem, do império a ser implantado e da pregação feita tanto pelos apóstolos, quanto pela ordem jesuítica para que “todos” pudessem ouvir a mensagem do Evangelho e participar da tão sonhada Consumação do Reino de Cristo na terra.

A terceira seção dedica-se ao profetismo e, ao mesmo tempo, ao pragmatismo na obra de Vieira. Segundo Alcir Pécora, o jesuíta participa integralmente da *inventio* seiscentista, que não concebe meio de estabelecer algum tipo de contato com Deus, sem “experimentar ou aprender o literal variado do mundo, tão desfigurado pelos pecados da *ocasião* quanto impregnado da Graça permanente de seu Criador”. Neste sentido, para Pécora, não existe escrito do jesuíta que não seja radicalmente político.¹⁴ Portanto, para uma boa prática cristã, na visão de Vieira, era necessário “intervir nas formas da vida social do homem a fim de prepará-lo para tornar-se, pela boa escolha de seu *livre-arbítrio*, co-autor da Providência”.¹⁵ Neste sentido comparo Vieira a Maquiavel, já que nesta intervenção, para se atingir a um objetivo, - no caso do jesuíta, a conservação do reino português- valiam-se de todos os meios para alcançá-lo.

Um exemplo desta ação política foi o envolvimento de Vieira com o judaísmo, a partir de suas viagens diplomáticas, especialmente em 1646 e 1647 para Holanda. Esta foi uma tentativa de convencer a corte portuguesa a aceitar os judeus em seu território para que com o seu capital, eles pudesse financiar as duas companhias de comércio (nos moldes holandeses) planejadas pelo jesuíta, que, segundo ele, reconduziriam Portugal ao enriquecimento, conservando o seu reino.

Escolhi abordar nesta seção (além dos outros escritos) um documento eminentemente político, o “Papel Forte”, redigido em 1648, durante a ocupação holandesa em Pernambuco. Nele, Vieira propõe a entrega do estado de Pernambuco à Holanda em troca do estabelecimento da paz com este país. Arrola vários argumentos demonstrando que não valeria a pena correr o risco de perder um reino por uma pequena parte do mesmo. Esta medida faria com que o jesuíta ganhasse tempo com o decorrente retardo das ações mais decisivas da frota holandesa, já que acreditava estar próximo o tempo em que ocorreria a grande transformação da história humana e que Portugal seria protagonista do Quinto Império do mundo, a partir da

¹⁴ PÉCORA, Alcir. “Assuntos políticos nos escritos do Padre Vieira”. In: Vieira, A. *Escritos Históricos e Políticos*/ Antônio Vieira; estabelecimento dos textos, organização e prefácio feito por Alcir Pécora, São Paulo: Martins Fontes, 2002, “Introdução”, p. VIII.

¹⁵ Idem. Esta temática está presente também no sermão do bom ladrão, que embora não explicitamente político como o Papel Forte, expressa esta preocupação política vieiriana detectada por Pécora na obra do autor em geral.

aceitação dos judeus no reino português para financiarem a construção de duas companhias de comércio,¹⁶ tornando possível a tomada de muitos territórios que iriam compor este imenso-Império. Além deste documento, trabalho com outros escritos vieirianos nos quais transparecem o profetismo e o pragmatismo que coexistem neste jesuíta dentro da perspectiva aqui abordada.¹⁷

Este trabalho baseia-se nas intenções proféticas do jesuíta, que permaneceram inalteradas ao longo de sua vida e em sua obra e que lhe renderam dois anos de prisão.¹⁸ Por todos os lugares que viajava e sobre os quais escrevia, tais objetivos proféticos pareciam se confirmar. Mesmo após perder o prestígio na corte, de ser afastado e preso, sua crença nas profecias não parecia enfraquecida. Estes “sonhos” de Vieira o moveram a tomar as principais decisões políticas dentro e fora da corte portuguesa. Os escritos nos quais se baseia este trabalho, ao lado da obra *História do Futuro*, ajudarão a confirmar este argumento, na qual se baseia a minha hipótese.

Desta forma, pretendo aprofundar um pouco mais na profecia de Vieira acerca do Quinto Império, para, finalmente, tentar demonstrar que não só na *História do Futuro*, mas também em outros escritos (cartas, sermões, Papéis Vários),¹⁹ Vieira fazia observações e aconselhava príncipes de uma maneira que podemos considerar maquiavélica. Isso pode ser observado a partir de sua argumentação no momento em que ele reitera que o rei português, para atingir o objetivo primordial à nação lusa, deveria tomar as medidas possíveis e cabíveis para atingi-lo. Esta meta, segundo o missionário, era a conservação do reino português, que foi defendida ardentemente em ações práticas de Vieira tendo em vista os seus objetivos proféticos, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento do Quinto Império do mundo e

¹⁶ Estes temas são abordados mais detalhadamente na seção 3.

¹⁷ Entre estes documentos, destacam-se: Proposta feita a El rei D. João IV em que se lhe representava o miserável Estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Vieira; Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação pelo padre Vieira, sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco em 1646;

¹⁸ Aqui me refiro à acirrada briga que Vieira comprara com a Inquisição por causa desta sua crença no Quinto Império, por acreditar em profecias consideradas heréticas pela Igreja católica da qual fazia parte. Não pretendo tratar deste tema (Vieira e Inquisição), mas gostaria de destacar sua enorme crença em suas profecias, principalmente nas contidas na *História do Futuro* e o quanto ele prezava pela realização destes “anseios proféticos”, tomados neste trabalho como elementos fundamentais para a comprovação de minha hipótese.

¹⁹ Sobre estes escritos, observa-se sempre a eficácia de Vieira em lidar com as diversas situações em que se encontrava, agindo de modo prático e inteligente, de modo a tentar ajudar sempre os portugueses para que pudessem sair da crise que se encontravam e atingir a tão sonhada supremacia sobre os outros países. É claro que, entre estes textos, existem aqueles que não se referem de forma nenhuma aos portugueses, por exemplo, a Carta ao Geral da Companhia de Jesus. Mas pretendo esclarecer que Vieira tinha várias funções em sua longa jornada de vida: era missionário da Companhia de Jesus, tinha satisfações a dar aos seus superiores - fez votos de obediência e prezava muito por eles - mas sempre arrumava tempo para gastar com a redação de sua obra profética, que era o centro de suas atenções como o próprio jesuíta alegara.

a Consumação de Cristo na terra, que são fundamentais para o entendimento da abordagem adotada neste trabalho.

2 O PROFETISMO DE VIEIRA

As chamadas grandes obras exegéticas - dentre as quais, pode-se incluir a *História do Futuro* de Vieira - só atualmente têm sido abordadas de forma mais sistemática por alguns autores que estudam este jesuíta. Trata-se de uma obra de grande valor no contexto mais geral da produção vieiriana, mas que, de acordo com Leandro Garcia Pinho, foi muitas vezes somente enunciada e pouco abordada em detalhes pelos principais expoentes que estudam esta produção.²⁰ Anteriormente as atenções estavam mais voltadas para os sermões, que de fato tiveram mais sucesso na literatura portuguesa.²¹ Porém, o próprio jesuíta dava muito mais ênfase à elaboração de suas obras exegéticas do que seus sermões, abordados por ele como “choupanas” comparadas aos “palácios altíssimos” que pretendia erguer em sua obra profética.²²

No intuito de analisar a obra vieiriana, diversos autores se destacaram (obviamente não há como abordar todos neste trabalho). Entre eles, um grande número que interpretou os escritos de Vieira como um pensamento contraditório e incoerente. Rodrigues Lapa²³, Eugênio Gomes²⁴, Gil de Agrobom²⁵ e João Lúcio de Azevedo que fragmentam a obra do jesuíta, dividindo-a em etapas, unindo-a apenas pelo veio da vida, que gerou muitos incidentes pelo caminho.²⁶

João Lúcio Azevedo, Afrânio Peixoto²⁷ e Serafim Leite²⁸ tratam Vieira como um “missionário”, colocam a questão das profecias em segundo plano e enaltecem a visão de um “orador patriota”. Com um enfoque divergente, ressalta-se o trabalho pioneiro de Raymond Cantel.²⁹ Ele valoriza a obra profética do jesuíta, o tom visionário, e não enxerga os escritos de Vieira simplesmente como contraditórios, fora de um contexto determinado, em especial o que tange às profecias, que têm crescentemente chamado a atenção dos estudiosos do século

²⁰ PINHO, Leandro Garcia. *O Futuro Inacabado: A construção vieiriana da História do Futuro* (dissertação de mestrado), UNICAMP, 2001, p. 10.

²¹ Neste caso, ressaltam-se autores, como João Lúcio de Azevedo, por exemplo, que deram mais atenção aos sermões de Vieira, abordando-os em etapas, fragmentando, portanto a obra de Vieira que, na perspectiva adotada neste trabalho, será abordada em uma unidade.

²² VIEIRA, Antônio, op cit, 1976, “Introdução”, p. 3. Vale ressaltar aqui a importância dada por Vieira à sua obra profética, tema no qual não parou de trabalhar desde 1649 até o fim de sua vida.

²³ RODRIGUES, José Honório. “Antonio Vieira, Doutrinador do Imperialismo Português”. *Verbum*, Rio de Janeiro, 5, XV, fasc. 3, 1958.

²⁴ GOMES, Eugênio. “Shakespeare Vieira”. In: *Prata da casa. Rio de Janeiro, A Noite*, s/d, p. 174.

²⁵ Para este autor, ver o seu *As contradições do Padre Antonio Vieira*.

²⁶ PÉCORA, Alcir, *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo. EDUSP, 1996, p. 61.

²⁷ PEIXOTO, Afrânio. *Vieira Brasileiro*. Lisboa, Tip. da empr. Do Diário das Notícias, s/d. 2 vols.

²⁸ LEITE, Serafim. “Para a vida do Padre Antônio Vieira”. *Mensário do jornal do comércio*, XVII (2), fev.1942.

²⁹ CANTEL, Raymond. *Prophetisme et Messianisme dans l'Oeuvre d'Antoine Vieira*. Paris. Ediciones Hispano-Americanas. 1960.

XX.³⁰ Na trilha aberta por Cantel, destacam-se Robert Richard³¹ e Marcel Bataillon³² até os recentes trabalhos de Besselaar (além da edição da *História do Futuro*, o seu *Antônio Vieira: Profecia e Polêmica*³³) e M. L. Carvalhão Buescu.³⁴

A brasileira Adma Fadul Muhama teve um importante papel na interpretação retórica de Vieira. A autora destaca o âmbito lógico e o emocional presentes na argumentação do jesuíta. Afirma que no pensamento deste há “uma simbiose entre os argumentos utilizados com o propósito não exclusivamente intelectual de convencer e, inversamente, uma utilização dos afetos não com função exclusiva de comover”³⁵. Esta idéia de Adma, a meu ver, se enquadra perfeitamente na obra profética *História do Futuro*, em que Vieira utiliza deste recurso retórico para atingir o seu público mediante a busca da concretização de seus objetivos práticos e também com o intuito de que sua profecia seja reconhecida e aceita principalmente no reino português.

José Honório Rodrigues³⁶ considera Vieira um dos políticos mais inteligentes e completos de Portugal, pela visão avançada de suas idéias, por exemplo, sua atitude em defesa dos cristãos novos e pela admissão dos judeus para que, com seu capital, pudessem formar duas companhias de comércio, uma oriental e outra ocidental, nos moldes holandeses, a fim de desenvolver e defender o comércio português, nas Índias e no Brasil.³⁷

Após expor os mais diversos assuntos tratados em Vieira, Alcir Pécora identifica uma unidade e articulação entre eles. Neste âmbito, Pécora afirma que os estudiosos Raymond Cantel e Antônio José Saraiva³⁸ parecem ser os que mais se aproximam da unidade política, retórica e teológica de Vieira. Nestes autores há a concordância de “que o elo entre os vários aspectos da produção de Antônio Vieira deveria ser buscado junto às suas convicções proféticas”. A partir do trabalho destes autores, ficou reconhecido que a obra de Vieira não poderia ser analisada simplesmente como contraditória e incoerente. Eles fizeram uma abordagem mais unificadora, que não enxerga o profetismo existente na obra deste jesuíta isolado de ou-

³⁰ PÉCORA, Alcir, op cit, p. 51.

³¹ RICARD, Robert. “Antonio Vieira et Sour Juana Inês de la Cruz”. *Buletin des études portugaises*, 12, 1948.

³² BATAILLON, Marcel. “Le Brésil dans une vison d’isaie selon le père Antonio Vieira”. *Buletin des études portugaises*. XXV, 1964.

³³ BESSELAAR, José van den. *Antônio Vieira: Profecia e Polêmica*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

³⁴ BUESCU, M. Leonor Carvalhão. “Introdução”. In: VIEIRA, Antonio. *História do Futuro*. (v. Bibliografia - V: Obras de Vieira).

³⁵ MUHAMA, Adma Fadul. *Os Recursos Retóricos na Obra Especulativa de Antônio Vieira*. Dissertação de mestrado de literatura brasileira, USP-Serviço de Apoio Didático, 1989, p.44. In: “Introdução”. Pécora, Alcir, op cit, p. 44.

³⁶ RODRIGUES, José Honório. “Antonio Vieira, Doutrinador do Imperialismo Português”. *Verbum*, Rio de Janeiro, 5, XV, fasc. 3, 1958.

³⁷ PÉCORA, Alcir, op cit, p. 50.

³⁸ SARAIVA, Antônio José. *O Discurso engenhoso*. São Paulo. Perspectiva. 1980.

tras temáticas e/ou circunstâncias em que vive o pregador. Portanto, observa-se nestes autores uma busca de enxergar a obra de Vieira como um todo, relacionando-a completamente com as ações dele em cada momento de sua vida.³⁹

Segundo Saraiva, a primeira feição característica de sua obra reside em sua:

[...] estranhada ligação com a vida pública: o escritor e homem de acção são indissociáveis de Vieira, e o mais profundo interesse de seus escritos deriva justamente disso. Mesmo as peças de oratória sacra intervêm, com frequência de modo aberto, nas questões mais candentes da política brasileira ou metropolitana.⁴⁰

Porém, Pécora afirma que, mesmo nesses enfoques mais unificadores, não há uma interpretação capaz de articular os vários aspectos existentes no pensamento e na obra de Vieira. Apesar destes autores perceberem um ponto em que se encontrariam ordenados os diversos sentidos envolvidos nos discursos deste jesuíta, trata-se, sobretudo, de sobrepor um deles (o mais ligado ao seu profetismo) a todos os outros, que passariam, assim, a ser superficiais e externos.⁴¹

O fundamental em Alcir Pécora é que ele busca elaborar a visão de um Vieira mais coerente, o que ocorreria pela constância de sua crença messiânica, em um forte sentimento de “comunidade étnica”, participando juntamente com os aventureiros portugueses dispersos do Atlântico aos Andes e da Floresta amazônica ao Rio da Prata. Em uma interpretação que não se prende simplesmente ao profetismo vieiriano, Pécora aborda uma visão da obra de Vieira que percebe uma articulação entre os vários aspectos (político, retórico e teológico) existentes no pensamento do jesuíta. Na visão de Pécora, portanto, Vieira com certeza é um visionário como afirmam Cantel e Saraiva, mas ele “nunca o foi fora de um forte senso político, jurídico-institucional; também nunca o foi fora de uma referência básica às concepções da teologia ortodoxa, notadamente a tomista e a neotomista”, ou fora de um contexto e de uma história.⁴²

Neste trabalho busco seguir a mesma linha de pensamento de alguns autores que abordam uma unidade (retórica-política-teológica) na obra de Vieira, como Alcir Pécora e Leandro Garcia Pinho para buscar na *História do Futuro* elementos que tornarão possível esta análise.

Para iniciar este estudo, é importante dizer algumas palavras sobre Vieira, o ambiente intelectual em que viveu, suas obras, especialmente a *História do Futuro* (que me inspirou a

³⁹ SARAIVA, Antônio José. *História da Literatura Portuguesa*. Porto, 17 Ed. 2005, p. 519.

⁴⁰ Idem, p. 520. A parte grifada nesta nota é fundamental em minha pesquisa conforme mostrarei mais detalhadamente nos seções seguintes.

⁴¹ PÉCORA, Alcir, op cit, p. 66.

⁴² Idem, p. 66-67.

fazer esta pesquisa) e as profecias nela contidas, nas quais o jesuíta tanto depositava esperanças, além de dedicar muito tempo no embasamento deste livro numa exegese rica e bem apurada para os padrões culturais da época.

2.1 Vieira e a História do Futuro

Antônio Vieira nasceu em Lisboa, foi batizado na Sé Metropolitana, provavelmente na mesma pia do famoso Santo Antônio de Lisboa (informação apologética). Entre 1614 e 1615 veio com a família para o Brasil. Seu pai fora nomeado escrivão na Bahia, onde Vieira estudou no Colégio dos Jesuítas e teve acesso à cultura letrada.⁴³ Aos dezessete anos era encarregado de traduzir para o latim as ânuas enviadas da província ao Geral de Roma. Aos dezoito anos já lecionava retórica no colégio de Olinda onde mais tarde deu aulas de filosofia dialética. Em 1635 foi ordenado sacerdote (e mestre das letras) e apesar de ter ensaiado algumas pregações, passou a exercer este papel em sua vida, em especial, nas infindáveis missões pelo nordeste do Brasil, como, por exemplo, no Pará e no Maranhão quando se dedicava às questões ligadas ao cativo indígena.⁴⁴

Em sua longa jornada de oitenta e nove anos de vida (1608-1697) este jesuíta revezou suas andanças pelo país com as viagens diplomáticas pela Europa (especialmente para a Holanda onde conheceu formas de organização econômica e social jamais vistas por ele) e tornou-se amigo e confidente de D. João IV a partir de 1641.

É importante ressaltar que a Companhia de Jesus, da qual Vieira fazia parte, tinha seus preceitos baseados nas idéias de seu fundador, Inácio de Loyola, que enfatizava a intervenção no mundo, bem como uma religiosidade humanizada por parte dos membros desta ordem. Isto é nítido nas palavras de Alcir Pécora quando afirma que “os colégios jesuítas não deixaram de testemunhar de maneira eloqüente a passagem dos ventos que sopravam do mundo humanista, a despeito de canalizá-los, sobretudo na direção de uma formação profissional”.⁴⁵

⁴³ Neste período, poucos setores da sociedade tinham acesso à cultura letrada no Brasil, que era sintetizada nas duas grandes instituições da época: a Igreja e a Universidade. A instituição universitária não se desenvolveu nas terras da colônia portuguesa naquele período, portanto será no colégio religioso de Salvador que Vieira adquire seus principais conhecimentos e dá início à sua erudição. Sobre este assunto, ver PAZ, Octávio. *Sóror Ruana Inês de la Cruz: Armadilhas da Fé*. São Paulo: Mandarin, 1998, p. 73.

⁴⁴ PÉCORA, Alcir, op cit, p. 57.

⁴⁵ PÉCORA, Alcir, op cit, p. 75.

Havia, portanto, nos primeiros jesuítas, a fusão da tradição cristã com o humanismo clássico. A Bíblia e Ovídio, Santo Agostinho e Cícero, Santa Catarina e a sibila Eritréia, eram leituras constantes dos jesuítas.⁴⁶

O jesuíta redige, a partir de 1649, a sua *História do Futuro*, que nem sequer chegou a ser terminada, mas somente esboçada. Por isto - o que se tem hoje escrito - é o chamado Livro Antepimeiro, que seria apenas um prolegômeno da obra em si, mas que, no fim da vida, pela imensa dedicação a esta redação, Vieira já qualificava como sendo a própria *História do Futuro*. O que se tem hoje são doze capítulos, e o último inacabado. Desde sua primeira publicação em 1718, alguns estudiosos têm se ocupado desta obra, mas seu estudo só veio á luz recentemente com o aumento do interesse pelo tom visionário apresentado por Vieira.⁴⁷

A *História do Futuro* fala do papel central que Portugal teria sobre o futuro “reino terrestre”, ou o Quinto Império do mundo, que seria o de Cristo na terra, que se estabeleceria no ano apocalíptico de 1666. Seria um reino de aproximadamente mil anos, tanto no âmbito espiritual quanto no temporal, anunciando a chegada do anticristo, cuja atuação precederia ao Juízo Final. O governo não seria exercido diretamente por Cristo, mas pelo papa de Roma e pelo rei de Portugal (seus dois vigários).⁴⁸

Uma das crenças fundamentais que permeou o imaginário luso e de extrema influência não só para a redação da *História do Futuro*, mas que serviu de base para a construção do arcabouço profético de Vieira foi o “milagre de Ourique”. Esta crença se perpetuou em uma narrativa de um evento ocorrido em julho de 1139, um ano antes de D. Afonso Henriques de Borgonha assumir o título de rei, quando os cristãos conquistaram uma esplêndida vitória numa batalha na qual seu oponente era simplesmente o mais numeroso exército mouro que já existiu. A partir do século XV este episódio ganhou contornos milagrosos, tornando-se marco do início da nacionalidade. Ele exaltava como um país tão pequeno obteve vitórias tão grandiosas. A aparição de Cristo a Afonso Henriques antes da batalha teria sido o sinal da intervenção sagrada no destino glorioso reservado a Portugal.⁴⁹ Utilizando este evento, Vieira explicaria, então, o papel a ser desempenhado por Portugal na história mundial que ocorreria por “vontade divina”.⁵⁰ Deste modo, mesmo Portugal estando naquele período em uma situação inferior com relação a alguns países europeus, ele poderia obter, na visão do profeta Viei-

⁴⁶ O'MALLEY, John. *Os primeiros jesuítas*. São Paulo/São Leopoldo: Edusp - Unissinos, 2005.

⁴⁷ PINHO, Leandro Garcia, op cit, p. 56.

⁴⁸ VIEIRA, Antônio, op cit, 1976, p. 83-86.

⁴⁹ Idem, pp. 23-24.

⁵⁰ É lícito observar que o primeiro texto escrito sobre o milagre de Ourique foi o de Duarte Galvão, publicado em 1505 com o título de *Crônica d'EL-Rei D. Afonso Henriques*.

ra, numerosas conquistas, para estabelecer o seu tão sonhado *Quinto Império* do mundo de acordo com as suas determinações proféticas.

Em Vieira, a história contemporânea de Portugal é uma confirmação, uma atualização das histórias narradas pelas Sagradas Escrituras. Vários acontecimentos pelos quais passou e passava o país, estariam preditos por elas. Um dos famosos profetas de Portugal reconhecido por Vieira foi Gonçalo Annes Bandarra⁵¹, sapateiro de origem humilde que nasceu, no século XVI, em Trancoso, pequena cidade comercial da região das Beiras, e lá se destacou como intérprete das Sagradas Escrituras, em especial sobre as profecias nelas presentes para os cristãos novos que viviam na região. Ele é tido pelo jesuíta como o verdadeiro profeta de Portugal, pois nas trovas atribuídas a ele, não só foi predito a sujeição portuguesa ao domínio espanhol e sua posterior libertação, como também precisou o ano em que estes fatos ocorreriam e quem seria o seu principal protagonista “com todas as circunstâncias tão miúdas e particulares”. O ano era 1640, quando se levantaria o novo rei de Portugal, cujo nome era Dom João IV. Assim não adiantava, na opinião dele, ir contra o que afirmam as profecias, confirmadas por vários trechos bíblicos e por palavras de autores confiáveis.⁵²

Uma singularidade presente na *História do Futuro* é o intento de seu autor em abordar um assunto jamais destacado de forma tão sistemática por nenhum outro: o futuro. Nesta passagem fica nítida a superioridade da história que Vieira fará com relação às outras histórias existentes:

As outras histórias contam cousas passadas; esta promete dizer as que estão por vir. As outras trazem á memória aquelles successos públicos que vio o mundo; esta intenta manifestar ao mesmo mundo aquelles segredos occultos e escurissimos que não chega a penetrar o entendimento.⁵³

Nesta obra é clara a intenção do jesuíta de elevar Portugal à categoria de povo eleito, escolhido para realizar a obra, ou a missão de dominar os demais povos a fim de se tornar o *Quinto Império* do mundo, fato alardeado por profetas antigos e modernos, com os quais o jesuíta se identificava. Vieira se colocava como o anunciador da vinda deste império, assim como João Batista em relação a Cristo. Isso porque o missionário, em sua visão, estaria sendo favorecido por viver no período em que “os grandes acontecimentos” iriam ocorrer. O jesuíta, portanto, afirmava ver mais que os escritores antigos e nas suas próprias palavras determinava: “Hum pigmeu sobre hum gigante póde ver mais que elle”.⁵⁴ O papel da Espanha neste

⁵¹ Sobre as profecias deste de Bandarra, ver: *Antônio Vieira: Profecia e Polêmica* de José van de Besselar, obra melhor enfatizada no próximo seção.

⁵² VIEIRA, Antônio, op cit, 1976, p. 134.

⁵³ Idem, p.67.

⁵⁴ Ibid, p. 165.

contexto deveria ser de desistir da guerra e tentar promover a paz, enquanto ao povo português caberia crer em sua vitória e na promessa sagrada de sua hegemonia frente ao mundo.⁵⁵ Portanto, pode-se afirmar que este livro profético é caracterizado por uma singular ousadia de Vieira, na medida em que se insere como um escrito de propaganda ideológica e de intervenção política na literatura panfletária da Restauração e da guerra de independência ocorrida entre Portugal e Espanha, favorecendo claramente a vitória dos lusos sobre Castela.

Na tentativa de confirmar o poder das profecias que ele chama de “verdadeiras”, destaca o exemplo de vários reis que confiavam muito mais no poder das armas do que nesta referida força profética. Dentre eles vale ressaltar o rei Herodes, que conhecia a verdade das profecias, estava ciente de que nasceria o chamado messias, mas mesmo assim tratou de perseguí-lo com seus exércitos. Porém, nada conseguiu, não venceu nenhum inimigo que pretendia derrubar, somente Belém, que chorou em lágrimas, muitas pessoas morreram, sangue inocente foi derramado, sem conquistar nenhum de seus objetivos.⁵⁶ Isto porque já estava destinado por Deus o domínio do seu verdadeiro Senhor e firmado em sua palavra. De nada adiantaria então os planos de Espanha para que Portugal permanecesse em seu domínio sob o suporte das armas uma vez que o próprio Deus assim não o desejava.

A base da profecia vista em Vieira é nitidamente abordada em sua *História do Futuro*. Desde o princípio do livro, quando exalta os feitos portugueses, explica a sua prevalência frente à Espanha, bem como as utilidades de sua obra, todas elas favorecendo o reino português tanto no passado, como no presente, assim como no futuro. Até o fim do livro aborda argumentos bem elaborados a favor de sua referida tese com relação ao destino dos portugueses, sempre em uma exegese apurada, visto a amplitude de citações bíblicas utilizadas para legitimar a sua argumentação, dando crédito, portanto, à sua fala.

As profecias apresentadas pelo jesuíta têm em vista textos bíblicos do Novo e do Antigo Testamento. Na visão de Vieira, havia uma herança deixada para o povo de seu país desde longa data, revelada no livro de Gêneses, e que se cumpriria no tempo presente, quando os portugueses conquistariam as quatro partes do mundo. Na época em que escreveu referida obra, após a Restauração portuguesa, o jesuíta buscou um excelente argumento bíblico para explicar tal fato, utilizando-se principalmente do profeta Jeremias.⁵⁷ Suas profecias afirmavam, assim como disse Ciro, o famoso rei da Babilônia no período do cativo dos israelitas, que esta prisão e sujeição por vontade de Deus não durariam mais de setenta anos. Vieira logo

⁵⁵ Idem, p. 80-81.

⁵⁶ Idem, p. 142-143.

⁵⁷ Idem, p. 130.

as compara com a situação vivenciada por Portugal, que estava sob o domínio espanhol, nas seguintes palavras:

Quiz Deos por seus occultos juízos que Portugal perdesse a soberania de seus antigos reys, e que sua coroa, ajuntando-se as outras de Hespanha, estivesse sujeyta a rey estranho; mas esta sujeção e este castigo não quiz o mesmo Deos que fosse perpetuo, senão por tempo determinado e limitado, e que este termo e limite fosse o espaço somente de sessenta annos. Assim o dizião as profecias, e assim o provou com admirável consonância o cumprimento dellas.⁵⁸

Segundo Vieira, é nítida a semelhança entre os cativeiros existentes na Babilônia e na Espanha. Depois da referida comparação, faz questão de ressaltar que, no caso português, travaram-se duras lutas para que estes pudessem se livrar do jugo espanhol. Logo após esta consideração, o jesuíta, com o intuito de confirmar a força da profecia em favor de Portugal, refere-se a outros religiosos⁵⁹ que também profetizaram que este reino gemeria e sofreria por muito tempo, e ficaria órfão de seus reis, já que os dois últimos, que foram Dom Sebastião e Dom Henrique, morreram sem deixar sucessores. Porém, no juramento de Dom Afonso Henriques, Vieira volta a destacar de forma ainda mais convincente as palavras que o próprio Cristo dissera a este rei: “vencereis, vencereis e não sereis vencido. Sois amados de Deus, porque poz sobre vós a vossa descendência, os olhos de sua misericórdia até a décima sexta geração,”⁶⁰ mas nesta atenuada voltará Deus a por os seus olhos, porque nela se restituiu a coroa que Cristo então lhe dava, da mesma forma que ocorrera com o Duque Dom João, o segundo de Bragança. O próximo a exercer o poder em Portugal seria Dom João Quarto, como se deu na Restauração, legitimado por todas estas profecias.⁶¹

Para Vieira, esta sujeição de Portugal em relação à Espanha ocorreu por causa dos imensos pecados cometidos pelos próprios portugueses (entre os quais ele mesmo se inclui), como um pagamento que Portugal, escolhido por Deus para reinar, daria ao seu Mestre, prestando contas a ele e se redimindo para assim realizar sua vocação no mundo. Este fato, na visão do jesuíta, seria fundamental ao reino português, uma vez que este foi o escolhido por Deus para realizar a tão sonhada missão proposta por Vieira: a concretização do Quinto Império do mundo e a Consumação do reino de Cristo na terra, sendo Portugal protagonista destes acontecimentos.⁶²

⁵⁸ Idem, p.131.

⁵⁹ Neste caso a referência é relacionada a São Frei Gil, religioso Português da Ordem de São Domingos.

⁶⁰ VIEIRA, Antônio, op cit, 1976, p. 133.

⁶¹ Idem, p. 131-132. Vale ressaltar que devido à falta de uma liderança em Portugal no referido período Vieira vai procurá-la no Encoberto para legitimar a sua argumentação em favor do futuro desta nação.

⁶² Idem, p. 133.

2.1.1 O método de Vieira

A partir de todas estas certezas o jesuíta profetizou sobre o futuro de Portugal, na esperança de que sua fala pudesse ter mais confiabilidade, uma vez que tudo o que falara anteriormente realmente aconteceu. Para chegar a tal objetivo é necessário, segundo Vieira, enxergar com toda clareza tudo o que está encoberto nas profecias. O jesuíta busca entender as palavras ditas pelos profetas, “usando delas como candeia luzente em lugar escuro e cartilaginoso, até que amanheça o dia”.⁶³ Este lugar referido por Vieira é o futuro, a candeia que o ilumina são as profecias, e o sol que amanhecerá é justamente o cumprimento delas.⁶⁴

Os autores do Antigo Testamento são chamados por Vieira de “videntes”, já que suas profecias chegavam aos lugares secretos do futuro e viam neles de forma clara o que para a maioria dos outros homens não existia e não podiam ver e ninguém o pode, se não estiver alumado pela luz que vem de Deus. É este quem a dá, quando e a quem quiser. O jesuíta confessa não ter esta luz ainda, mas se vê como um escolhido ciente do tempo de Deus, que se utiliza dos profetas antigos, para que os modernos pudessem ver e enxergar com esta luz o que eles viram e conheceram com a sua.⁶⁵

Neste sentido, as primeiras fontes da História que Antônio Vieira se propunha a utilizar eram as profecias vistas no Antigo Testamento, desde Oséias até Malaquias. No Novo Testamento estão os presságios do Apocalipse de São João. Todos ajudarão na construção desta História, servindo ao conhecimento e à inteligência dos tempos futuros. De fato, muitos destes trechos foram empregados nesta obra de forma que os primeiros e principais fundamentos desta História serão as Sagradas Escrituras, que têm como autor o próprio Deus em “hum só livro e hum só author”.⁶⁶

A partir de uma verdade estabelecida se deduzem as demais, ou seja, sobre estes fundamentos desta primeira verdade entra o discurso que vai crescendo e frutificando, sem perder o seu significado e seu sentido. Assim, segundo Vieira, crescem e “florescem” todas as ciências, não somente as naturais, mas também as divinas. O jesuíta se utiliza bastante da teologia, de princípios sobrenaturais, não evidentes, mas conhecidos e que, segundo ele, tira conclusões ainda mais corretas do que a filosofia, posto que não são evidentes. Tanto na forma do discurso humano de buscar conhecer as revelações proféticas, os mistérios, ou no uso da teologia

⁶³ Idem, p. 154.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem, p. 154-155.

⁶⁶ Idem, p.154-155.

para tal fim, é importante o estudo do que Vieira chama de “mestre divino”, bem como o de seus sucessores.⁶⁷

É necessário neste estudo proposto por Vieira, com muito cuidado, juntar o lume natural do discurso com o sobrenatural da profecia, ler e meditar bastante para desta forma se prevenir do falso profetismo, que não consegue estabelecer uma harmonia entre estas duas instâncias. Nesta união, as profecias vão aos poucos se propagando e se estendendo a muitas coisas, tempos, sucessos, até mesmo às circunstâncias nelas ocultas. Neste contexto se busca determinar o tempo certo em que as coisas vão se suceder, ou seja, em que qualidades e circunstâncias do tempo - o estado dos reinos, das nações, os fatos particulares de guerra, de paz.⁶⁸ Na seção 3 analiso como tal combinação ocorre nos escritos políticos e em algumas cartas de Vieira.

Para adentrar na escuridão que é o futuro, o jesuíta emprega um método claro e conciso.⁶⁹ Ele combina a Luz da profecia com outra luz que o próprio Cristo chamou de “luz do mundo”, que são primeiramente os Apóstolos presentes nas Bíblia, e depois os Padres e Doutores da Igreja. Estas duas luzes iluminam este caminho tão difícil de ser trilhado. Serão usados, para tal façanha, tochas e também um fio, as primeiras para ver o escuro dos caminhos e o segundo para entrar e sair pelo intrincado deles. As profecias e os doutores servirão de tochas enquanto que o entendimento e o discurso servirão de fio. Neste caso o jesuíta está tratando das profecias e dos profetas canônicos, que têm muita importância na sua visão, assim como os novos profetas, entre os quais ele se encaixa, e que são iluminados com o mesmo espírito dos outros.⁷⁰

Vieira emprega, na construção de seu livro, uma rígida qualificação do espírito vidente dos profetas do futuro que comparecem nesta História. Por este motivo, em todas as profecias consideradas incertas (onde há dúvida se são de origem divina ou não) cujo autor não se conhece o jesuíta utiliza de rigor metodológico, a fim de provar se o espírito de tais profecias vinha da vontade de Deus. Vieira ainda se valia do tempo em que estes profetas “escreveram” as obras para designá-los merecedores do crédito de constar em seus relatos proféticos. Isto fica explícito na seguinte passagem:

⁶⁷ Idem, p.156.

⁶⁸ Idem, p. 157.

⁶⁹ Sobre este assunto ver o artigo “A modernidade jesuítica e a História do Futuro de Vieira” escrito por Beatriz Helena Domingues, quando esta faz um paralelo entre a busca de um método claro e distinto em Vieira e Descartes. Em 1630, segundo esta autora, houve o início do pensamento moderno com a publicação das “Meditações filosóficas” e do “Discurso do Método” de Descartes e do Julgamento de Galileu. Vieira, portanto, se insere dentro deste pensamento, apesar de manter também um arcabouço impregnado de idéias medievais.

⁷⁰ Idem, p. 159.

[...] e não só provaremos, quando for necessário, o espírito da profecia nestes authores, mas diremos o tempo em que se escreverão as obras que delles existão, a incerteza ou corrupção, com que se tem conservado, com uma breve relação também das mesmas pessoas (quando não forem geralmente muy conhecidas) pelo muyto que importa estas notícias, não só para fé e crédito, senão ainda para a intelligencia e combinação das mesmas profecias, que geralmente dependem do tempo e de outras semelhantes circunstancias.⁷¹

Uma característica bem interessante em Vieira é que, para atingir seus objetivos, ele utiliza uma retórica apurada (comum aos jesuítas de seu período), que recorre principalmente a argumentos bíblicos, mas sem deixar de lado considerações políticas bastante lúcidas acerca da sociedade em que vive; o que contribui para convencer o leitor da veracidade de sua história.⁷² Para isso, eleva a razão como elemento fundamental de comprovação. Mas vale ressaltar que sua definição de razão estava completamente ligada à crença na Onipotência Divina. É estranho pensar nesta idéia de Vieira escrever uma *História do Futuro*, tendo em vista o conceito de história atual. Este se baseia em uma tradição de consciência ou disciplina histórica construída a partir do século XIX e o discurso profético tende a sair bastante dos padrões utilizados por uma história científica. Por isso, longe de produzir qualquer análise histórica deste tipo, Vieira busca na tradição cristã humanista e nos exemplos historicamente construídos (vindos desde a trajetória dos povos antigos) elementos para justificar sua exegese profética.⁷³ A atividade de interpretação dos fatos históricos não se distingue totalmente da exegética, devido ao caráter providencial dado por Vieira a estes acontecimentos. Quanto “maior é o número de profecias já cumpridas, mais certa é a base referencial para novas interpretações”.⁷⁴ Portanto, o jesuíta dá credibilidade tanto aos “Céus”, representado pelos fundamentos teológicos da Igreja Católica, quanto aos fundamentos do “Mundo”, baseados principalmente na razão, mesclando-os para formar seu discurso.

Na *História do Futuro* de Vieira é empregada uma estrutura escolástica de pensamento, uma epistemologia que enquadra a existência de certa hierarquia de verdades, ou seja, quatro gêneros que comportarão esta sua História. As verdades de primeiro gênero são aquelas que enquadrarão as profecias canônicas, das quais não se pode duvidar, ou por serem ex-

⁷¹ Idem, p.160.

⁷² Um exemplo de Vieira “político”, entre vários que eu poderia citar, é quando faz viagens diplomáticas para a Holanda, onde conhece formas de organização política e econômica completamente diferentes daquelas por ele até então conhecidas. Elas impressionam o jesuíta a ponto de levá-lo a sugerir a construção de duas companhias de comércio (nos moldes holandeses) em território português. Além disso, ele observa o enorme número de judeus presentes no território holandês e tem plena consciência o quanto eles representavam para este país em termos econômicos. Daí a tentativa de integrar este povo ao cristianismo, o que consistiria em um passo fundamental rumo ao desenvolvimento econômico e político de Portugal que Vieira tanto desejava para que sua profecia acerca do Quinto Império pudesse se concretizar. Veja seção 3.

⁷³ PINHO, Leandro Garcia, op cit, p. 76.

⁷⁴ PÉCORA, Alcir, op cit, p. 166-167.

postas por escritores autênticos, “por concílios, por tradição, ou pelo consenso *commum* dos Padres, he certo que tem toda aquella certeza infallivel e de fé que as outras verdades sagradas que se contém nas escrituras”.⁷⁵ As chamadas verdades segundas são as outras coisas que se deduzem das primeiras verdades, ainda que entrevenha no discurso alguma proposição científica, ou seja, existe uma certeza teológica. As profecias não canônicas, que podem ser provadas pelos seus efeitos, são as de certeza moral. O último tipo de verdade são aquelas não averiguadas com toda certeza, mas estabelecidas com fundamentos racionais, estão dentro dos limites da verdade opinativa. Mas o que este jesuíta constantemente visa destacar é que, nesta História que ele vai escrever, seja qual for o grau de verdade utilizado, estarão todas elas fundamentadas na Verdade primeira que é o próprio Deus. A partir destas elucidações, Vieira afirma que a sua *História do Futuro* é mais correta e verdadeira que todas as outras histórias escritas até então, exceto em relação às Sagradas Escrituras.⁷⁶

O jesuíta faz uma crítica à “historiografia humana”, dizendo que todo historiador, por mais inteligente, especialista e investigador dos sucessos presentes e passados, escreve por informações, muitas vezes carregadas de subjetividade e malícia, que podem estar repletas de erros, já que existe o afeto. Portanto, a justificativa da prevalência da história deste jesuíta com relação às outras é justamente por estas serem tiradas da grande fonte da mentira, que é na visão de Vieira a arrogância humana, enquanto a primeira é “tirada do lume da profecia e acrescentada do lume da razão, que são as duas fontes da verdade humana e divina”.⁷⁷

2.1.2 Descobrir, profetizar e conhecer: o Quinto Império do mundo

Seguindo a lógica destas profecias, Vieira diz em sua *História do Futuro* que dará a conhecer a mítica quinta parte do mundo, a terra incógnita até então chamada “Austral”.⁷⁸ Os antigos conheciam três partes do mundo, já os modernos, a partir dos portugueses, descobriram a América (a quarta parte). Esperava-se a quinta parte que na própria fala do missionário se insere da seguinte forma: “este foy o mundo passado, este he o mundo presente e este será o mundo futuro; e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) hum

⁷⁵ VIEIRA, Antônio, op cit, 1976, p. 161.

⁷⁶ Idem, p. 161-162.

⁷⁷ Ibid, p. 162-163.

⁷⁸ Ibid, p. 86.

mundo inteiro”.⁷⁹ O mundo de que Vieira fala é bem distinto do que diziam os Imperadores, que segundo o jesuíta, tinham “maior estrondo na voz que verdade na significação”.⁸⁰ Exemplifica esta questão com os faraós do Egito, com os impérios persa, grego e romano, cujos imperadores afirmavam que o território por eles conquistado abrangia todo o mundo. O mundo que Vieira exalta é aquele criado por Deus, o já conhecido e o que se dará ainda a conhecer, todo ele ficará sob o domínio português em um futuro próximo. Desta vez o jesuíta tece a sua argumentação em uma ordem triádica, desta feita aplicada à história do universo. A *História do Futuro*, portanto, prolonga a dos Descobrimentos, já que implica em uma “nova restauração do universo” como descobrimento do que estava oculto.⁸¹

A base bíblica utilizada por Vieira para justificar a implantação deste império, que sucederá os outros quatro, está prefigurado no sonho de Nabucodonosor, interpretado pelo profeta Daniel (capítulo 2, 31-45): a pedra que embate nos pés de ferro e argila da terrível estátua antropomórfica, com “cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e coxas de bronze e pernas de ferro, pulverizando-a e convertendo-se numa ‘grande montanha’, que enche a terra inteira”.⁸²

No final desta mesma passagem de Daniel, é nítida a superioridade deste Quinto Império sobre os demais: “O Deus dos Céus suscitará um reino que jamais será destruído e cuja soberania jamais passará a outro povo: destruirá e aniquilará todos os outros, enquanto que ele subsistirá eternamente” (Dn 2, 44). Destas premissas pode-se elucidar algumas linhas estruturantes do Quinto Império, como: “a novidade da criação divina (um reino emergente numa era futura), a indestrutibilidade, a eternidade e a universalidade hegemônica deste reino”.⁸³

A representação atribuída pelo jesuíta aos quatro primeiros impérios do mundo foi elaborada a partir de três visões dadas por Deus a personagens do Antigo Testamento. São elas: a estátua de quatro metais, dada a Nabucodonosor, a de quatro cavalos de cores diferentes, dada a Zacarias, e a dos quatro ventos do céu que se precipitaram sobre o Grande Mar, concedida a Daniel. As visões apocalípticas deste último profeta, presentes no capítulo 12 das Sagradas Escrituras, segundo Vieira, dão continuidade às outras visões, sendo revelada a Daniel por um anjo uma série de eventos futuros relacionados à criação futura do Quinto Império

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem, p.83.

⁸¹ Idem p. 86-87.

⁸² BORGES, Paulo Esteves. “Padre Antônio Vieira: gênio e loucura”. In: Revista Nova Águia, 2008, pp. 50-52, p. 50.

⁸³ FRANCO, José Eduardo. “O Quinto Império de Vieira como sonho de regeneração de Portugal e do Mundo”. In: Revista Reflexão, 2008, p. 36.

do mundo.⁸⁴ Este se daria pela concretização das profecias e pelo conhecimento por parte dos portugueses desta “quinta” parte do mundo, subjungando os demais reinos existentes no tempo determinado por Deus.⁸⁵

Vale ressaltar que a *História do Futuro* tem estreita relação com o tema dos descobrimentos, já que as vitórias nas batalhas são enfatizadas como feitos épicos, os perigos superados proporcionalmente à quantidade de oceano navegado. Isto é feito de várias formas, e a que parece ser a mais elucidativa delas é quando Vieira faz menção às conquistas de Alexandre Magno, afirmando ser ele um grande homem que “formou o valor, aperfeçoou a arte e acompanhou a fortuna”⁸⁶. E mais uma vez o jesuíta engrandece o valor das profecias, no caso as de Daniel⁸⁷, pois sem elas não “obrára e levára ao cabo o que obrou”⁸⁸. Em seguida, Vieira compara estas conquistas com as dos portugueses, dizendo que com toda certeza as vitórias portuguesas foram muito maiores do que as de Alexandre Magno, afirmação que pode ser bem percebida nesta passagem:

Quem ignora que foram mais estendidas e gloriosas as conquistas dos Portugueses que as de Alexandre Magno na mesma Índia?... Que dissera se vira as navegações dos Portugueses no mesmo oceano? Obrigação tinha, em boa consequência, de lhes chamar immortaes... Não chegarão os Portugueses só as ribeyras dos Ganges, como Alexandre, mas passarão e penetrarão adiante muito mayor comprimento de terras que ha des do mesmo Ganges á Macedônia, donde Alexandre tinha saído.⁸⁹

Em Vieira existe uma semelhança entre a navegação marítima e suas descobertas, e a “navegação do historiador” que, segundo os caminhos dados pelas profecias, vai descobrir a verdade do tempo (o futuro). O jesuíta, a partir deste conhecimento do futuro, vai abordá-lo de forma metafórica como sendo o oceano por arar e ele como sendo o Gil Eanes disposto realizar este prodígio. Nas elucidações feitas por Margarida Vieira Mendes, fica nítido o interesse de Vieira pelo futuro, que sempre é manifestado em seu pensamento: “o futuro incoativo e ostensivo, que se pode apontar com a mão porque está presente”.⁹⁰

O jesuíta compara a aventura do seu livro com as descobertas, no intuito de se entender mais uma vez os segredos das profecias e em especial, dar a notícia de maior verdade do

⁸⁴ VIEIRA, Antônio. *Clavis Profetarum*, Livro III, Ed. Crítica, Coord. Arnaldo Espírito Santo, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000, p. 49.

⁸⁵ Sobre o tempo em que se concretizarão as profecias referentes ao Quinto Império e sobre a pregação universal acerca da consumação do reino de Cristo na Terra por meio da figura dos profetas e dos missionários, ver: seção 2.

⁸⁶ *Idem*, p.106.

⁸⁷ Em especial no seção oito do livro de Daniel que em metáforas, predizia a vitória de Alexandre sobre os persas e os medos e sua partida rumo à conquista do oriente.

⁸⁸ VIEIRA, Antônio, *op cit*, p.106.

⁸⁹ *Idem*, p.106-107.

⁹⁰ MENDES, Margarida Vieira. “Vieira no cabo de não: Os Descobrimientos no livro Antepimeiro da *História do Futuro*”. In: Revista SEMEAR II, 1991 - http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/2Sem_08.html.

que aquela conhecida por autores antigos, que não puderam ter contato com tais verdades. Pois antes de Vieira não havia historiador que passasse do Cabo do Não que é de onde chega o presente e inicia o futuro, porém se começa a navegar para além dele, a fim de localizar o tempo e o espaço. O que só não teria ocorrido (passado o Cabo) porque não havia chegado a hora, como o próprio Vieira afirmava assiduamente: “quando chega o tempo determinado e predefinido por Deus, para que seus segredos se descubram e conheçam no mundo, só então, e de nenhum modo antes, se podem manifestar e entender.”⁹¹ Gil Eanes, neste sentido, é tido como um mero fazedor de história futura e Vieira vai ultrapassá-lo e dará condições para se enxergar e se conhecer a nova geografia do mundo. Enfim, ressalta-se que nesta metáfora ocorre um entendimento de um discurso ou livro especulativo como um fato real e histórico, em que “Gil Eanes vai ganhar o heroísmo visionário do historiador, e Vieira, o do argonauta”.

⁹²

No livro *Antepimeiro* de Vieira, descobrimento torna-se sinônimo de conhecimento, uma vez que nas argumentações do jesuíta, assim como o futuro encaminha para o presente, que o dá a ver e que segundo as profecias já havia sido escrito no passado, “também o conhecimento não faz mais do que descobrir o que já existe. A ciência é a revelação e o novo o que fica a vista quando se levanta o véu colocado por Deus sobre o antigo”.⁹³ As descobertas trouxeram um aumento significativo do conhecimento, uma “ressurreição de verdades”, relação de consequência que o jesuíta transformou em uma identidade. Neste âmbito, a noção de conhecimento aparece representada por meio de metáforas concretas, particulares e marítimas das explorações portuguesas.⁹⁴ Pode-se dizer que o futuro é o lugar para onde se direciona o conhecimento e só quando iluminado é que se pode enxergá-lo.

A exegese de Antônio Vieira, então, integra-se em uma vertente que buscava ler, enxergar ou descobrir, prefigurada em passos proféticos do Antigo Testamento, a nova geografia mundial, como já enfatizado, porém, na direção portuguesa e mais ainda na direção do Brasil, já que Amazonas e Maranhão, locais bastantes presentes para o missionário, se tornaram protagonistas de seus argumentos de interpretação. No momento em que ocorre a expansão da fé junto aos índios, por exemplo, ele buscava justificar a aventura americana dos portugueses, assim como a sua e a de seus amigos jesuítas. A partir desta constatação, afirma-se

⁹¹ VIEIRA, Antônio, op cit, p.167.

⁹² MENDES, Margarida Vieira, op cit, 1991.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Ibid.

em Vieira “um enriquecimento imagético do modo de representar os Descobrimientos, reconhecido, aliás, pela perspicácia estética do próprio autor”.⁹⁵

As considerações feitas até aqui ajudam a confirmar a opção de analisar a obra de Vieira sob a ótica da unidade a partir do anseio profético do jesuíta acerca do *Quinto Império* português. Isso é confirmado nas argumentações de Alcir Pécora ao dizer que “o elo entre os vários aspectos da produção de Antônio Vieira deveria ser buscado junto às suas convicções proféticas” e é este elo, esta coerência na obra vieiriana que busco pela análise de sua profecia e em sua coexistência com observações sobre o mundo concreto que o rodeia.⁹⁶ Com base nesta análise, percebe-se a importância dada pelo jesuíta à sua exegese profética em favor dos portugueses (até mesmo em suas viagens pelo Brasil), sempre mais preocupado em legitimar o seu discurso em argumentos tidos por ele como racionais e ancorados em profecias bíblicas “verdadeiras”. Isso é feito pelo autor através de um cauteloso processo de verificação acerca dos profetas que as redigiram, para fugir do falso profetismo, em uma tentativa teimosa e ousada de ilustrar o que seria o tão sonhado Quinto Império do mundo e convencer os seus ouvintes disso.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ PÉCORA, Alcir, op cit, 1996, p. 61.

3 VIEIRA E A SUA BASE PROFÉTICA ACERCA DO QUINTO IMPÉRIO

O objetivo desta seção é aprofundar um pouco mais na visão profética de Antônio Vieira, a partir de algumas “revelações” dadas por Deus e interpretadas pelo jesuíta, que resultaram na formulação de escritos referentes ao Quinto Império e de quem seria o Rei “Encoberto”, aquele que conduziria Portugal novamente às conquistas. Porém, se faz necessário ter uma visão mais global de sua profecia, entendendo melhor este conceito e a relação de Vieira com o tempo e com as circunstâncias que vivia.

3.1 A interpretação da História profética vieirina: novidade e/ou influência de autores antigos?

A profecia vieiriana implica necessariamente em uma relação entre a eternidade e o tempo, um diálogo entre Deus e o homem. Este diálogo tem a sua estrutura metafísica na idéia de Aliança entre Deus e seu povo, atingindo o seu grau extremo na figura do profeta, “que se define como uma existência votada à comunicação da palavra, pois este fala e, falando, revela o Deus da Aliança”. O lugar da Aliança no Velho Testamento é ocupado na visão de Vieira pela promessa feita por Cristo a D. Afonso Henriques em Ourique, determinando a preferência por Portugal como Povo Eleito para cumprir a “missão sagrada e transcendente de artífice ou instrumento da realização do final completo de Cristo ou Quinto Império”.⁹⁷

O profeta, na visão do missionário, pode ser um sujeito comum, leigo e até mesmo sem fé, desde que seja um ser racional e escolhido por Deus para realizar a sua obra. Neste contexto, tomo como exemplo o destaque dado por Vieira a Bandarra,⁹⁸ por estar bem presente na argumentação vieirina. Para justificar a veracidade da profecia deste sapateiro e também dos demais profetas “comuns” em Portugal, ele afirma que:

[...] de tudo o que foi dito, por doutrina de teólogos, por autoridade dos Santos, por textos das Sagradas Escrituras, e por exemplos de dentro e de fora dela, que qualquer sujeito por indigno e indigníssimo que seja, sem bondade

⁹⁷ TEIXEIRA, Antônio Bráz. “Profecia e Escatologia em Antônio Vieira”. In: Revista Reflexão, 2008, pp.11-21, p. 13.

⁹⁸ Neste caso eu poderia citar qualquer outro profeta enfatizado por Vieira, já que não trato neste momento especificamente do Bandarra, mas da figura do profeta em geral, escolhi este devida sua importância nos escritos vieiranos.

nem virtude alguma, e ainda que careça da própria fé, contanto que seja criatura racional, é capaz do lume da profecia, e de ser verdadeira e propriamente profeta.⁹⁹

Segundo Vieira, nem sempre os profetas descrevem os tempos por meio de imagens e Enigmas, mas frequentemente o fazem por meio de vocábulos de sentido próprio e comum, sendo “tempo”, “dia”, “hora”, “semana”, “ano”, “século” bastante utilizados pela maioria dos profetas. Sobre estes autores é lícito dizer que principalmente sob os nomes e as designações que são mais comuns e parecem mais transparentes,

[...] se esconde um pensamento obscuro do mais alto grau e dimensões dos tempos muito diversas. Neles, efectivamente, dia não significa dia; hora, hora; ou semana, semana; assim como ano não significa ano; nem século cem anos ou o próprio tempo que é de significação indefinida significa tempo indefinido, mas sim definido.¹⁰⁰

Um exemplo disso dado por Vieira pode ser evidenciado nesta citação de Isaías: “O Espírito do Senhor está sobre mim, para que eu pregue um ano agradável ao Senhor” (Is 61, 1-2). Mas este ano, segundo o missionário, “em nada é menor do que todo o tempo da graça e do Evangelho desde cristo predicante a Cristo Juiz”.¹⁰¹

A forma ordinária com que Deus revela este gênero de coisas futuras aos profetas “são os sonhos e as visões e não diretamente, a palavra”. Os homens têm a missão de transmitir estas revelações a outras pessoas, por meio da palavra. Deste modo entende-se melhor a razão pela qual a maioria dos livros proféticos é repleta de metáforas ou figuras e de difícil entendimento. Conforme Vieira, para os homens, a profecia, antes de ser realizada, se apresenta como um Enigma e só quando se cumprem as coisas profetizadas é que se “revela a sua verdadeira dimensão e natureza proféticas”.¹⁰²

O tempo vivenciado por Vieira após a libertação portuguesa do domínio espanhol permitia que assegurasse a confiabilidade das profecias interpretadas por ele, uma vez que elas estavam se concretizando. Para o jesuíta, suas palavras eram inovadoras, nunca ditas por outros autores antigos, uma vez que somente no momento atual, depois de ter escapado de todas as “trevas” presentes no caminho, este imenso conhecimento foi possibilitado de vir à luz para todos enxergarem e assim crerem que o tempo, que segundo Vieira “é o principal comentador das profecias”, agora está totalmente favorável ao desenvolvimento português.¹⁰³ Nesta argumentação o missionário não ignora de forma alguma os autores antigos, mas destaca sua importância como aqueles que tiraram as pedras do caminho para ampliar a sua visão,

⁹⁹ VIEIRA, A. *Apologia das coisas profetizadas*. Org Adma Fadul Muhana, Ed Cotovia, 1994, p. 20.

¹⁰⁰ VIEIRA, ANTÔNIO, op cit, 2000, p. 24-25.

¹⁰¹ Idem, p. 25.

¹⁰² TEIXEIRA, Antônio Bráz, op cit, p. 14.

¹⁰³ VIEIRA, Antônio, op cit, 1976, p. 164.

não deixando de alertar em sua fala o imenso papel da providência divina que obviamente atua em favor de Portugal. Tais proposições abordadas acima estão melhores descritas nas próprias palavras do jesuíta:

Digo que descobrimos hoje mais, porque olhamos de mais alto; e que distinguimos melhor, porque vemos de mais perto; e que trabalhamos menos, porque achamos os impedimentos tirados. Olhamos de mais alto, porque vimos sobre os passados; vemos de mais perto, porque estamos mais chegados aos futuros; e achamos os impedimentos tirados, porque todos os que cavarão neste thesouro e varrerão esta casa, foram tirando impedimentos à vista; e tudo isto por benefício do tempo, ou – para melhor dizer - por providência do Senhor dos tempos.¹⁰⁴

Na visão de Vieira, quanto mais tempo se passa, mais próximo está o futuro. Por este motivo, o jesuíta afirma constantemente a importância dos autores antigos, mas segundo ele o último degrau da escada não é de maneira nenhuma maior que os outros, pode até ser o menor, porém, sendo o último estará sempre acima dos demais, a fim de que dele possa se atingir o que dos outros não se alcançava.¹⁰⁵

Em diversos casos vêm à tona a argumentação vieiriana que profecias claras pareçam ser tão escuras, como uma nuvem entre estas e os olhos, fazendo prevalecer tais trevas. Vale ressaltar que também os olhos humanos devem estar abertos para entender as profecias, pois “as nuvens que Deos Poem sobre a profecia, o tempo as gasta e as desfaz; mas os véos que os homens lançam sobre os próprios olhos, so elles os podem tirar, porque são elles os que querem ser cegos”.¹⁰⁶

Por este motivo Vieira está sempre atento ao que dizem os autores antigos, pois são justamente as suas elucidações que retiraram os impedimentos de compreender os sentidos das profecias que vêm à luz para aqueles que, como o referido jesuíta, percebem-na, e guiados por ela, interpretam as profecias de maneira correta.¹⁰⁷

Em sua opinião não é a antiguidade que dá autoridade aos escritos, mas sim a interpretação destes. O Velho Testamento não é mais perfeito que o Novo por ser mais antigo, muito menos o Novo vai perder sua excelência por ser mais novo. A partir desta afirmação, o jesuíta enfatiza que é necessário saber acolher a novidade, pois não se pode afirmar que somente os antigos foram católicos e sábios: no momento atual, também existem profecias e interpretações tão verdadeiras quanto aquelas. Pois saber só o que disseram os antigos é simplesmente lembrar-se.¹⁰⁸ Estes deixaram muito para os autores modernos, a estes cabe o pri-

¹⁰⁴ Ibid, p.175.

¹⁰⁵ Ibid, p. 165.

¹⁰⁶ Idem, p. 174.

¹⁰⁷ Idem, p. 174-175.

¹⁰⁸ Idem, p. 178-181.

meiro louvor, repete Vieira, “mas ainda deixarão seus grandes talentos em que exercitar os nossos”.¹⁰⁹

O jesuíta mostra que, da mesma forma que no imenso Universo “ficaram mares e terras incógnitas que prometem novas empresas e novos Argonautas”, quanto mais na esfera do conhecimento e da verdade, que não têm nem como medir a quantidade de sua extensão, já que abrange o que é imenso e compreende o que é infinito. Na visão de Vieira aqueles que condenam rapidamente as coisas velhas, em muitos casos são os que só têm o conhecimento destas e vão criticar aquilo que verdadeiramente estará lhe faltando por orgulho de não assumir esta devida falta.¹¹⁰

Neste contexto o missionário diz que as coisas novas pronunciadas em sua História merecem credibilidade, inclusive dos padres mais cultos e da Igreja em geral, pois têm a inspiração e a vontade divina. Portanto, mesmo que tais novidades sejam causa de grandes contradições, é pela própria permissão de Deus que elas virão. Vieira justifica sua argumentação dizendo que até vários feitos divinos também foram causa de muitas contradições e tumulto. Então, é natural e normal a possibilidade de nesta História haver pontos que gerem muita discussão, também pelo fato de lidar com o futuro da humanidade, extremamente importante e que segundo este jesuíta deveria ser levado a sério.¹¹¹

Ele considera estas novidades em sua História não como algo inacessível, inacreditável, mas que nem são novas por novas, pelo contrário, são “novas por antiqüíssimas”.¹¹² Na ciência, segundo Vieira, não nascem muitas verdades, mas a maioria delas ressuscita. Da mesma forma que a quarta parte do mundo, a América, mesmo sendo criada juntamente com as outras três partes (“já estava lá”), foi encontrada posteriormente. Da mesma forma ocorrerá em sua História, coisas que lá se encontrarão já existiam há muito tempo atrás, só não haviam ainda sido enxergadas por muitos, mas que neste momento vêm à luz. Este objetivo profético do jesuíta está exprimido nesta passagem do seu livro:

Humas cousas faz novas o esquecimento, porque se não lembrão; outras a escuridade, porque se não vêm; outras a ignorância, porque se não sabem; outras a distancia, porque se não alcanção; outras a negligencia, porque se não buscão; e de todas estas novidades haverá muito nesta nossa História. Lembraremos nella muitas cousas esquecidas, alumiaremos muytas cousas escuras, descubriremos muytas occultas, poremos á vista muytas distantes, e procuraremos saber algumas ignoradas.¹¹³

¹⁰⁹ Idem, p. 182.

¹¹⁰ Idem, p. 186.

¹¹¹ Idem, p. 186-188.

¹¹² Idem, p. 188.

¹¹³ Idem, p. 189.

O autor mostra que os Padres e doutores antigos não conseguiram dizer tudo e acabaram por negligenciar alguns feitos. Isto fica comprovado quando ele aponta autores como Castro e Canísio, “ambos do século antecedente a este nosso, diligentissimos investigadores da Antiguidade e doutissimos na Erudição, Concílios e Padres”, que disseram que muitas coisas entendidas hoje, foram ignoradas pelos Padres antigos ou ficaram incógnitas a eles.¹¹⁴

Vieira não somente critica os Padres antigos, mas tenta justificar suas limitações, primeiramente dizendo que eles dedicavam todo seu tempo na tentativa de provar a verdade da Encarnação do filho de Deus e o mistério da cruz, fatos ignorados pelos judeus. Agiam de acordo com as necessidades de seu tempo. Estes buscavam nos Livros Sagrados, tanto nos proféticos, quanto nos históricos, nada “mais que os mysterios de Christo”.¹¹⁵ Por isso em todo o seu estudo só acharam a Cristo, enquanto os modernos, que não se prendem às Sagradas Escrituras, puderam encontrar “muytas outras pedras também preciosas”, ou seja, um conhecimento novo.

Ele explica também o porquê dos doutores antigos não terem acertado em tudo. Para isso, aponta que o conhecimento dos Padres antigos era muito limitado, pois o mundo daquele tempo carecia “da verdadeira e exacta cosmografia” e a errada opinião de que o globo da terra não era perfeitamente esférico assim se justificava. Ainda revela que muitas ciências antes de menor porte e tidas como imperfeitas passaram, com o decorrer dos anos, à iminente perfeição, sendo elas a náutica, a bélica, a música, a hidrografia, a arquitetura, a geografia e todas as outras matemáticas, além da cronologia.¹¹⁶

O autor afirma que havia chegado o tempo em que os portugueses, descobridores do Novo Mundo, iriam englobar o mundo em um grande império, o *Quinto Império*, na seqüência dos maiores. Cabia ao jesuíta a obrigatoriedade de esclarecer isso aos lusitanos. Para realizar esta meta, ele mostra que as descobertas modernas estariam reveladas nos Escritos Proféticos e neles estaria prevista a prevalência de Portugal sobre as demais nações e o papel que caberia a este país realizar no âmbito mundial. Isso fica claro nesta passagem:

[...] ambas as transmigrações de Jerusalém concorrerão para a fé de Portugal: a de Christo com o apóstolo Santiago, e a de Nabucodonosor com o profeta Malachias, depois São Pedro (vulgarmente de Rates), que foy a pedra fundamental, depois do sagrado apóstolo, da Igreja de Portugal. Os filhos Igreja e herdeyros desta fé forão os que dalli a tantos annos dominarão, com os estandartes della, as cidades e regiões do Austro, que são propriissimamente as que correm de huma e outra parte do Oceano Austral: á parte direita pela

¹¹⁴ Idem, p. 193.

¹¹⁵ Idem, p. 195.

¹¹⁶ Ibid, p. 194.

costa da América ou Brasil, e á esquerda pela costa da África ou Ethiopia, cuja rainha Sabbá chamou Chisto *regina Austri*.¹¹⁷

Com a ajuda dos autores antigos, Vieira tece sua narrativa profética, mas surge um problema de ordem teológica no momento em que tenta definir em que tempo se dará os mistérios de Deus, tão almejados por ele. O tempo e a hora, portanto, de se descobrir os segredos de Deus que estão ocultos, só Este o define, independente dos seus expositores, por mais santos e inteligentes que estes possam ser, falarão de coisas muito discretas acerca das profecias, bastante variadas, verdadeiras, mas o sentido exato delas ficará oculto e escondido, uma vez que não foi a hora prevista por Deus para que este sentido fosse revelado abertamente. Por isto o jesuíta afirma que a maior vantagem de sua História é falar de forma clara e concisa do verdadeiro sentido das profecias antigas e em qual futuro próximo estas se concretizarão, em uma argumentação que deixa claro que já que é chegado o tempo definido por Deus dos “grandes acontecimentos”.¹¹⁸

3.2 Vieira e os “Encobertos”: D. João IV ou D. Sebastião?

Para entender melhor este “Novo Tempo” destacado por Vieira, abordarei um pouco do conteúdo de algumas profecias específicas acerca do Quinto Império. Enfatizarei parte das trovas de Bandarra e da *História do Futuro* para, posteriormente, abordar um importante debate sobre a profecia de Vieira contida em sua carta *Esperanças de Portugal*, que engloba autores como Nicolau Bourey, que concordam com a tese de Vieira e também autores anônimos que divergem do conteúdo presente nesta carta.

Uma das principais crenças messiânicas e milenaristas existentes em Portugal e de extrema importância para a formulação dos escritos proféticos do jesuíta são referentes às trovas ou profecias de Bandarra. Há um “clamor” profético e messiânico característico de suas trovas, que se relaciona com o retorno do Rei Encoberto, aquele que levaria de Portugal a todos os povos o cristianismo. Elas ganham força justamente quando D. Sebastião desaparece em uma de suas expedições pela África no intuito de retomar a expansão ultramarina e recuperar as possessões em terras africanas. Bandarra será considerado como o autor da “Bíblia” do

¹¹⁷ Ibid, p.239.

¹¹⁸ Idem, p. 167-170.

Sebastianismo, sendo relido por letrados portugueses seiscentistas, como o padre Vieira, que interpretará o Encoberto do qual fala Bandarra como sendo D. João IV.¹¹⁹

Tanto João Lúcio de Azevedo, quanto Besselar, que redigiram a história do sebastianismo, o definem como um messianismo português. A profecia lusa, segundo este último autor, seria ao mesmo tempo base e produto deste messianismo (abordado como uma esperança histórica constituída por uma crença em um escolhido por Deus que traria a salvação). O messianismo, sublinha Besselaar, “pressupõe uma sociedade sacralizada, que tem na religião sua força aglutinadora, a chave de interpretação de todos os acontecimentos”.¹²⁰

Antes de analisar o sebastianismo na versão de Vieira, vale ressaltar que ele não é o único a proclamar o Encoberto como aquele que tomaria a coroa portuguesa e se tornaria o rei do mundo. Antes dele, Manuel Bocarro (1593-1662), ou como passou a intitular-se, Jacob Rosales, fez este anúncio, dizendo que sua missão era profetizar a vinda do Encoberto. Este autor era um cristão-novo que ainda estava ligado à tradição messiânica. Esta tradição se transportou de certa forma para o messianismo português. Com a publicação da obra *Anacephaleoses da Monarchia Lusitana* em 1624, Rosales “canta o passado português e anuncia o futuro esplendor, em que Portugal há de ser a mais poderosa Monarquia do mundo numa era de paz e fraternidade”.¹²¹

Neste período também surgiram autores, como D. João de Castro e Sebastião de Paiva, que também analisaram a idéia de Quinta Monarquia, o Milagre de Ourique e a fundação do reino português, as Trovas de Bandarra e a vinda do Encoberto. Além disso, da mesma forma que Vieira (ou pelo menos eu o enxergo) abordaram estas narrativas como complementares e não separadamente, pois estão articuladas “como provas clarividentes – pois inspiradas divinamente da eleição de Portugal”.¹²² Após Vieira, o tema do Quinto Império continuou a percorrer autores do século XVIII, como, por exemplo, Anselmo Caetano, “identificado agora no rei-sol português, D. João V”.¹²³

Pensando propriamente na argumentação de Vieira, há uma prevalência de Portugal em relação aos outros países existentes no que se refere ao seu futuro glorioso. A forma como ele mostra isto leva em consideração as circunstâncias dos tempos passados, presentes e dos

¹¹⁹ HERMANN, Jacqueline. *No reino desejado: a construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII*. São Paulo Companhias das Letras, 1998, p. 19.

¹²⁰ BESSELAR, José van den. O Sebastianismo. História Sumária, Lisboa, 1987. In: PALACÍN, Luís Gomes. *Entre o reino imperfeito e o reino consumado*. Edições Loyola, 1998, p.84-85.

¹²¹ FRANCLIM, Sérgio. “A vida e o Quinto imperialismo padre Antônio Vieira”. In: Revista Nova Águia, 2008, pp.56-60, p. 57.

¹²² LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brasileiro*. Tese de Doutorado, São Paulo, 2005, 15.

¹²³ Idem, p. 18.

que estão por vir. Todas são abordadas em seu favor, ou seja, reforçando o papel messiânico em favor da nação portuguesa. Até mesmo as conquistas dos portugueses têm uma razão de ser, uma raiz bem antiga, que já os colocava como os “escolhidos” para o domínio mundial. Segundo Vieira, o primeiro português no mundo foi Tubal¹²⁴, conforme o décimo capítulo do livro do Gênesis, sendo este o quinto filho de Jafé em que se verificou a benção de seu avô Noé. Nele, se cumpriu a profecia e promessa feita a seu pai Jafé de que só os portugueses, descendentes e sucessores de Tubal conquistariam as quatro partes do mundo.¹²⁵

Para Vieira, a história de Portugal vem mostrando que em todos os momentos em que a situação do país se tornava crítica, a intervenção divina se manifestava, e, de maneira decisiva, em favor dos portugueses. As palavras de Cristo ditas a Afonso Henriques na véspera da batalha no campo de Ourique contra o rei mouro Ismael, por exemplo, têm estreita relação, são a prova de uma aliança entre Deus e a nação portuguesa, selada na promessa da sucessão dinástica. Cristo, neste contexto, se encontra extremamente comprometido com a descendência dos reis portugueses e com o destino histórico da monarquia fundada a partir do primeiro Afonso, já que Ele afirmava ser Portugal a Sua nação.

Estas argumentações, em Vieira, são inseparáveis da grande questão referente à busca por um rei esperado ou Encoberto, na época da Restauração, período ideal para se acreditar em sua existência, mito sobre o qual este jesuíta tornou-se o maior dos intérpretes. O processo de ocultamento, inevitável quando Deus se figura no mundo, seria feito a partir de um favorito da Providência, destinado a ter um papel fundamental no fim da história humana. Esta pessoa, na visão de Pécora, é a cabeça do corpo místico do Estado e de forma alguma um ser individual cuja posição não pudesse responder pela totalidade hierárquica da nação. Esta pessoa humana, na visão de Vieira, vai responder “tanto a esperança humana na participação no Ser, quanto aos desígnios intocáveis do Ser para com suas criaturas”.¹²⁶ A identidade do Encoberto variava na visão de Vieira,¹²⁷ não era forma alguma imutável, já que ele vivia disposto a alterar o Ungido e escolhido por Deus, embora jamais se modificasse a condição verdadeiramente real dele, nos termos do próprio conceito da sucessão dinástica. O ponto decisivo é que caberia a ele ir à frente e colocar em marcha o futuro universal da cristandade.¹²⁸

¹²⁴ O significado deste nome é homem de todo o mundo, de todo o orbe, daí a justificativa de que os portugueses conquistarão as quatro partes da terra, que se torna sinônimo de Portugal.

¹²⁵ PÉCORA, Alcir, *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo. EDUSP, 1996, p.234-235.

¹²⁶ Idem, p.250.

¹²⁷ O jesuíta tendia a colocar o próximo rei desta dinastia portuguesa (desta linha sucessória) como sendo o Encoberto. Na medida em que os reis se sucediam, contudo, fez esta atribuição a D. João IV, a partir de 1641; a D. Afonso VI, a partir de 1664; a D. Pedro II e aos dois filhos deste a partir de 1675.

¹²⁸ PÉCORA, Alcir, Op. cit, p. 252-256.

3.2.1 D. João

Vale aqui mencionar um debate proposto por José Von de Besselar acerca das profecias e das polêmicas surgidas a partir destas interpretações de Vieira, principalmente com relação à identidade do Encoberto. Na carta *Esperanças de Portugal* escrita em 1659, enviada a partir do Maranhão ao padre André Fernandes, confessor da rainha regente e bispo nomeado no Japão, o jesuíta defende fervorosamente que seria D. João IV o Rei esperado, que ele ressuscitaria e levaria Portugal novamente às grandes conquistas. Nicolau Bourey, natural da Bélgica, mas radicado em Lisboa há muito tempo, foi praticamente o único a apoiar esta tese de Vieira. Contrapondo-se a eles, dois autores anônimos,¹²⁹ sebastianistas ortodoxos, redigiram papéis fazendo críticas diretas à forma como Vieira interpretava os escritos de Bandarra na referida carta.¹³⁰

Segundo Besselaar, este escrito de Vieira só tinha aparência de carta, pois é visível que o jesuíta ambicionava atingir um público mais amplo, mesmo dizendo repetidamente que se tratava de uma carta secreta, ou seja, eram aquilo que os estudiosos dos jesuítas chamavam de cartas edificantes.¹³¹ Embora possa não parecer crível que André Fernandes, confrade de Vieira, advertido de só mostrar a carta à rainha, quebrasse o sigilo, emprestando-a para outras pessoas. Mas foi o que fez, repassando a carta a qualquer pessoa que quisesse ler ou copiar. Daí Besselaar concluir que tudo levava a crer que este sigilo existia apenas na fantasia de Vieira.¹³²

Em 1660 o Conselho Geral do Santo Ofício expediu uma ordem ao bispo do Japão para que Vieira comparecesse diante da Mesa e lhe entregasse um papel intitulado *Esperanças de Portugal*. Tal ordem seria inconcebível se este escrito de Vieira não tivesse certa divulgação. É pouco provável que o Santo Ofício soubesse de um segredo entre a rainha e o seu confessor se ele não tivesse “vazado”.¹³³ Este é um excelente indicativo de que a carta passava de mão em mão e que era muito comentada. Todas as reações com relação a este papel pressupõem uma larga divulgação, fato que, a nosso ver, foi muito bem planejado por Vieira, sem

¹²⁹ Entre estes autores, vale ressaltar que um intitulou seu papel como *Ante-Vieira* e o outro como *Opinião Contrária à da ressurreição Del-rei D. João IV*. Este último escrito não será abordado neste trabalho, pois parte de seu conteúdo está inserido no *Ante-Vieira*, que entendemos ser mais bem elaborado e mais compatível com as discussões por nós propostas.

¹³⁰ BESSELAAR, José Van Den. *Antônio Vieira: profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

¹³¹ O' MALLEY, John. *Os primeiros jesuítas*. São Paulo/São Leopoldo: Edusp - Unissinos, 2005.

¹³² BESSELAAR, José Van Den. Op cit., pp.36-37.

¹³³ Cf. o processo inquisitorial de Vieira, em Processos apartados, 1664, f. 2r.

que ninguém soubesse exatamente como. É bem provável que o jesuíta tenha autorizado o seu copista, em São Luiz, a tirar algumas cópias delas e enviá-las à metrópole.¹³⁴

Em julho de 1660, Nicolau Bourey, então na prisão de Limoeiro, tomou conhecimento do Papel e, em plena concordância com a tese de Vieira, escreveu outro, intitulado *Para os Incrédulos da Ressurreição Del Rei Dom João Quarto*, reconhecendo a ressurreição de D. João IV e lamentando o fato dela ser tão pouco aceita em Portugal. Porém, segundo Besse-laar, não teve muita habilidade em escrevê-lo e nem teve o consentimento do próprio Vieira que disse abertamente não ter gostado do que leu.¹³⁵

Este escrito, bem como os outros dois anônimos de Vieira, tem por base as profecias de Bandarra, porém cada um argumentando em prol de diferentes teses. O principal trecho enfatizado por Bourey foi:

Já o tempo desejado é chegado, segundo o formal assenta; já se passam os corenta, que se ementa por um doutor já passado. O Rei novo é acordado, já dá bravo, já arressoa o seu pregão, já Levi lhe dá a mão contra Siquém des-mandado E segundo tenho ouvido e bem sabido agora se cumprirá; e desonra de Diná se vingará, como está prometido.¹³⁶

Após a morte de D. João IV, Bourey reconheceu ter feito pouco caso das trovas de Bandarra, porque não as entendia. Mas depois de ter lido a carta de Vieira, que é citada várias vezes em seu texto, ele as compreendeu e fez críticas a muitos apaixonados por D. Sebastião que explicavam e interpretavam as trovas do seu jeito, o que lhe confundia a cabeça. Vieira, a seu entender, já havia mostrado com clareza a veracidade da profecia de Bandarra acerca do ano quarenta, “o novo Rei alevantado antes que cerrasse este ano e alguns pormenores deste período, profecias presentes nas trovas 72, 87, 88, 89, 90, e 103, todas elas cumpridas, o que legitima ainda mais o argumento vieiriano presente neste papel de Bourey”.¹³⁷

No texto de Bourey fica evidente que ele não considerava o contexto vivido por Portugal no período profícuo para o país. Os pensamentos de Bourey flutuavam sobre muitos males passados: o grande bem do milagroso socorro de Elvas,¹³⁸ e contemporaneamente “sobre as pazes concluídas e celebradas entre as duas coroas de Espanha e França”, firmada no Tratado de Pirineus em novembro de 1659, que excluía Portugal. Porém, com o conhecimento da carta de Vieira em 1660, fazendo de Bandarra, antes desacreditado e considerado herege, a ser visto como o verdadeiro profeta de Portugal.

¹³⁴ BESSELAAR, José Van Den, Op. cit., p.37.

¹³⁵ Idem, p. 115.

¹³⁶ BANDARRA, Gonçalo Annes. *Bandarra descoberto nas suas Trovas*. Londres, W. Lewis, 1810, trova 99.

¹³⁷ BOUREY, Nicolau: *Para os incrédulos da ressurreição Del Rei D. João IV*. Ed José Van den Besselar, Op. cit, p. 119.

¹³⁸ Esta cidade foi cercada em 1658, resultando na derrota dos castelhanos no início de 1659 durante a batalha das Linhas de Elvas.

A tese de Vieira sobre as trovas de Bandarra é explicada e retificada por Nicolau em frases como “O Rei novo é acordado” (trova 99), trocando acordado por ressuscitado; “é elegido e escolhido” (trova 100). O nome do Rei é comparado à figura do Leão: “Já o Leão é esperto, mui alento”,¹³⁹ (trova 75), pois é astuto para tomar os portos de Além em África, Marrocos e Tremecém.¹⁴⁰ Com estas interpretações proféticas percebe-se claramente a convergência desta tese com a proposta feita por Vieira em sua *História do Futuro*: a de que, o Rei Encoberto, levaria Portugal (neste caso, D. João IV) ao sucesso nas conquistas e se constituiria no Quinto Império do mundo.

Bourey faz um questionamento que, segundo ele, Vieira não havia feito: qual a razão pela qual a Praça de Olivença foi entregue quase que sem resistência contra toda a razão política e militar, e então acompanhada da campanha de 1657? A razão seria que o papa Alexandre 7º

[...] tinha limitado tempo e advertido a El-Rei Católico que, se naquela campanha de 657, depois da morte del Rei D. João 4º, não fizesse obra de consideração tocante de sojeitar ao Reino de Portugal, havia de reconhecer e confirmar os bispos a El Rei Dom Afonso, que Deus guarde.¹⁴¹

Bourey justifica desta forma o fato de Deus ter permitido que a Praça de Olivença se entregasse tão facilmente e que a campanha fosse tão decepcionante. Pois o reconhecimento do papa estava reservado a D. João IV, motivo pelo qual não aconteceu com D. Afonso, pelas razões explicitadas acima.

Por fim, termina seu argumento pedindo ânimo aos portugueses, garantindo-lhes que “nos vossos ombros corrobora e está determinado e decretado o Quinto Império do Mundo, profetizado pelo celebrado Gonçalo Anes Bandarra” e explicado por Vieira em sua carta. Estas profecias reforçam o juramento do “nosso primeiro e sancto Rei” D. Afonso Henriques, jurando nas Cortes de Coimbra o que Cristo lhe disse: “Quero em vós e em vossos descendentes fundar e estabelecer um Império”.¹⁴² Elas convergem com a argumentação de Vieira em sua *História do Futuro* quando afirmava haver uma aliança entre Deus e a nação portuguesa, selada na promessa da sucessão dinástica. Cristo, neste contexto, se encontra extremamente comprometido com a descendência dos reis portugueses e com o destino histórico da monarquia fundada a partir do primeiro Afonso, já que Ele afirmava ser Portugal a Sua nação.¹⁴³ Tal eleição e conseqüente providencialização do que Pécora vai chamar de corpo místico da

¹³⁹ VIEIRA, Antônio. *Esperanças de Portugal*. Ed José Von Den Besselar, 2002, pp. 41-108.

¹⁴⁰ BANDARRA, Gonçalo Annes, Op. cit, Trova 85, 1-5.

¹⁴¹ BOUREY, Nicolau. *Para os incrédulos da ressurreição Del Rei D. João IV*. Ed José Van den Besselaar, p. 122.

¹⁴² Idem, pp. 132-133.

¹⁴³ VIEIRA, Antônio, Op. cit., 1976, pp. 240-241.

nação, entre todas as outras existentes, legitima a garantia divina de sucessão hereditária de seu príncipe.¹⁴⁴

3.2.2 D. Sebastião

O papel de um autor anônimo intitulado *Ante-Vieira*, nos parece dotado de maior rigor metodológico do que o escrito por Bourey. O autor apócrifo exhibe uma vasta cultura teológica e canônica. Em seu depoimento, Bandarra não era tido como o verdadeiro profeta de Portugal, como apontara Vieira. Pelo contrário, existiram outros profetas do Quinto Império que mereciam consideração por sua reconhecida santidade. Isto, porém, não o impedia de reconhecer a importância de Bandarra como fazia Vieira, nem de “interpretá-las com toda a seriedade”.¹⁴⁵

O autor deste escrito tinha um discurso totalmente favorável a D. Sebastião e não era grande admirador de D. João IV. Homenageou este rei como o restaurador da independência, mas não fazia nenhuma questão de vê-lo ressuscitado. Enxergava Vieira como alguém sutil, engenhoso, “capaz de defender qualquer causa que lhe conviesse: sua rica fantasia, qualidade louvável num pregador, chegava a prejudicá-lo como autor de tratado científico”. O que movia Vieira a escrever em favor de D. João IV, segundo este autor, era a sua gratidão para com este rei, que tanto o apoiou e confiou em seu talento como pregador e diplomata.¹⁴⁶

A principal argumentação presente no *Ante-Vieira* consiste na proposição de que era mais plausível acreditar que D. Sebastião ainda estivesse vivo - já que ninguém (e principalmente Vieira) não poderia provar o contrário -, do que em uma possível ressurreição de um rei já morto e enterrado. É claro que o autor não nega a possibilidade de Cristo, com todo o seu poder, ressuscitar um homem morto, mas para ele, parecia muito mais fácil re-aparecer um rei ausente.¹⁴⁷

O autor de *Ante-Vieira* utiliza as mesmas trovas de Bandarra que Vieira e Bourey explicitaram em seus textos, porém com um enfoque bem distinto deles: buscava refutar as provas do silogismo empregado por Vieira em sua carta. O primeiro argumento utilizado pelo anônimo diz respeito a pouca fé no reinado de D. João IV e na trova 119 de Bandarra estar

¹⁴⁴ PÉCORA, Alcir, Op. cit., p. 252.

¹⁴⁵ BESSELMAR, José van den, p. 142.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ ANÔNIMO: *Ante-Vieira*. Ed de José Van Den Besselar, p. 148.

escrito que “a fé será exaltada”. Segundo ele, pelo contrário, nunca houve tanto judaísmo em Portugal como neste período, tanto nas colônias como na metrópole portuguesa.¹⁴⁸

D. João não poderia ser chamado de “Infante”, como se vê no texto de Vieira, pois:

[...] infantes são propriamente filhos de reis, o que ele não era. Nem se lhe podia acomodar este nome por bisneto de um Infante, se que este nome, tomando-o em larga significação, compreende todas as pessoas supremas, como reis, príncipes e outros descendentes de reis.¹⁴⁹

Este termo seria bem melhor apropriado para caracterizar D. Sebastião. Profetizando em verso, com a sua habilidade de poeta, Bandarra teria se referido como “Infante” a D. Sebastião, “pois nele havia maior razão para se lhe acomodar este nome que a El-Rei D. João, a quem só parece que o especifica com o nome próprio”.¹⁵⁰

Outro ponto da trova de Bandarra considerado importante pelo autor anônimo, que também é referenciado por Vieira em sua carta, é: “Não tema o Turco, não, nesta sezão, etc.”

¹⁵¹ A intenção seria esclarecer que os turcos não precisavam temer uma invasão de D. João no tempo da aclamação, já que isto se guarda para o momento de sua ressurreição.¹⁵² Mais uma vez o autor anônimo contraria Vieira dizendo que esta estrofe de Bandarra se aplicaria muito melhor a um rei que pudesse estar naturalmente vivo do que um morto (em novembro de 1656) havia mais ou menos seis anos e ainda mais estará quando nele se verificar o que diz o expositor. O nome de “Rei Novo” dado ao Encoberto, prossegue o anônimo, aquele que subjugaria o Turco e levaria a cabo as grandes conquistas, não poderia ser dado a D. João IV, que já fora rei há alguns anos. “E se a ele se pode acomodar este nome por ressuscitado, com a mesma propriedade se poderá também acomodar também ao outro – aparecido-, depois de oitenta anos de perdido”.¹⁵³

Tanto Antônio Vieira quanto Nicolau Bourey fazem menção ao ano de 1666 como o ano dos “grandes acontecimentos” em Portugal, conforme a seguinte trova de Bandarra: “Porque haveis de notar e assentar que, aprazendo ao Rei dos Céus, trará por ambas as Leis; e nestes seis vereis cousas de se espantar”.¹⁵⁴ Bourey argumenta que estes misteriosos “seis” são mencionados no texto de Bandarra por três vezes,¹⁵⁵ interpretado como o ano de 1666, em que se podia esperar ou a ressurreição de D. João IV ou a destruição completa da Casa Oto-

¹⁴⁸ Idem, p. 154.

¹⁴⁹ Idem, p. 155

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ BANDARRA, Gonçalo Annes, Op. cit, Trova 87.

¹⁵² VIEIRA, Antônio. *Esperanças de Portugal*, op cit, 2002, pp. 57-58.

¹⁵³ ANÔNIMO: *Ante-Vieira*. p. 159.

¹⁵⁴ BANDARRA, Gonçalo Annes, Op. cit, Trova 100, 6-11.

¹⁵⁵ Bourey menciona duas outras passagens nas trovas de Bandarra onde são mencionados estes “seis”.

mana.¹⁵⁶ Porém o autor do *Ante-Vieira* mostra que Bandarra, antes de falar de anos, discursava muito mais de reis e não percebera nada de incomum nos anos da década de 1660, tão esperada por Vieira.

Por onde se vê que o Bandarra falou só de pessoas, e que o perigo havia de ser, ou a respeito do que teve El-Rei de Castela em lhe tirarem das unhas um tão bom reino de que estava de posse, ou que também fosse o açoite e castigo nas pessoas em que se deu; e que falasse nelas, e não em terras.¹⁵⁷

Deste modo, a pessoa que sofria estes castigos, na visão deste autor, poderia ser muito bem D. Sebastião, uma vez que, em conformidade com a crença popular no período em Portugal, vagava pela África, fazendo orações e jejuns para pagar os pecados cometidos por seu país até o momento em que fosse determinada a sua volta como o Encoberto; aquele esperado e desejado pelo povo português.

O último argumento deste anônimo defendido com fervor e que, segundo ele, também refutava as teses defendidas por Vieira em sua tese sobre a Ressurreição de D. João IV, dizia respeito às profecias de Nostradamus¹⁵⁸, o Bandarra francês, conhecido em Portugal em seus vaticínios impressos em 1568, nos quais havia prognosticado vários fatos, entre eles a morte violenta do rei Carlos da Inglaterra.¹⁵⁹

Nostradamus diz que o Príncipe XVI gravará seu imortal nome sobre o pé da Cruz¹⁶⁰ no ano de 1660: a discussão girava em torno de quem seria este futuro Encoberto e quais as razões de sê-lo. O anônimo do *Ante-Vieira* elabora uma argumentação bem instigante dizendo que o referido Rei seria D. Sebastião, porque pela série real de sucessores de D. Afonso Henriques, ele seria o décimo sexto sem contradição alguma. O 1º foi D. Afonso; o 2º, seu filho, o Rei Sancho, o Povoador; o 3º, o Rei D. Afonso, Segundo do nome, o Gordo; o 4º, o Rei D. Sancho Segundo, seu filho, o Capelo; o 5º, o Rei Afonso, o Terceiro, Conde de Bolonha, seu irmão; o 6º, o Rei D. Dinis, seu filho, o Liberal; o 7º, Rei D. Afonso Quarto, seu filho, o Bravo; o 8º Rei D. Pedro, 386 seu filho, o Justiceiro; 9º Rei D. Fernando, seu filho, o Remisso; 10º Rei D. João o Primeiro, seu irmão, o Invictíssimo; 11º Rei D. Duarte, seu filho, o Eloqüente; 12º Rei D. Afonso o Quinto, seu filho, o Africano; 13º Rei D. João o Segundo, seu

¹⁵⁶ BOUREY, Nicolau: *Para os incrédulos da ressurreição Del Rei D. João IV*. Ed José Van den Besselar, pp. 126-127.

¹⁵⁷ ANÔNIMO: *Ante-Vieira*. Ed de José Van Den Besselar, p. 166.

¹⁵⁸ Sobre Nostradamus e a versão portuguesa de suas profecias, encontrada nos livros dos sebastianistas, ver: BESSELMAR, José van den, Op. cit., nota complementar 15.

¹⁵⁹ ANÔNIMO: Op. cit., p.201.

¹⁶⁰ O número dezesseis foi escolhido tendo por base o “Juramento de D. Afonso Henriques”, correspondendo à “décima sexta geração” da qual fala o Rei.

filho, o Príncipe Perfeito; 14 ° Rei D. Manoel, seu primo, o Felicíssimo; 15 ° Rei D. João Terceiro, seu filho, o Piedoso; 16 ° Rei D. Sebastião, seu neto, o Magnânimo.¹⁶¹

Se for contar pela série genealógica, assegura-nos o autor, também D. João será a décima oitava geração do rei Afonso Henriques, seguindo a geração dos Duques de Bragança nesta ordem: a 10 °, El-Rei D. João o Primeiro; a 11°, seu filho não legítimo, D. Afonso, 1 ° Duque de Bragança; a 12 °, D. Fernando; a 13 °, D. Fernando, Segundo do nome; a 14 °, D. Jaime; a 15 °, D. Teodósio; a 16 °, D. João; a 17 °, D. Teodósio, Segundo do nome; 18 °, D. João Quarto.¹⁶²

Assim, o autor afirma que o Rei D. Sebastião é a décima sexta geração de D. Afonso Henriques, tanto pela via genealógica, como pelo número de reis, “contando desde o primeiro até ele, sem interrupção de mais reis que seu pai, o Príncipe D. João, que não chegou a sê-lo”. Termina seu argumento explicando a seguinte frase de Nostradamus: “O Perdido será achado, e o Escondido de largo tempo será Pastor honrado”. O Perdido, em sua visão, foi certamente o Rei D. Sebastião na batalha de Alcácer. Estava Escondido por largo tempo, - já que não aparece há mais de oitenta anos -, muito tempo para aplicar-se tal estrofe a D. João IV, que havia poucos anos estava escondido debaixo da terra.¹⁶³

Porém, diferentemente do que pode ter sugerido até aqui, Vieira também fora um Sebastianista convicto, com opiniões até semelhantes àquelas do panfleto apócrifo. Dizemos isto com base, por exemplo, em um sermão inteiro que dedicou a São Sebastião, em 1634, quando se encontrava ainda na Bahia. Segundo Jacqueline Hermann, é bastante plausível que manuscritos reveladores da crença sebastiana, como as trovas de Bandarra, circulassem na Bahia desde 1591. “Levados por cristãos-novos fugidos de Portugal, foram localizados pela primeira visitação do Santo Ofício, traduzidos para o castelhano e intitulados *Trovas do Sapateiro de Trancoso que chamavam Bandarra*”. O Brasil era um dos lugares escolhidos para as pessoas que preferiam abandonar o reino no tempo dos Felipes, o que provavelmente favoreceu a divulgação destas crenças, e talvez tenha instigado Vieira a iniciar sua exegese profética.¹⁶⁴

Este sermão foi pregado no dia de São Sebastião, mesma data do aniversário do rei. Vieira parte da diferenciação entre a bem-aventurança no céu e terra e utiliza a dicotomia descoberto/encoberto para introduzir a história e a glória de São Sebastião. O jesuíta dizia que, enquanto a bem-aventurança no céu é descoberta, na terra ela é encoberta da mesma forma que Deus, “encoberto debaixo dos trajes vis da pobreza, das nuvens tristes das lágrimas e dos

¹⁶¹ ANÔNIMO: Op. cit., p. 202.

¹⁶² Idem, p. 203.

¹⁶³ Idem, p. 204.

¹⁶⁴ HERMANN, Jacqueline, Op. cit., p. 227.

horrores macilentos de fome”. Assim andam no mundo encobertos os bem-aventurados e, segundo Vieira, deste modo viveu São Sebastião, o “Sebastião Encoberto”.¹⁶⁵

São Sebastião (especifica ele) foi encoberto na vida, na morte, na fé e nas obras. Na vida, “porque encobriu a verdade debaixo da opinião da morte, assim como encobriu a verdade da fé com a política das obras”. Assim como os autores que criticaram Vieira acerca de seu joanismo, neste momento o próprio jesuíta ignorava a morte de São Sebastião, com um argumento ainda mais requintado. Afirmava que os bárbaros e tiranos acreditavam em sua morte, enquanto os amigos e a igreja lamentavam por ela: mas o que importa que este reino estivesse morto na opinião dos descrentes, se ainda vivia na realidade? O núcleo do argumento de Vieira está no questionamento de fatos supostamente verdadeiros, suposição embasada na ausência de indícios que os contrariem.¹⁶⁶

Dentre os vários exemplos que Vieira cita neste raciocínio está o fato bíblico que narra o episódio no qual Jonas fora engolido por uma baleia: todos julgavam que ele estava morto. Segundo Jacqueline Hermann: “que coisa era aquela grande baleia do mar senão uma Ilha Errante em que ninguém podia tomar porto, que ora aparecia, ora desaparecida”? Ela, então, estabelece uma analogia com este sermão de Vieira que localiza o Encoberto nesta ilha Encoberta “com o passar dos dias e das noites da profecia de Cristo, ele desembarcará vivo, e com assombro, nas praias de Nínive”.¹⁶⁷ E, desta forma, Vieira mostrava como sofreria São Sebastião antes de voltar vivo para assumir sua missão em torno de levar Portugal a assumir e tomar a sua posição de Quinto Império do mundo.

3.2.3 A visão de Vieira de acordo com a ocasião

Após esta reflexão sobre o profetismo vieiriano e outros concorrentes, penso ser possível afirmar que as situações vivenciadas pelo jesuíta, enquanto elaborava seus escritos proféticos, refletiam-se na redação de seus sermões, inclusive nas diferenças entre eles. Destaco pelo menos três momentos de “amadurecimento” da profecia de Vieira de acordo com a situação vivida por ele. Um Vieira “inicialmente” visionário, que, como outros autores, enxergava

¹⁶⁵ Este sermão foi pregado na igreja de São Sebastião em Accupe, termo da Bahia, em Coleções dos Principais sermões que pregou o Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, dedicada a santo Antônio de Lisboa, e oferecida a Antônio Martins, homem de negócio nesta corte por Dionísio Teixeira de Aguiar; familiar do Santo Ofício, (1754).

¹⁶⁶ HERMANN, Jacqueline, Op cit, p. 228.

¹⁶⁷ Idem, p.229.

o Encoberto na figura de D. Sebastião (tendo, inclusive, escrito um sermão inteiro em sua homenagem). Nesta fase, baseava suas próprias previsões nos presságios de Bandarra, nos quais encontrava mais indícios da volta de D. Sebastião do que qualquer outro rei, concordando neste ponto com o autor de *Ante-Vieira*. O segundo Vieira era extremamente “grato” a D. João IV, que o promovera na corte e o permitira ainda ser diplomata e pregador oficial do reino, além de ser seu amigo e confidente. Ainda que redigindo como visionário, tratava-se, acima de tudo, de um Vieira que legitimaria este rei como sendo o “Encoberto”. Por fim, um Vieira “realista”, que precisava escapar da Inquisição e não podia perder a sua exegese profética e se contrariar em momento nenhum para não sofrer uma pena muito pesada. Foi quando optou por D. Afonso como sendo o Encoberto, uma vez que D. João IV não ressuscitara como antes predito.

Com isso não quero de forma alguma separar três Vieiras completamente distintos, mas como tantos outros estudiosos do jesuíta, mostrar que ele era um só: em um momento um jovem empolgado, iniciando a sua exegese profética, que o caracterizou como um visionário; em outro momento, um adulto que, sem abandonar sua tese, era grato a D. João IV, que lhe fizera tão bem; por último, o momento de sua velhice, que o tornara mais sério e realista, mais preocupado em provar sua “verdade”, para não sofrer duras conseqüências e também com um “restinho” de vontade de voltar a ter prestígio na corte, que acabou se provando um esforço em vão.

Apesar das variações acima assinaladas, é importante realçar que em todos os momentos da vida de Vieira a questão profética foi fundamental e levada muito a sério, conforme pode ser averiguado em vários escritos nesta linha produzidos pelo jesuíta nas mais diferentes etapas de sua longa vida e extensa produção literária. Por isso se torna importante para quem estuda Antônio Vieira entender melhor este debate acerca de suas interpretações de profecias e de outras que dialogavam com elas.

3.3 Vieira e a Clavis Profetarum

Na *Clavis Profetarum* de Vieira desaparece a figura do Supremo Imperador do Quinto Império tão abordada em outras obras proféticas, pois já não haverá mais um Rei messiânico a viver entre os homens, “mas apenas uma igreja governada pelo vigário de Cristo, coadjuvado na sua acção pelos príncipes seculares”. O sentido da universalidade de sua profecia, de seu

pensamento e de sua interpretação escatológica da História se amplia nesta obra, que é escrita em latim e não mais em português (como ocorrera em todas as suas obras anteriores). Mas vale ressaltar que esta obra não se distingue muito principalmente do conteúdo *História do Futuro* e da *Apologia das Coisas Profetizadas*, o que denota a unicidade de sua obra profética como um todo, pois conforme observa Braz Teixeira:

[...] na formulação final que veio a encontrar no texto, embora inconcluso, ou truncado, da *Clavis Profetarum*, nada mudou no essencial mantendo-se ela, substancialmente, a mesma que se prefigurava no plano da História do Futuro e cujo conteúdo, em grande parte, se encontra argumentada e fundamentadamente exposto na denominada *Apologia das coisas profetizadas* e na 2º Representação que Vieira dirigiu ao Tribunal do Santo Ofício no âmbito de sua defesa das grandes acusações de que era alvo.¹⁶⁸

Um dos temas centrais abordados na *Clavis* trata do tempo previsto por Deus para revelar os seus mistérios que se dariam na Consumação do Reino de Cristo na terra. Mesmo os profetas do Novo Testamento, especialmente São Pedro, o “Príncipe dos Apóstolos”, que conheceu por iluminação divina o mistério da redenção, não sabia o “período de tempo destinado por Deus em que devia completar-se, porque o mistério lhes tinha sido revelado, mas não o tempo”.¹⁶⁹ No caso específico do profeta Daniel, após as revelações feitas a este, o anjo lhe disse: “Quanto a ti Daniel, cerra as tuas palavras e sela o livro até ao tempo determinado”. E acrescentou: “muitíssimos passarão e múltipla será a ciência”. Nesta passagem do capítulo 12 de Daniel, segundo Vieira, é plausível a possibilidade dada por Deus de se perscrutar os Seus mistérios e o tempo em que ocorrerão, pois:

Deus diverte-se à maneira daqueles que prometem um prêmio a quem adivinhar um enigma proposto, para que principalmente os sábios se exercitem, pia e louvadamente, na perscrutação dos seus arcanos, o que nunca teriam feito os Profetas que o Príncipe dos Apóstolos refere e elogia, se não fosse plenamente do seu conhecimento que isso era agradável a Deus.¹⁷⁰

Em respeito à onipotência de Deus, único que sabe tudo sobre o futuro e provedor da infinita sabedoria a respeito de todos os tempos, Vieira alerta que “não nos convêm, enquanto vivemos entre os mortais, conhecer antecipadamente, antes que aconteçam, os tempos das coisas futuras, os quais estão guardados só na vontade e no poder de Deus, a saber, nos seus divinos decretos”.¹⁷¹

Porém, o jesuíta justifica em seu argumento estes desejos puros e sinceros de se conhecer as coisas futuras, afirmando que eles nem sempre são vãos, mas podem ser “sólidos, graves e dignos de um homem tão grande quanto foi Daniel”. Pois a este “homem de dese-

¹⁶⁸ TEIXEIRA, Antônio Braz, op cit, 2008, p. 18-19.

¹⁶⁹ VIEIRA, Antônio, op cit, 2000, p. 47-49.

¹⁷⁰ Idem, p. 49-51.

¹⁷¹ Idem, p. 69-71.

jos”, foi revelado o tempo oculto durante muitos séculos, o tempo da salvação e da redenção humana.¹⁷²

Este exemplo de Daniel e muitos outros usados por Vieira, são para mostrar que é possível pelo menos conjecturar, afirmar o que parece provável acerca deste tempo impreciso. Esta afirmação foi colocada principalmente por causa do fim do mundo ou dia do Juízo, que Deus quis que fosse secreto para os anjos e para os homens, em um constante esforço por parte do jesuíta de mostrar que mesmo Deus tendo feito este decreto, isso não impede que se possa opinar com probabilidade sobre a duração do mundo, “não definindo o dia ou a hora, nem o mês e o ano, mas um tempo entendido de forma mais lata e moral, apenas com um termo prefixado indeterminadamente”.¹⁷³

O importante para o jesuíta era que a pregação do Reino de Cristo chegasse até os confins da terra, de modo que:

[...] segundo os testemunhos tão conformes de toda a Sagrada Escritura, há de vir o tempo em que todos os Reis, todas as nações, todas as línguas, todas as terras e todo o mundo inteiro não há de ter outra lei, outra fé, outra adoração, outro sacrifício senão o de Cristo.¹⁷⁴

O modo para se fazer isso é através da pregação do Evangelho, que não seria somente uma notícia geral, como a que se deu no mundo pelos Apóstolos no princípio da Igreja e também a que se deu em muitas nações no período contemporâneo de Vieira que só conheciam a Cristo pelo nome, senão a que se daria pelos “próprios e determinados pregadores” não especificados pelo missionário, mas que levariam o Evangelho a todas as regiões do mundo inteiro conhecido.¹⁷⁵

A pregação apostólica não havia atingido “todo o mundo”, apenas “saiu para lá”, pois uma “coisa é sair, outra chegar”.¹⁷⁶ O plano dos apóstolos ao saírem para pregar era que, após delineada como num mapa toda a construção do Evangelho e esta posta diante de todos, “cada um seguisse a sua linha, qualquer que fosse a direcção, e todos, cada qual por seu lado e em linha reta, se lançassem no trabalho comum”. Mas, para saberem do próprio Deus que linha era destinada a cada um, cabia a eles, tirar a sorte, “do mesmo modo que ocorreu na eleição de Matias. Donde, assim como das sortes se diz com propriedade ‘sair’, assim também da linha que cada um tirou à sorte se estenderá com propriedade ‘saiu a linha deles’”.¹⁷⁷

¹⁷² Idem, p. 83.

¹⁷³ Ibid, p. 51-53.

¹⁷⁴ VIEIRA, A, op cit, 1994, p. 91.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ VIEIRA, A, op cit, 2000, p. 183.

¹⁷⁷ Idem, p. 189.

Esta pregação, porém, não se estendeu a todo o mundo nem na época de Paulo, nem mesmo séculos depois dela. Exemplo destes “excluídos do Evangelho” destacam-se os bárbaros, denominados Tapuias, presentes no interior dos sertões e de florestas do interior da América, uma multidão de negros da África mediterrânea, povos da Ásia, especialmente o imenso império representado pela China.¹⁷⁸ Mas no período da pregação dos apóstolos, afirma Vieira, que eles “fizeram em dez anos mais do que os pregadores posteriores em dez séculos, ou melhor, em todos os séculos, desde a sua missão até agora”.¹⁷⁹

O jesuíta compara a pregação apostólica com a pregação da ordem jesuítica da qual se insere, afirmando que a primeira era confirmada com “milagres mais persuasivos do que qualquer outra razão, aquilo que propunham e ensinavam”. Mas em ambos os casos houve a interferência divina, seja pelo alcance da pregação através da fé, seja através da ciência.¹⁸⁰ Em ambos, tiveram que lidar com seitas distintas do cristianismo, como, por exemplo, o paganismo, o judaísmo e a heresia. Neste sentido Vieira enfatiza os adeptos à heresia de seu tempo, que aceitavam o Velho e o Novo Testamento, “crêem na unidade e trindade de Deus” e recebem o mesmo batismo. Mesmo assim, havia uma enorme variedade de heresias naquele tempo, que preocupavam o missionário em sua “jornada apostólica” acerca da Consumação do Reino de Cristo na terra, fazendo-o questionar:

Que direi da sutileza dos sofismas, da ambigüidade das palavras? Que direi da facilidade e liberdade em fundar uma nova seita, servindo-se muitas vezes de umas mulherzitas sem vergonha, outras vezes de uns homúnculos da ralé baixa e sórdida?¹⁸¹

Na missão dos apóstolos de evangelizar, o Senhor definiu que aqueles que ouvissem e cressem fossem salvos, enquanto os que não cressem, fossem condenados. Mas Vieira também trata de muitos povos que não creram porque não ouviram o Evangelho e busca definir qual seria o destino destes. Para isso o missionário se utiliza de São Tomás quando este questiona se têm desculpa do pecado da infidelidade aqueles a quem não chegou o Evangelho, como foi o caso das pessoas criadas nas selvas. O jesuíta mostra a resposta do Senhor para a questão, presente no capítulo 17 de João, afirmando que aqueles que “não ouviram o Senhor falar, por si ou pelos seus discípulos, tem desculpa do pecado da infidelidade”, mas não serão absolvidos das faltas que “contraíram nascendo ou acrescentaram mal vivendo”. Porém, se algum destes fizesse o que estivesse ao seu alcance, o Senhor enviaria alguém que lhes pregasse a palavra como no momento em que enviou Pedro a Cornélio ou Paulo aos Macedônios,

¹⁷⁸ Ibid, p. 143-145.

¹⁷⁹ Ibid, p. 149

¹⁸⁰ Ibid, p. 297-299.

¹⁸¹ Ibid, p. 305-307.

pois Deus, rico em bondade e em piedade, quer que todos se salvem e Vieira, que todos os “salvos” façam parte de sua profecia acerca do Quinto Império, advindo com a Consumação de Cristo na terra.¹⁸²

Portanto, nesta obra profética de Vieira nota-se que além da busca de esclarecimento de como se daria o Quinto Império do mundo, configurado no que o jesuíta denomina de Consumação de Cristo na terra, ele explica o sentido universal que teria este império, a partir da difusão do cristianismo pelos apóstolos e posteriormente pela ordem jesuítica da qual fazia parte. Porém, de forma mais veemente do que em todas as suas outras obras proféticas (ressaltando aqui principalmente a *História do Futuro*, enfatizada mais do que a *Apologia das coisas Profetizadas*), ele minimiza a argumentação em torno da figura de um imperador supremo em Portugal, escolhido por Deus para guiar a humanidade para um tempo de paz e harmonia completas. Isso é feito com o objetivo de centrar a sua exegese na universalidade, uniformidade e na unicidade deste reino terrestre, que é central na análise de Vieira. Portanto, a realidade vivida pelo jesuíta no período em que escreve é fundamental para o entendimento de sua argumentação: já que o Rei Encoberto ainda não havia se apresentado da forma esperada, o jesuíta encerra sua obra na tentativa, pelo menos, de convencer seus ouvintes desta matriz explicativa que faz em torno da Consumação do reino de Cristo na terra.

¹⁸² Ibid, p. 315-317.

4 PROFETISMO E PRAGMATISMO EM VIEIRA

Nesta seção faço uma análise de alguns escritos políticos de Vieira nos quais transparece, implicitamente ou de forma recessiva, o seu raciocínio profético. De uma maneira geral, quando o jesuíta tenta argumentar de forma pragmática em prol da conservação do reino português, nos remete, de uma forma ou de outra, às suas crenças e ou profecias acerca da construção futura do tão almejado Quinto Império do mundo.

Este raciocinar de forma profética no período em questão, tanto em Portugal, como em grande parte da Europa, era mais uma regra do que uma exceção: aparece não só em Vieira, mas em outros autores, como Nicolau Bourey e escritores anônimos, explicitados por Besselar e abordados na seção anterior desta dissertação. Mas aqui enfatizo a singularidade de Vieira entre seus conterrâneos e contemporâneos, até mesmo entre os colegas de batina, no que se refere às ações práticas propostas em seus escritos políticos, que mantêm como pano de fundo uma intenção profética.

A apresentação será dividida em três partes: a primeira aborda a tentativa de Vieira em convencer a corte portuguesa e o Tribunal do Santo Ofício a aceitarem os judeus nos domínios lusos a fim de que, com o capital proveniente deste povo, pudessem ser construídas em Portugal duas companhias de comércio, que permitiriam o enriquecimento do reino, tornando possível a concretização das profecias vieirianas acerca do Quinto Império. A segunda aborda o *Papel Forte* de 1648, um documento político redigido pelo jesuíta que propunha a entrega de Pernambuco aos holandeses em troca da garantia de paz destes em relação aos portugueses, a fim de conservar o reino luso, evitando a possibilidade de perder todo um reino por uma pequena parte dele. Embora a argumentação seja bastante pragmática, uma intenção profética continuava presente. A terceira parte busca reafirmar a sede de Vieira em atingir o bem maior para o reino português. Com argumentos semelhantes aos de Maquiavel, o jesuíta propunha não só ações práticas, mas as que fossem necessárias para atingir o objetivo de conservação, conquistar depois seria mais fácil. Também neste tópico Vieira tinha sempre em vista a concretização de suas profecias. Nesta argumentação, abordo alguns dos Sermões, Cartas e Papéis Vários¹⁸³ de cunho político, que são de extrema importância nesta dissertação. Pois eles servem para corroborar uma de minhas hipóteses: mostrar que Vieira, mesmo quando escreve

¹⁸³ Estes escritos de Vieira utilizados neste seção estão presentes em PÉCORA, Alcir. *Escritos Históricos e Políticos/ Antônio Vieira*; estabelecimento dos textos, organização e prefácio feito por Alcir Pécora, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

sobre temas explicitamente políticos, não abre mão de um anseio profético, manifesto, sobretudo, em suas ações tendo em vista a conservação do reino português.

4.1 Os judeus e o Quinto Império

Argumentando a favor do acolhimento dos judeus no território português para tirar proveito do abundante capital deste povo, o jesuíta redigiu, em 1643, uma Proposta¹⁸⁴. Ela consiste em uma das primeiras iniciativas por parte de Vieira de construir as duas companhias de comércio: uma oriental, facilitando o comércio de Lisboa com a Índia, e outra ocidental, voltada para as Américas. Na visão do jesuíta elas ajudariam o reino português a se recuperar das diversas adversidades pelas quais passava naquele período. Para tal propósito, ele tentou convencer de forma bastante pragmática o rei D. João IV a aceitar e favorecer os judeus mercadores da nação que estavam espalhados por vários países da Europa, a fim de que com os recursos deste povo, viesse conseguir a conservação e o enriquecimento do reino português.

Vieira acreditava não ser possível atingir estes objetivos baseando-se apenas no próprio poder da monarquia lusa. Esta estava militarmente frágil, tendo que sobrecarregar a todos com pesados impostos para fazer frente às despesas da guerra contra Castela, além dos imensos gastos com as suas províncias. A situação era agravada com a tomada do porto de Angola pelos holandeses, principal fornecedor de mão-de-obra escrava para os engenhos, quebrando, assim, a produção de açúcar no Brasil por falta desta mão-de-obra.¹⁸⁵ Mas, no fim da proposta, fica explícito que o jesuíta a enquadra no que já estava previsto em suas profecias acerca do Encoberto, que viria e daria a todos conhecer a verdade e guiaria Portugal ao sucesso e novamente às conquistas.

No início desta proposta, Vieira aborda como vontade divina a restauração e a conservação do reino português, que seriam incentivadas por ações humanas (que sugeridas por ele e evidenciadas neste trecho):

Ainda que a particular providência, com que Deus tem assistido à restauração e conservação de Portugal (como em diversos casos se tem experimentado) nos está prometendo a continuação e concurso de felizes sucessos, e parece que assegurando-nos a perpetuação do reino; (...) o amor da pátria, o zelo do reino, o desejo de que a coroa de Portugal se conserve sem fim na glo-

¹⁸⁴ “Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”.

¹⁸⁵ PÉCORA, Alcir. “Assuntos políticos nos escritos do Padre Vieira”. In: Vieira, op cit, 2002, p. XIII.

riosa descendência de vossa majestade, e a mesma Providência Divina, que sempre quer ser ajudada da indústria humana, põe em obrigação a um mui leal vassalo de vossa majestade, e muito obrigado, a que prostrado a seus reais pés, represente vossa majestade neste papel o perigoso estado em que está, ou pode estar muito cedo este reino, e os meios eficazes com que se lhe deve acudir e procurar os seguros da sua conservação.¹⁸⁶

Este contexto, segundo Vieira, não era muito favorável ao reino português e ainda afirma ser bastante duvidosa a conservação deste reino “porque, ou a consideremos fundada no poder próprio, ou no alheio, um e outro estão prometendo pouca firmeza”. Destaca também a ambição francesa que poderia muito bem aspirar ao domínio de Portugal, devido à fraqueza e miséria vivida por este reino, sem contar o perigo ainda representado por Castela. Fraqueza expressa no poder militar, que necessitava de gente, armas, munição e cavalos, coisas que para Vieira “se reduzem a dinheiros”. Mas a cada dia que se passava era mais difícil para Portugal, no estado em que se encontrava, arrecadar fundos, pois “todas as Existem, na visão do jesuíta, algumas dificuldades vivenciadas pelo reino que não devem ser negligenciadas, mas remediadas. Portanto, mesmo antes de mostrar quais seriam essas “soluções” para Portugal, o início desta proposta já evidencia a ligação deste texto com as teses defendidas em suas profecias. Mesmo sem utilizá-las explicitamente, percebe-se o intuito essencial contido em suas profecias: o de conservar o reino para que em um futuro próximo este se torne soberano sobre todos os outros reinos.¹⁸⁷

Vieira aborda o rendas e tributos, sendo os maiores que pode lucrar o reino, apenas bastam para sustentar as nossas guarnições das nossas fronteiras com meia paga aos soldados”. Conclui o jesuíta: “se a pouca oposição que hoje nos faz o inimigo, nos consome de todo o cabedal, e ainda são necessários empréstimos e empenhos; que será se Castela meter em Portugal todo o seu poder” ?¹⁸⁸

Além de alertar para o perigo de uma possível conquista dos inimigos, tendo em vista a fraqueza do reino, Vieira mostra que as conquistas portuguesas estagnaram, apesar das investidas sobre a Índia, que gerou mais prejuízo do que um suposto lucro, pois o rei enviou a este país “uma nau de guerra e nove galeões, e em retorno de todo este cabedal, temos visto três caravelas, servindo-nos aquela conquista, pela gente, navios e dinheiro que nos leva, de muito estorvo, e maior gasto do que proveito”.¹⁸⁹

¹⁸⁶ VIEIRA, A, “Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”, p. 259.

¹⁸⁷ Idem, p. 259.

¹⁸⁸ Idem, p.262-263.

¹⁸⁹ Ibid, p.264.

Segundo o jesuíta, a única fonte de sustentação do comércio português era o Brasil, mas mesmo nesta colônia existiam muitos inconvenientes que dificultavam a reestruturação econômica de Portugal:

O Brasil (que é só o que sustenta o comércio e a alfândegas, e ao que chama nossos portos esses poucos navios estrangeiros que neles vemos) com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro, e com a falta de Angola, cedo não terá açúcar (...) porque a falta de negros de Angola não se pode suprir com escravos de outras partes, por serem incapazes de aturar o trabalho nos canaviais e engenhos, como a experiência mostra largamente. Nem o socorro que vai a Angola, suposto o poder e resolução que os holandeses a tomaram, promete mais efeitos, que mostrar vossa majestade a seus vassallos o desejo e zelo que tem de lhes acudir, e os socorrer por todas as vias e caminhos.¹⁹⁰

A situação diplomática portuguesa também não andava bem e Vieira enfatiza isso ao afirmar que a conservação portuguesa “é muito duvidosa e arriscada”, conforme “julgam todos os políticos do mundo, que pesam fielmente as forças das monarquias, e medem os sucessos pelo poder”:

O papa não recebendo o nosso embaixador; Dinamarca não admitindo a nossa confederação; Rússia não continuando o comércio; Holanda não guardando a amizade; França, que é a mais obrigada, não nos mandando embaixador assistente.¹⁹¹

Após evidenciar as maiores dificuldades de Portugal para manter e conservar seu reino, o jesuíta mostra o possível remédio ou atitude que esta nação poderia adotar para sair da situação delicada em que se encontrava. Uma vez que o perigo da conservação se funda na limitação do poder português e nas forças superiores dos inimigos, para Vieira era claro que, se houvesse uma forma de diminuir o poder do inimigo e, ao mesmo tempo, acrescentar poder a Portugal, esta seria a solução ideal para os principais problemas vivenciados por este país.¹⁹²

Vieira afirma que, em toda Europa, existem mercadores portugueses espalhados, que contribuem para o comércio e a riqueza de todo o mundo. Estes, segundo o jesuíta, são desejosos de servir ao rei, à pátria portuguesa, com suas fazendas, como já estão acostumados. Por isso, Vieira pede a Sua Majestade que incentive a vinda desses mercadores para o território nacional, e aceite o seu capital para tornar Lisboa o maior império de riquezas, e fazer com que este reino cresça rapidamente. Assim, garante ele, “se seguirão infinitas comodidades a Portugal, juntas com a primeira e a principal de todas, que é a sua conservação.”¹⁹³

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Ibid, p. 265.

¹⁹² Ibid, p. 266.

¹⁹³ Ibid, p. 266-267.

Com esta medida haveria uma diminuição de poder especialmente dos holandeses, que ficariam bastante diminutos no poder de suas companhias, com que tomaram grande parte da Índia, África e Brasil. Pois mesmo os mercadores portugueses “não sendo as pessoas imediatas das bolsas; entram nas mesmas companhias com grandes quantidades de dinheiro, que, divertidas de Portugal, não só lhe fazem grande falta, mas também grande guerra”.¹⁹⁴

Vieira “pisa em ovos” para não desagradar a Inquisição portuguesa, garantindo que era a pureza da fé portuguesa que estava em jogo. Por isso indaga: “ficará parecendo o reino de Portugal menos católico, admitindo uns homens, que, ou publicamente foram condenados, ou por fugirem do reino se fizeram suspeitosos de heresia” (por exemplo, os mercadores)? Ele responde que não, pois em nada perderia Portugal em admitir estes homens que, de fato, tanto ajudarão na conservação da pátria quanto em seu conseqüente enriquecimento.¹⁹⁵

Em primeiro lugar, Vieira afirma que favorecer aos homens da nação ou aceitá-los neste reino é bastante lícito à conservação do reino, pois não é contra a lei divina nem humana, mas de acordo com “os cânones sagrados, doutrina dos santos padres, e resoluções de muitos concílios gerais e particulares”.¹⁹⁶ “É também conforme à sentença comum de todos os teólogos, dos quais se assentam que para a defesa e conservação dos reinos, podemos príncipes confederar-se, e chamar e unir a si qualquer gênero de infiéis”.¹⁹⁷

Para alicerçar esta argumentação, utiliza-se de narrativas bíblicas, tais como quando Abraão se confederou com Abimelec, Davi com Aquis e os Macabeus com os romanos, exemplos fortíssimos, que demonstram a aliança entre povos diferentes.¹⁹⁸

Além de exemplos bíblicos, Vieira recorre também a passagens do Novo Testamento (evangelho de Cristo) ou à realidade em que vivia, e aponta reis da França (Luiz XIII), que não despediram os mercadores da nação. Por último, e não menos importante, destaca o exemplo do papa de Roma, o sumo pontífice vigário de Cristo, que:

[...] não só admite os que nós chamamos de cristãos novos (entre os quais e os velhos nenhuma diferença faz na Itália) senão dentro da mesma Roma, e em outras cidades consente sinagogas públicas dos judeus, que professam a lei de Moisés.¹⁹⁹

Enfim, o jesuíta faz referência a homens de dentro do próprio reino português, os que ele denomina de homens da nação que, pelas conveniências do comércio, admitiram em Portugal muitos hereges da Holanda, França e Inglaterra. Estes hereges, segundo Vieira, eram

¹⁹⁴ Ibid, p. 267.

¹⁹⁵ Ibid, p. 270.

¹⁹⁶ Ibid, p. 271

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Ibid, p. 270-271.

¹⁹⁹ Ibid, p. 272.

muito mais contagiosos do que os judeus, por estarem mais distantes da fé. A partir daí ele questiona: por que não aceitar os judeus, que não passam de homens de mesma nação? Como uma nação fundada toda no comércio poderia lançar seus mercadores para reinos estranhos? Se o dinheiro de homens da nação sustenta as armas dos hereges para semear as seitas de Calvino e Lutero pelo mundo, não seria melhor que sirva ao rei católico para propagar ao mundo a lei e a fé de Cristo? Se outrora foram aceitos hereges mais contagiosos por motivo da guerra, por que não aceitar os que representam menos perigo para a fé do povo português? ²⁰⁰

Vieira prossegue com o argumento: “ainda os que forem interiormente infiéis, à vista dos bons exemplos da igreja, terão ocasião de se converterem a ela, o que entre os hereges lhes falta”. Lembra ainda do exemplo de outros três reis portugueses, D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, ao afirmar que em “diferentes sucessos nos dá a conhecer a oculta disposição da divina providência, que se não desagrada de que os reis católicos usem de piedade e demência com estes homens”. ²⁰¹

Até este momento observa-se que o padre Vieira discorre de modo bastante pragmático na busca de convencer o rei de Portugal a aceitar e favorecer os mercadores portugueses em sua nação, ou seja, a contar com o capital deste povo para criar as condições viáveis para a conservação e enriquecimento do seu reino. Ao mesmo tempo, o jesuíta aposta na possibilidade de conversão do povo judeu ao catolicismo e não o contrário. Pois os judeus não infestariam o reino com suas crenças, mas, de acordo com as suas profecias acerca do Quinto Império, o Encoberto com a glória divina levará a todos ao conhecimento da verdade. De forma bastante convincente, assim arremata seu conselho ao rei:

Porque além de ser de fé, que toda esta nação há de se converter, e conhecer a Cristo, as nossas profecias contam esta felicidade entre os prodigiosos efeitos do milagroso reinado de vossa majestade; porque dizem que ao rei encoberto virão ajudar os filhos de Jacó, e que por meio deste socorro tornarão o conhecimento da verdade de Cristo, a quem reconhecerão e adorarão por Deus. ²⁰²

Saraiva também mostra lado a lado ao pragmatismo político, o tom religioso e profético na argumentação de Vieira, afirmando que era “para breve a conversão geral da gente hebraica em nome das *Trovas de Bandarra* sobre o ‘Rei Encoberto’, explicando o desastre de Alcácer Quibir pelas perseguições infligidas pouco antes dele à gente de nação”. Também para este autor é clara a articulação feita pelo jesuíta, nesta peça de aconselhamento a príncipes, de objetivos práticos com relação à aceitação dos judeus em Portugal para o seu posterior

²⁰⁰ Ibid, p. 274.

²⁰¹ Ibid, p.277.

²⁰² Ibid, p.276-277.

enriquecimento, com os seus objetivos proféticos, acerca da constituição do Quinto Império comandado por um Rei Encoberto, que proporcionará a conversão dos judeus, fatos confirmados nas Trovas de Bandarra e sistematizados em seu arcabouço profético.²⁰³

Um ano depois da escrita da redação desta Proposta, Vieira escreve o Sermão de São Roque, pregado na capela real de Lisboa, em comemoração ao primeiro ano do nascimento do príncipe D. Afonso. Na mesma linha que a Proposta feita por Vieira em 1643, este sermão tem por objetivo a mudança dos estilos da Inquisição e o incentivo à admissão do capital judeu no financiamento das duas companhias de comércio tão almejadas por Vieira, uma voltada para o oriente, e a outra, para as conquistas da América, a fim de que o reino português possa ser conservado e expandido, e o cumprimento de suas profecias sobre o Quinto Império português, efetivamente se concretize.²⁰⁴

Neste escrito, o jesuíta faz referência explícita à profecia, referente ao nascimento de D. Afonso, da mesma forma que de Sara (tida por estéril) nasceram dois filhos da fé, surge em Portugal o “filho da esperança”, sendo este o primeiro herdeiro da geração real portuguesa esterilizada, “e nasceu juntamente com ele a fé nas promessas divinas feitas ao primeiro rei”. Uma geração de reis estava estéril, pelos pecados de Portugal. Porém, Deus havia prometido que poria os olhos nesta geração atenuada e esterilizada, da mesma forma que fez com Sara. O nascimento deste príncipe, na visão de Vieira, seria um sinal que colocaria fim ao castigo divino imposto a Portugal pelos seus inúmeros pecados, propiciando o início de um novo tempo para este reino, manifesto através de uma geração real novamente fecunda.²⁰⁵

Segundo Vieira, a décima sexta geração portuguesa, da mesma forma que Ana (personagem do Antigo Testamento), estava estéril, e ambas receberam um filho varão. Após tanta espera por este príncipe, Portugal se alegra com este fato, ao contrário de Castela, que há poucos anos atrás, abrigara dois infantes varões, mas naquela época, não tinha nenhum. O jesuíta afirma que o reino português é clarificado neste período por uma era de luz, por uma imensa tocha acesa e indaga: “Que havemos de fazer para sustentar estas luzes”? Pois elas gastam e consomem. Qual seria o remédio certo para conservá-la acesa? Responde Vieira: “Para luzir é necessário arder, para arder é necessário gastar, para gastar é necessário cingir”. Alerta para que se pudesse saber o momento certo de poupar, gastar e investir, pois como o grande político que era, estava ciente de que o reino português naquele período não podia fazer frente aos seus inimigos (Holanda e Castela) nem no mar, nem na terra. Recorrendo a tais comparações,

²⁰³ SARAIVA, op cit, 2005, p.520 e 526.

²⁰⁴ VIEIRA, Antônio, “Sermão de São Roque”, p. 32-33.

²⁰⁵ Idem, p. 37-38.

ele prescreve os remédios necessários para que Portugal pudesse prevalecer em relação aos outros países.²⁰⁶

O remédio em que tanto insistia Vieira seria a construção das duas companhias de comércio, uma oriental e outra ocidental, cujas frotas poderosamente armadas trouxessem com segurança drogas da Índia e do Brasil. E Portugal, com os mesmos produtos, tivesse todos os anos, cabedais necessários para sustentar a guerra interior com Castela. Este remédio era aprovado por todos os outros países da Europa, menos pela nação portuguesa, que repudiava os comerciantes judeus e o seu capital, e não queria a entrada deles em seu território. Vieira tenta entender o receio da corte portuguesa com relação ao remédio por ele apresentado, afirmando que este país,

[...] na qual a experiência de serem mal reputados na fé alguns de seus comerciantes, não a união de pessoas, mas a mistura do dinheiro menos cristão com o católico, faz suspeito todo o mesmo remédio, e por isso perigoso. Mas tornemos ao defensor deste perigo.²⁰⁷

A própria vivência de São Roque seria vista pelo inaciano como uma confirmação da eficácia deste remédio. Este santo, após a morte de seus pais, herdou muitas riquezas e, enquanto os outros cobiçavam seus bens, ele os repartiu com os pobres. Vieira faz uma analogia desta situação vivida pelo santo com as recomendações que trazia à corte portuguesa. Pois a atitude de São Roque foi fazer “do perigo remédio, e vencer o inimigo com suas próprias armas! As armas com que o mundo faz maior guerra aos homens são as riquezas”. Mas ele tirou as armas da mão do mundo, que as converteram outra vez contra ele. Mesmo assim, o venceu, fazendo de um único mal, dois bens: “um bem, porque se diminui o poder contrário; outro bem, porque se acrescenta o poder próprio”.

Em suma, o exemplo de São Roque reforça o argumento vieiriano favorável à aceitação do capital judeu ao reino português tal como o santo e deste “mal”, tirar dois bens: enfraquecendo os outros países pela redução de judeus em seu território e aumentando o poder próprio. E com este investimento Portugal estaria apto a construir as duas companhias de comércio e favorecer a conservação do reino. Deste modo, seria capaz de combater seus inimigos e de ampliar seus negócios, enriquecendo-se novamente. Ele está tão ciente e certo de que Portugal necessita destas mudanças que alinha a seu lado a providência divina em favor deste reino, por permitir esta oportunidade de aceitar estas suas propostas e realizar a vontade de

²⁰⁶ Ibid, p. 39-40.

²⁰⁷ Ibid, p. 54.

Cristo, que, de tantos modos, reforça suas profecias acerca do Quinto Império, que implicam necessariamente nesta conservação.²⁰⁸

Em 1646 Vieira redige outra Proposta²⁰⁹ sobre a possibilidade de ter os judeus em Portugal, com uma argumentação ainda mais complexa acerca das mudanças dos estilos do Tribunal da Inquisição para concretizar seus projetos. Nesta Proposta, às vésperas de sua primeira missão diplomática ocorrida em 1647, insistia em uma nova prática com os judeus mercadores de Portugal, que implicava necessariamente em uma reforma nos processos inquisitoriais, uma vez que este povo era considerado herege e perseguido pela Inquisição portuguesa. Por isso, a sua argumentação se torna ainda mais ousada e decisiva para alcançar seus objetivos, de engrandecimento da nação portuguesa, mas que não deixa de ser também a confirmação do cumprimento de suas profecias.

Embora buscasse atrair estes judeus espalhados pelo mundo, Vieira tinha plena consciência de que eles receavam retornar ao reino português mediante as constantes acusações que sofriam da Inquisição local e das conseqüentes ameaças de confisco de seus bens. Segundo Alcir Pécora, “Vieira se esforçava tanto para refutar a idéia de que a admissão dos *homens da nação* em solo católico era contrária aos Cânones Sagrados quanto por reinterpretá-la providencialmente”. Os seus argumentos nesta proposta tinham por objetivo persuadir tanto os cristãos quanto os judeus de que seu retorno para Portugal significava a realização de muitos “anúncios proféticos e apocalípticos que previam, em certa medida, a possibilidade de conciliação de ambas as doutrinas”.²¹⁰

Vieira inicia o seu escrito elogiando a instituição do santo Tribunal da Inquisição, para posteriormente afirmar que, devido à tamanha importância e singularidade com que atua, ele precisa se renovar. Pois,

[...] o estilo que guarda a santa inquisição de Portugal é diferente do que todas as outras de toda a cristandade costumam observar; desta diferença de estilo, têm resultado gravíssimos inconvenientes, assim no temporal, como no espiritual do reino [...].²¹¹

Tenta persuadir o rei da necessidade de, como defensor da fé e da justiça, ler este papel, que muito tem a dizer em favor da “fé, justiça, e da conservação da monarquia, que a todos estes

²⁰⁸ Ibid, p. 56-57.

²⁰⁹ “Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação, pelo padre Antônio Vieira, sobre a mudança dos estilos do Santo ofício e do Fisco em 1646”.

²¹⁰ PÉCORA, Alcir. “Assuntos políticos dos escritos do Padre Vieira”. In: Vieira, op cit, 2002, pp. XIII-XIV.

²¹¹ VIEIRA, A. “Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação, pelo padre Antônio Vieira, sobre a mudança dos estilos do Santo ofício e do Fisco em 1646”, pp.279-280.

três respeitos essenciais tocam os inconvenientes que se propõem, e os remédios que se pedem a vossa majestade”.²¹²

Entre os inconvenientes enfatizados por Vieira, cabe mencionar aqui (para não ser repetitivo, pois o jesuíta repete muita coisa dita em sua proposta de 1643): o padecimento da fé de muitos portugueses, entre eles, os chamados inocentes, pois todos os filhos dos judeus que fugiram de Portugal, “e viveram nele haviam de ser batizados, e nas outras partes se perdem por falta de batismo todos os que morrem na idade da inocência, que é grande o número de almas”. Padece também a fé dos adultos, uma vez que saíram de Portugal muitos que eram verdadeiramente cristãos, ou pela necessidade ou pela má doutrina e maus exemplos, venderam e perderam a fé com imensa lástima dos católicos daquelas terras. Vieira conclui sobre este inconveniente que estes homens não precisariam perder a sua fé, se fossem admitidos pelo reino português e corretamente evangelizados, ao invés de serem forçados a ir para terras estrangeiras e enriquecer outros reinos.²¹³

Após estas primeiras considerações, parte para os julgamentos do Santo Ofício, afirmando serem os ministros muito retos, assim como os regimentos e estatutos do Tribunal. Porém, como se tratavam de julgamentos humanos, estes eram passíveis de erros. Vieira deixa claro que muitos homens maus são castigados com total justiça, mas também existem aqueles que nem são ouvidos ou mal interpretados, merecendo, portanto, uma atenção maior por parte dele.²¹⁴

Dentre estes homens julgados injustamente estavam os cristãos velhos que foram acusados de judaísmo e posteriormente reprimidos. Vieira compara esta situação com a que está a ocorrer com os cristãos novos, ponderando duas coisas: a primeira, grosso modo, refere-se à falta de clareza das testemunhas, pois “não tiveram estes cristãos velhos bastante defesa para se livrarem, e inocentemente foram condenados, assim pode suceder aos cristãos novos, porque a presunção não é delito”.²¹⁵ A segunda, digna de maior ponderação, é que, assim como o cristão velho, por remir a vida, confessou que era judeu:

[...] e sem ter judaizado contestou e cumpriu com todos os outros requisitos para fazer evidência da culpa; assim podem ser falíveis os semelhantes atos no cristão novo, sendo esta a mais qualificada conjectura por que naquele júizo se pode provar a culpa.²¹⁶

²¹² Idem.

²¹³ Idem, p. 281-283.

²¹⁴ Ibid, p.284.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Ibid, p.284-285.

Vieira prossegue, apresentando com outros exemplos, possíveis erros no julgamento feito acerca dos judeus pelo Tribunal do Santo Ofício português. Insiste em mostrar o caso dos réus que, muitas vezes, nem sabem do que foram acusados e por isso têm mais dificuldade para se defender, sendo omissos ou deficientes em sua confissão de culpas. Segundo ele, o rigor deste Tribunal é tão excessivo, que reflete principalmente nos homens bons, que padecem maiores danos e riscos do que os maus,

[...] porque os maus, como cometeram o delito, facilmente contestam entre as testemunhas, e se livram; porém os bons, denunciados pelos maus, não sabendo de onde lhes procede o mal e o dano por, se lhes não nomearem testemunhas, ficam metidos em um labirinto de confusões”, sem terem como reagir.²¹⁷

Para não fugir à regra, Vieira busca em passagens bíblicas, meios para legitimar os argumentos utilizados para convencer o rei e o Tribunal da Inquisição sobre a aceitação dos judeus. O jesuíta cita um trecho do profeta Isaías (capítulo nove e dez) sobre a vinda do Messias e sobre os castigos que os judeus que não acreditassem em sua vinda sofreriam. Da mesma forma:

Ai daqueles que decretam leis iníquas, e escrevem continuamente injustiça, para oprimirem os pobres em juízo, e fazerem violência à causa dos fracos do meu povo, para as viúvas serem a sua presa, e roubarem os bens dos órfãos! Que fareis vós no dia da visita e da calamidade que vem de longe?²¹⁸

Com relação aos remédios que “querem os homens da nação” para o melhoramento do reino, são abordados três tipos. Em primeiro lugar, há a necessidade da divulgação dos nomes das testemunhas e dos crimes que imputavam aos réus em seus depoimentos, a fim de que estes, em sua defesa, conhecessem os acusadores e a acusação, tendo deste modo, mais clareza no conhecimento da culpa ou da inocência dos réus do que os estilos “secretos” usados pelo Tribunal português.²¹⁹

A segunda prescrição para que a nação portuguesa cresça como desejam os homens deste reino é que, para a segurança do comércio, sejam suas fazendas livres do fisco;²²⁰ “e esta graça, dizem lhes pode vossa majestade fazer por ser senhor dele, e porque é um rendimento de que nada chega às mãos de vossa majestade”. A terceira consiste em não se fazer distinção entre cristãos novos e velhos, uma vez que sempre que se faz comparações entre estes dois grupos como sendo um só (ou seja) o que ocorre com um deles, é passível que aconteça com o outro. Por isso, não se deve ter diferença:

²¹⁷ Ibid, p. 288.

²¹⁸ Ibid, p.289-290.

²¹⁹ Ibid, p. 291.

²²⁰ Vieira fala aqui do confisco dos bens do réu pelo Tribunal.

[...] nem quanto ao nome, nem quanto aos ofícios e isenções, por ser esta divisão causa de grandes danos, assim públicos, como particulares, e a indistinção o meio mais eficaz de se distinguir o judaísmo, como a experiência tem mostrado em todos os reinos.²²¹

Segundo Vieira estas propostas, ou desejos dos homens da nação, não parecem ter nada de injusto, “antes algumas em toda a consideração são prováveis e praticáveis.” Mas de forma hábil, o jesuíta mostra que nestes intuitos também existem inconvenientes que o rei precisa estar ciente. Pois,

[...] como para o primeiro seja necessário apartar-se Portugal do uso dos outros reinos católicos, e para o segundo dispensar-se no direito comum, e do terceiro absolutamente praticado se possam seguir graves inconvenientes; parece que vossa majestade em nenhuma das sobreditas propostas deve condescender com os homens da nação.²²²

De modo resumido, ressaltam-se algumas mudanças essenciais na visão de Vieira que deveriam ocorrer neste contexto (um pouco diferente do que queriam os homens da nação, de modo a acrescentar detalhes importantes): primeira delas é a necessidade de distinguir os homens da nação que vivem dentro e fora do reino: aos de fora deve ser permitido que mudem suas fazendas e comercializem livremente. Aos que vivem dentro do reino deve-se isentar o fisco:

[...] todos os cabedais que andarem metidos no comércio, de que se seguirá que os homens de negócio, por ricos que sejam, negociaram com toda a fazenda que tiverem, e deixarão de comprar bens de raiz, como menos seguros, que é um dos inconvenientes em que sempre se reparou muito.²²³

A segunda é a mudança dos ministros do Santo Tribunal português, dentro dos limites da justiça, a fim de que não se tenha danos na fé e no reino de modo geral. Neste quesito, o jesuíta destaca a importância dos membros atuais do Tribunal português, mas não perde de vista a sua tese de substituí-los por outros que poderão efetuar as mudanças necessárias ao reino. Pois “tão justos foram os primeiros em estabelecer o que estabeleceram antes da experiência mostrar os inconvenientes, quanto os segundos, em mudar o que mudaram depois de vistos e experimentados”.²²⁴

A terceira mudança se refere à questão da distinção entre cristãos novos e velhos. No que pertence ao poder eclesiástico, não se deve alterar coisa nenhuma, mas no político, propõe que o rei “fizesse nobre a mercancia”, tornando ilustres todos os mercadores, “não só os que chamam de sobrado, senão também, os de vara e côvado, com que muitas pessoas de maior

²²¹ Ibid, p. 291-292.

²²² Ibid, p. 293.

²²³ Ibid, p. 294.

²²⁴ Ibid, p. 296.

qualidade e cristãos velhos se aplicarão ao exercício mercantil, em grande utilidade do reino, a exemplo de Veneza, Genova, Florença”.²²⁵

Vieira reconhece a necessidade de se avaliar a limpeza em questões ligadas à fé mas não ao sangue, de modo que, se o “cristão novo provar que seus pais, avós e bisavós não foram compreendidos no crime de heresia, seja para este efeito reputado por cristão velho”. Isso permitiria que muitas famílias verdadeiramente católicas, pela experiência de muitos anos, pudessem ser limpas de toda a mancha que lhes foi imputada por motivo de raça, cor, ou nação. Esta seria a melhor forma de se fazer guerra contra o judaísmo, a fim de extingui-lo, de reduzir os homens de verdadeira ou falsa religião, contra o que herdaram de seus pais.²²⁶

Em suma, Vieira quer convencer o rei de Portugal da necessidade de acolher os mercadores judeus em seu reino, explicando detalhadamente sobre todas as vantagens desta empreitada, que não vai contra nenhuma tradição da nação portuguesa. Para isso mostra que em todos os aspectos passíveis de infortúnios para se aceitar a presença destes judeus, há inconveniências que necessitam ser superadas. Tudo reforça sua ênfase na necessidade de se conservar o reino, que é e que sempre foi primordial para todos os portugueses. Diferente do que muitos poderiam pensar, esta nação não ficaria repleta de heresias e desorganizada com a presença dos judeus mercadores. Pelo contrário, eles contribuiriam para a realização de inúmeras mudanças nos estilos do Santo Ofício e do Fisco que favoreceriam a convivência com este povo, o que levaria Portugal a uma saída imediata da crise e a um rápido enriquecimento, tão almejados por ele para confirmar suas pretensões proféticas neste reino (que haveria de ser o Quinto Império do mundo).

Antônio José Saraiva aborda esta argumentação de Vieira, em termos práticos e conclusivos, ao se referir às Propostas escritas pelo jesuíta, especialmente a de 1643, afirmando que ela é uma “obra-prima de clarividência e de solidez expositiva”, pois o seu raciocínio é muito claro e mostra que os instrumentos da guerra se reduzem a dinheiro e à conveniência do momento (assim o compara com Maquiavel em seguir as leis da própria conveniência - “os fins justificam os meios”), portanto se fazia necessária a entrada dos judeus com seu capital para se conservar o reino português já que, para Vieira, os homens de negócio nunca foram tão ricos como no momento em que ele vivia.²²⁷

Destas constatações de facto, que denotam uma vista singularidade limpa de preconceitos, é que o jesuíta deduz a necessidade de tolerância religiosa para com os Judeus, de garantias e liberdades para com os capitais móveis. O principal modelo apontado para tal política, a Holanda, cuja prosperidade,

²²⁵ Ibid, 297.

²²⁶ Ibid, 297-298.

²²⁷ SARAIVA, Antônio José, op cit, 2005, p.519-520.

como a de Portugal, só se poderia fundar na mercancia, deve ter dado a Vieira esta lição de capitalismo, com os êxitos que obteve durante muito tempo no Pernambuco e na luta defensiva e ofensiva contra o império espanhol.²²⁸

4.2 Profetismo e pragmatismo no Papel Forte

Pouco antes do período em que escreve o *Papel Forte*,²²⁹ Vieira se torna amigo de D. João IV e faz viagens diplomáticas por diversos países europeus, em especial para a Holanda, onde conhece formas de organização social e econômica jamais vistas por ele, e que lhe fornecem elementos para elaborar o seu ambicioso projeto de construir duas Companhias de Comércio nos moldes holandeses. Para atingir este objetivo, Vieira anseia conseguir o abundante capital dos judeus e busca o apoio deste povo, da mesma forma que a Holanda. È assim que espera alcançar a oportunidade de realizar suas profecias acerca do Quinto Império português, com ações políticas e práticas. È dentre tais práticas que o autor inclui sua defesa da Pernambuco em troca da garantia de paz com os holandeses, tema abordado em seu *Papel Forte* de 1648.

Neste contexto, o jesuíta entra em contato com os judeus na Holanda em 1646 e 1647, e conhece Menasseh Ben Israel, um dos principais líderes da comunidade judaica daquele país. Numa conversa entre os dois, Vieira percebe que existe uma identificação de suas esperanças messiânicas com as dos judeus, além de ser bastante semelhante a expectativa em relação à visão apocalíptica da história deste povo. Vale ressaltar que os judeus tinham o seu messianismo baseado nas profecias que os colocavam como o povo escolhido por Deus, tendo por base de seu apocalipse o sonho de Daniel, no qual pela primeira vez se pensava um reino glorioso que ultrapassava os limites da Palestina e que na verdade enquadrava toda a terra. Este reino terrestre, na concepção judaica, é semelhante ao que Vieira se refere em sua argumentação e diferente do que pensava a Igreja Romana que faz menção ao “Reino dos Céus.” E a partir do século XV, o judaísmo passa a crer na possibilidade de interferência do homem no processo divino, o que torna mais próxima a chegada do Redentor (fato ocorrido mediante as perseguições sofridas pelos judeus na Península Ibérica), idéia também compartilhada por

²²⁸ Idem, p. 520.

²²⁹ Este documento, fundamental para este trabalho, foi redigido em 1648 e trata especificamente da venda de Pernambuco para os holandeses que invadiam o Brasil neste período e desejavam ficar com este território e em troca abririam mão da guerra.

Vieira.²³⁰ Portanto, Vieira via nos judeus uma forma de conseguir o tão almejado capital que estes poderiam oferecer ao reino português, de modo a não perder a esperança de que este reino pudesse se conservar e posteriormente voltar a ser rico e poderoso como outrora. Em suma o jesuíta tinha plena consciência da ajuda financeira que os judeus representariam para Portugal (daí a importância do seu diálogo com os judeus) e observou bem que a Holanda, como um país muito rico e desenvolvido do período, abarcava um enorme número de judeus em seu território.²³¹

A partir destas circunstâncias, o padre Antônio Vieira escreve o *Papel Forte*. Neste, defende as negociações em Haia para o estabelecimento de paz com os holandeses em troca do estado de Pernambuco. O documento defende o prosseguimento das negociações de Portugal com a Holanda, mesmo a custo de perder o “estado” de Pernambuco, “protegido” por todos os outros “estados” do reino. Por este motivo, Vieira fica conhecido como o “Judas do Brasil”, o “vilão do Papel Forte”, antipatriota, aquele que propôs à Holanda que esta ficasse de vez com Pernambuco, como forma de pagamento. Fato que só não ocorreu porque este Estado se livrou dos inimigos e, assim, permaneceu sob a coroa de Portugal.²³²

4.2.1 Papel Forte: prática política ou ambição profética?

Este documento é dividido por Vieira em alguns pontos fundamentais em sua argumentação: primeiro, ele demonstra que os inconvenientes propostos pela coroa portuguesa -de ceder Pernambuco aos holandeses- não são tão verdadeiros e tão grandes como parecem. Depois responde “às razões com que no tal caso se persuade a guerra” e prova que em todas elas convém mais a paz e mesmo havendo meios para se fazer a guerra estes ainda não eram suficientes para combater a poderosa frota holandesa (finalizando seu último argumento).²³³

Para entender o raciocínio do jesuíta apresentado no “Papel Forte” e conceber a sua visão acerca do Brasil naquele período, é necessário explicitar melhor o conteúdo deste documento, que retrata de forma clara como Vieira enxergava de maneira lúcida e racional tanto as “províncias” pertencentes ao reino português, quanto à organização econômico-social e,

²³⁰ Sobre as relações entre judaísmo e o padre Vieira, ver o artigo escrito por Antônio José Saraiva intitulado “Antônio Vieira, Menasseh Ben Israel e o Quinto Império”.

²³¹ PÉCORA, Alcir, op cit, 1996, p. 64.

²³² Idem, p. 48-49.

²³³ VIEIRA, Antônio, “Papel Forte”, p.309-310.

fundamentalmente (neste contexto), a bélica da Holanda, país que representava junto com a Espanha, o principal inimigo de Portugal neste período.

Vieira inicia o seu argumento com a questão religiosa, mostrando a necessidade de manter em seu território regiões que receberam o cristianismo e a suposta importância de Pernambuco para Portugal neste sentido. Porém, caso entrasse em guerra contra Holanda, quantos territórios cristianizados o reino português não poderia perder? Este anseio de Vieira de conservá-lo, buscando a paz e não correndo riscos ainda maiores com a guerra, por uma pequena e duvidosa parcela que seria Pernambuco, está bem expresso nesta passagem:

E pois a glória de Deus e aumento da fé católica é a primeira obrigação de vossa majestade, enquanto rei das conquistas, aqui devia fazer o maior reparo o zelo dos ministros de vossa majestade, e considerar se é razão que se ponha a tão evidente perigo tudo isto, para conservar uma parte tão duvidosa que nos resta de Pernambuco, aonde não há conversões sem cristandades.²³⁴

O jesuíta tinha a plena noção do pouco que Pernambuco representava para Portugal diante da pressão sofrida por este país pela Holanda naquele período. O jesuíta prezava a conservação do reino português e seu crescimento político e econômico, pois como um grande diplomata, entendia bastante de negociações e estava ciente do lucro que tal empresa representaria para Portugal. Além disso, esta medida faria com que Vieira ganhasse tempo com o decorrente retardo das ações mais decisivas da frota holandesa. Pois, na sua visão, “se chegava às portas de um momento que acreditava iminente e que operaria verdadeira transformação na história humana”, uma vez que o ano de 1666 seria a data, em que Portugal, estabeleceria a hegemonia sobre todos os outros países e seria o protagonista do *Quinto Império* do mundo.
235

Acerca desta profecia e a sua presença no *Papel Forte*, Evaldo Cabral de Mello mostra que mesmo sendo um documento político, nele há uma forte tendência messiânica proveniente do profetismo sebastianista. A argumentação de Vieira sobre a possibilidade de reconquistar posteriormente (em uma ocasião mais oportuna) o território que seria cedido aos holandeses, em um forte anseio de estabelecer, em um futuro próximo no reino português, o Quinto Império do mundo, é uma excelente demonstração disto. O historiador Evaldo Cabral de Mello, de acordo com estas considerações, relata:

Ao cabo de uma argumentação de cerrada traveção lógica, em que defendeu a assinatura de um tratado que Souza Coutinho vinha de assinar com os Estados Gerais, Vieira rematou seu memorial frisando que, a longo prazo, o acordo não impediria a Coroa de reaver a região mediante outra guerra, aquela que, segundo o profetismo sebastianista, de que ele era então o mais

²³⁴ Idem, p. 313.

²³⁵ PÉCORÁ, op cit, 1996, p. 64.

eminente formulador, daria o ‘império do mundo’ ao rei de Portugal. Destarte, que ficará na história luso-brasileira como um dos mais altos exemplos de realismo político fechava-se numa- para nós inesperada- nota de desvairada feição messiânica.²³⁶

Vieira explicita claramente em suas explanações que o mais importante ao rei português seria a conservação de seu reino, por isso a perda de Pernambuco poderia ser considerada insatisfatória. Porém, correr o risco de entrar em Guerra contra a Holanda não valeria a pena, já que a força bélica portuguesa perdia e muito para a holandesa. Além disso, o jesuíta entendia bem o processo pelo qual passava o “estado” pernambucano: acabara de ocorrer a insurreição nesta província e ela já estava praticamente comprada pela Holanda, ou seja, este país reivindicava o que praticamente já era seu, pois o rei de Castela no período da União Ibérica já o havia concedido aos holandeses. Portanto, para Vieira este era o maior inconveniente que o risco de uma guerra neste contexto poderia trazer: o de arriscar todo um reino por causa de uma pequena parte, representada pelo “estado” de Pernambuco.²³⁷

O jesuíta demonstrava conhecimento da situação vivenciada por Portugal e pela sua principal colônia no período (o Brasil). Ele sabia quão arriscado financeiramente para o reino português seria a decisão de lutar por uma simples província. Vieira se preocupava em gerar fortuna, para que Portugal se recuperasse de forma rápida e eficaz, e desta maneira atingisse suas metas a fim de que, em um futuro próximo, triunfasse sobre os outros países. Com base em suas convicções, o jesuíta explicava claramente à corte portuguesa como seria feita a “entrega” de Pernambuco, no intuito de esperar o momento certo (em que estivesse mais preparado em termos econômicos) para então retomá-la das mãos dos holandeses. Este anseio de “riqueza ao reino” por parte de Vieira é bem claro no *Papel Forte* de acordo com o trecho descrito a seguir:

Desta maneira damos Pernambuco aos holandeses, e não dado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, senão a retro aberto, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando nos virmos em melhor fortuna; que agora, é querer perder isto e os demais... Em conclusão, senhor, considerando tudo o que temos em Pernambuco, é uma guerra, e se se puser em fiel da balança a despesa que esta guerra há de fazer com todo o rendimento que vossa majestade pode tirar da campanha de Pernambuco, é certo que não há de igualar o rendimento à décima parte da despesa, como a experiência já tem mostrado.²³⁸

Vale ressaltar que o jesuíta enfatiza muito mais a região de Angola do que Pernambuco. Pois, segundo Vieira, o Brasil não poderia se conservar sem os negros. . Ele afirmava que não havia como tirar proveito de Pernambuco, e como os portugueses eram “os senhores de

²³⁶ MELLO, Evaldo Cabral, op cit, 2000, p. 345-346.

²³⁷ VIEIRA, Antônio, “Papel Forte”, p. 316-318.

²³⁸ Idem, p. 323.

Angola”, os holandeses não poderiam ter escravos a não ser “pela nossa mão”, o que, segundo Vieira, forçaria uma relação de dependência e os obrigaria a “nos guardarem o prometido”. Vale ressaltar que Vieira não só enfatizava Angola, mas também as regiões da Ásia que Portugal ainda estava por conquistar. Pois Pernambuco não seria entregue “gratuitamente” aos holandeses, mas como diria Lênin, esta ação corresponderia a dar um passo atrás para depois dar dois à frente. Desta forma, haveria tempo para Portugal se recompor e, ancorado pelas profecias e pela vontade divina, na visão de Vieira, retornar às grandes e almeçadas conquistas.²³⁹

Cabe mencionar aqui que neste argumento específico de Vieira, ele compara a quase desprezível parte representada por Pernambuco tendo em vista o tamanho do reino português que poderia ser perdido caso entrasse em guerra com a Holanda por causa desta província. O prejuízo ao reino, caso isso ocorresse, segundo Vieira, seria inestimável. Como se sabe, as províncias de Pernambuco e, principalmente, da Bahia, ainda representavam certo lucro em termos econômicos para a coroa portuguesa.

Vieira exaltava a fertilidade das terras do Brasil, “nunca ninguém lá morreu de fome”, e alegava que os portugueses e outros residentes de Pernambuco poderiam deixar seus lares e transferir todos os seus bens móveis para outras localidades do país como a Bahia e Rio de Janeiro. A maioria destas pessoas, segundo ele, já se habituara a conviver com certas dificuldades financeiras. Portanto, roupas, escravos, açúcares, exceto criações de gado ou outras coisas pertencentes aos engenhos, poderiam ser levados por quem deixasse Pernambuco, caso a província fosse entregue aos holandeses.²⁴⁰

Após demonstrar conhecimento de várias partes, não só do nordeste brasileiro, mas da colônia como um todo, e sempre pensando no bem de Portugal, Vieira mostrava estar ciente dos reais motivos da invasão holandesa no Brasil: não eram de razão simplesmente comercial, mas também territorial, porque a Holanda disputava palmo a palmo com a Espanha e França a hegemonia mundial. Vários produtos brasileiros, como o açúcar e o sal, eram “explorados” pelos holandeses, mas eles ambicionavam ainda uma maior expansão de seu território, daí também o interesse por Pernambuco, que, de fato, representava uma boa parte do Brasil em termos territoriais. Mas insiste o jesuíta que em todos os outros aspectos esta província pouco valeria a Portugal diante das circunstâncias vividas pelo país naquele momento. Além disso,

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Ibid, p. 328.

segundo ele “não nos falta terras, senão habitantes, os quais levarão e trabalharão para si e não para os holandeses”.²⁴¹

A partir de todas estas argumentações Vieira ainda mostra o inimigo, representado pelos holandeses, não digno de confiança de que irá cumprir o acordo e respeitar a paz a ser estabelecida, ainda que revele várias razões para que eles a mantivessem com os portugueses. Entre os motivos destacam-se: o fato de os holandeses viverem pacificamente com todos os príncipes e nações do mundo após uma guerra de oitenta anos, seria muito provável a busca de descanso e quietação por parte da Holanda; com o acordo de paz os portos do reino português se abririam aos holandeses que desta forma lograriam das drogas presentes nas colônias portuguesas; por último e muito importante na argumentação, o jesuíta enfatiza que:

[...] importa à conservação das províncias de Holanda, que o poder de Castela não torne à sua antiga pujança, e para que haja quem sempre esteja diminuindo as forças com guerra intestina, assentaram os estados, que convinha se conservasse Portugal, e por isso se deliberaram a que se nos não fizesse guerra nas conquistas, contanto que se restituíssemos o que eles têm por seu, e que nos demais se salvasse a reputação.²⁴²

Enfim, conforme Acir Pécora, o *Papel Forte* refuta todos os pontos contrários à capitulação portuguesa em Pernambuco, alegados por seus adversários, apontando a insuficiência dos recursos portugueses disponíveis para a guerra, “o que apenas poderia ser remediado, em médio prazo, com o incremento das desejadas companhias de comércio”.²⁴³ Como já dito, a situação não era favorável aos portugueses para travar uma guerra como um país que, no momento, era muito mais forte no quesito militar e no econômico.²⁴⁴

Porém, toda esta argumentação de Vieira foi desconstruída pelo “fantástico dos acontecimentos”. Os pernambucanos, sem medir esforços, expulsaram definitivamente os holandeses desta província, conseguindo, desta forma, “arruinar todo o acordo de paz tão esforçadamente pretendido por Vieira em sua missão diplomática a Haia e Amsterdã”. O jesuíta não pretendia simplesmente perder Pernambuco e ficar de braços cruzados, porém visava à reabilitação política e econômica de Portugal e, logo em seguida, cogitava atacar algumas das principais posições das conquistas espanholas da América, como as do Canal do Panamá e do Rio da Prata.²⁴⁵

Pode-se afirmar que Vieira expressa claramente no *Papel Forte* o conhecimento que tinha das “praças brasileiras” e como cada uma delas poderia colaborar para a manutenção do

²⁴¹ Idem, 322-330.

²⁴² Idem, p. 331.

²⁴³ PÉCORA, Alcir. “Assuntos políticos dos escritos do Padre Vieira”. In: Vieira, op cit, 2002, p. XV.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Ibid, p. XVI.

reino português, especialmente Pernambuco, “estado” que, segundo Vieira, era de pouca utilidade para Portugal, diante das pressões sofridas pelos holandeses por este território. Concluiu-se que o jesuíta tinha plena noção de que não valeria à pena arriscar todo um reino em uma possível guerra cuja vitória era impossível diante da vantagem militar do inimigo, por uma pequena parte da qual Vieira prova com inúmeros argumentos, que não era vantagem lutar tanto por ela, mas em um momento mais oportuno, recuperá-la e expandir ainda mais o poderio português.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, as alternativas de ceder o Brasil ou de nele instalar o Estado português sempre vieram à tona nos momentos em que a conservação do reino português esteve ameaçada. Além desta situação vivida por Pernambuco, outros projetos de barganhas com territórios brasileiros vieram à luz como, por exemplo, em 1580 (a partir deste ano) nas negociações entre Felipe II e a casa de Bragança, “cujos direitos à Coroa eram considerados juridicamente mais sólidos que os do monarca castelhano e que os do prior do Crato”. O conde de Ericeira sustentou em sua *História da Restauração Portuguesa* que o cardeal-rei D. Henrique, o último rei dos Avis, tentou convencer os Bragança de que “em troca de sua adesão às pretensões castelhanas, ficassem com o Brasil, de que o duque D. João tomaria o título de rei”.²⁴⁶

No que tange às negociações relativas à entrega do nordeste aos Países Baixos, vale lembrar que no reinado de D. João IV, além da tentativa de ceder o estado de Pernambuco em troca da garantia de paz com a Holanda, surgiram outras ocasiões em que se cogitou utilizar o Brasil como moeda de troca. Em 1646 o embaixador português em Paris foi instruído a negociar o casamento do herdeiro do trono, o príncipe Teodósio, com a prima de Luís XIV. Mas pela falta de interesse do governo francês, o rei foi além da proposta inicial, “dispondo-se a abdicar em favor do filho, em cuja menoridade a regência seria exercida pelo almejado sogro, o duque de Orléans, ao passo que D. João IV se contentaria com o domínio dos Açores e do Estado do Maranhão e Grão-Pará”, que seriam constituídos reinos independentes.²⁴⁷

Neste contexto, vale ressaltar um projeto de retirada da família real para o Brasil no período da guerra da Restauração (1660-1668), defendido pelo padre Antônio Vieira. Para o jesuíta, a nomeação de Francisco de Brito Freyre para o governo de Pernambuco em 1660 “resultara da preocupação da rainha regente de preparar refúgio para si e para os filhos no caso da iminente invasão espanhola do Reino, pois devido ao sistema de fortificação deixado pelos holandeses no Recife, este era reputado a praça-forte mais segura da América portu-
gue-

²⁴⁶ MELLO, Evaldo Cabral, op cit, 2002, p. 66.

²⁴⁷ Idem.

sa”. Vieira ainda reitera afirmando que o próprio rei D. João IV recomendara este projeto em “papel do próprio punho” encontrado depois de sua morte.²⁴⁸

Desta forma afirma-se que não só por parte de Vieira, mas em outras ocasiões, houve o intento de negociar partes do Brasil como moeda de troca, mas especialmente neste autor isto fica bem evidenciado, uma vez que a conservação do reino português é essencial para ele e também almejada por muitos portugueses. Desta forma, Vieira se utilizava também desta premissa para que as suas profecias acerca do Quinto Império pudessem ter uma maior repercussão, conforme esta busca de concretizá-las através de atos concretos e políticos, através deste objetivo comum entre portugueses de manter o seu reino conservado.

O jesuíta defende um programa de manutenção e desenvolvimento do Estado por cristãos, baseado no pressuposto de que cristianismo e sucesso político são compatíveis. Segundo a historiadora Beatriz Helena Domingues, Vieira se enquadra em um grupo de intelectuais denominados de antimaquiavelistas²⁴⁹ que se apropriaram da filosofia tomista, ao mesmo tempo em dialogaram com Maquiavel (não havendo uma incompatibilidade entre ambos). Os antimaquiavelistas argumentam em prol de um estado poderoso que não se desvincula da moralidade cristã, ou seja, era possível ter uma vida cristã plena no interior da atividade secular. Neste sentido, para estes autores, dos quais incluo Vieira, além de cristianismo e sucesso político serem compatíveis, a condição de cristão aumentava as chances de um governo bem sucedido.²⁵⁰

Uma das questões importantes levantadas pelos antimaquiavélicos neste período foi a suposta tensão entre o bom e o útil para a vida no mundo político, uma vez que pensavam que ambos caminhavam juntos: ou seja, um bom cristão poderia ser bem sucedido na política. Em Vieira encontramos uma busca pelo desenvolvimento econômico como instrumento de legitimação do poder semelhante à preocupação maquiavélica com a construção e manutenção do estado. No *Papel Forte* é claro seu intento de promover a paz com os holandeses, a fim de não causar um desastre maior, dando tempo para que Portugal pudesse se desenvolver economicamente e alcançar novamente as conquistas e a hegemonia mundial. Mas no caso específico deste escrito, me parece que este pragmatismo, visão do Estado governado por verdadeiros cristãos, não só é compatível com o sucesso político, mas condição *si ne qua non* para o mesmo, e se alia a uma expectativa profética bem clara de formar o Quinto Império do mun-

²⁴⁸ Ibid, p. 67.

²⁴⁹ Sobre o antimaquiavelismo ver: BIRELEY, Robert. “The Challenge of Machiaveli” and “Anti-Machiavelians and Scholastics” In *The Counter-Reformation Prince. Anti-Machiavellianism or Catholic Statecraft in Early Modern History*. Chapel Hill and London: the University of North Caroline Press, 2000.

²⁵⁰ DOMINGUES, Beatriz Helena. “Vieira entre o tomismo e o maquiavelismo”. *Revista Multitextos CTCH-PUC RJ*, Ano 3 - nº 9 – 2009, pp. 12-25, p.16-17.

do. Pois, segundo Vieira, um desenvolvimento econômico concreto de Portugal era e seria impulsionado pela providência divina. Daí Beatriz Domingues afirmar que nesta peça de Vieira é possível detectar o que Bireley denomina um “pragmatismo providencialista”. Isto requer a capacidade de discernir a mão divina na história, que para Vieira, com base em sua fundamentação bíblica e em suas argumentações proféticas, estava a favor dos lusitanos. E elas se concretizariam através de ações práticas, como, por exemplo, as prescritas no *Papel Forte*.²⁵¹

Também Alfredo Bosi resume o que foi dito acima:

[...] este discurso crítico caminha em um sentido que carrearia águas para a tese ilustrada do caráter ‘maquiavélico’ das práticas jesuíticas tais como se exerceram junto às cortes dos estados monárquicos ao longo do século XVII. O efeito político daquela retórica era promover a conjunção dos poderes reais aos eclesiásticos, consagrando o projeto de uma igreja universal triunfante aliada às dinastias reinantes. Vieira aspirava, contudo, à ascensão de um único monarca e de um único Império, pois, observava com argúcia, que a rivalidade entre os reis católicos (da França, de Espanha, de Portugal, da Áustria) era causa de guerras constantes e divisões no seio própria igreja. O advento daquele imperador cristão todo-poderoso e portador da paz universal sublimava o seu patriótico desejo de que ele saísse de um trono lusitano.²⁵²

4.2.2 Pernambuco e o imaginário popular: a invasão holandesa no nordeste

Neste tópico apresento um quadro da situação de Pernambuco, em que Vieira, redigiu o *Papel Forte*, para que possamos melhor vislumbrar o imaginário criado em torno desta cidade e, conseqüentemente, as possibilidades de nosso jesuíta convencer os moradores a ceder este território aos holandeses.

Os primeiros colonos pernambucanos sonharam com o que denominaram de Nova Lusitânia, ou seja, “com o prolongamento de Portugal na América e do Velho Mundo no Novo”, um sonho almejado e buscado com intensidade por estas pessoas.²⁵³ Vale destacar que o primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, para simbolizar seu propósito, adotou para a capitania o nome de Nova Lusitânia, que após a sua morte, foi preterido pelo topônimo tupi (Pernambuco). Deste modo, Nova Lusitânia adquiriu características eruditas, sendo literaria-

²⁵¹ Idem, p. 18-19.

²⁵² BOSI, Alfredo. “Antônio Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição.” Estudos Avançados. www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000300015&script=sci_arttext. São Paulo, 2008.

²⁵³ A partir deste momento, tenta-se entender neste trabalho o quanto os habitantes desta região vão lutar pela permanência de seu território quando este for ameaçado, especialmente no período da invasão holandesa, em que Vieira tentará sem sucesso um acordo de paz com os holandeses em troca da entrega do estado de Pernambuco.

mente aplicadas ao conjunto da Colônia até os tempos da Independência.²⁵⁴ A escolha de Nova Lusitânia denota no primeiro donatário certa afinidade pelas humanidades, uma vez que este emprego constituiu novidade no final do século XV, trazida pelo “renascimento dos estudos clássicos, que haviam identificado os portugueses com os lusitanos sublevados outrora contra a dominação romana”.²⁵⁵

A substituição de Nova Lusitânia por Pernambuco simbolizou a modificação feita seu pelo primeiro donatário em seu programa, logo pervertido pelas circunstâncias da colonização. Até a fundação de Pernambuco, o açúcar “fora, por excelência, a cultura das ilhas, como a Madeira, as Canárias, São Tomé e São Domingos, como voltará a ser no século XVII com a colonização francesa e inglesa das Antilhas”. Na ilha da Madeira caracterizou-se consoante a tradição da agroindústria açucareira, que encontrou boa acolhida, em sintonia com as condições locais: “um sistema de produção que separava o cultivo da cana e o fabrico de açúcar”.²⁵⁶ Na Madeira, como na Nova Lusitânia, o açúcar mostrou-se compatível com uma classe de lavradores de cana, recrutados entre fidalgos, funcionários da Coroa, artesãos e comerciantes.

A expansão territorial transformou a região da Madeira, estimulando a monocultura de cana e viabilizando o recurso à mão-de-obra africana, devido o fato das colônias mais ao sul da capitania serem mais favoráveis do que as do núcleo histórico duartino. No período da invasão holandesa a “região entre Natal e Penedo caracterizava-se pela sua disposição latitudinal, pois a ocidente a penetração não ia além dos 70 quilômetros do seu vetor mais ativo, situado na bacia do Capibaribe”. Mas, por mais profundos que fossem os efeitos da expansão territorial, muitas características da região madeirense preservaram-se. Em ambas o engenho constituiu inicialmente o prolongamento da loja, da vida urbana e do comércio. Os primeiros foram “edificados nos arredores de Olinda, como o engenho do Salvador do Mundo, levantado por Duarte Coelho, e o de Nossa Senhora da Ajuda, erguido pelo cunhado, Jerônimo Albuquerque”. O engenho se baseava no equipamento manufatureiro, tendo as atividades agrícolas separadas das fabris, da mesma forma que ocorria na região da Madeira.²⁵⁷

Deste modo, observa-se que no caso específico da região antes conhecida como Nova Lusitânia e posteriormente denominada Pernambuco, houve uma forte produção de cana, que permaneceu em crescimento até a invasão dos holandeses, que acarretou um longo período de guerra e uma desorganização rural, em um contexto de bastante insegurança e de conflitos

²⁵⁴ MELLO, Evaldo Cabral. *A Ferida de Narciso: ensaio de uma história regional*. Editora SENAC, São Paulo, 2001.

²⁵⁵ MELLO, Evaldo Cabral. *Um Imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo, Ed.34, 2002, p. 70-71.

²⁵⁶ Idem, p. 71-72.

²⁵⁷ Ibid, p. 73-75.

provenientes da possibilidade da entrega de Pernambuco para que pudesse ser possível garantir a paz de Portugal com os holandeses. Vieira também se utilizará deste fato (a crise do açúcar no período) para fortalecer seu argumento de que naquele período Pernambuco pouco representava para o reino português não só em extensão territorial, mas também em termos econômicos.

Em vinte e quatro anos de domínio holandês no nordeste brasileiro (1630-1654), segundo Evaldo Cabral de Mello, pelo menos dezesseis foram de luta contínua.²⁵⁸ Os primeiros anos do governo de Maurício de Nassau caracterizaram-se pela euforia decorrente da liberalização do comércio entre os Países Baixos e o Brasil holandês. Com a consolidação do domínio territorial, “as tarefas econômicas passaram ao primeiro plano administrativo e, em particular, a necessidade de pôr a operar no mais breve prazo o sistema de produção açucareira. Os anos de guerra haviam gravemente comprometido seu funcionamento”. As instalações de muitos engenhos foram desmontadas ou roubadas, além de ser abandonadas pelos seus proprietários luso-brasileiros quando emigraram para a Bahia na esteira do exército de resistência. A liberdade de comércio veio, portanto, permitir a reativação do parque açucareiro.²⁵⁹

A partir de 1641, com a conclusão da trégua entre a Holanda e Portugal, a atividade açucareira se processou de forma ainda mais renovada e intensa. Mas esta euforia dos anos de 1638 a 1642 sofreu um golpe com a crise do preço do açúcar no mercado em Amsterdam. Desta forma o governo do Brasil holandês tentou sem êxito acampar as dívidas dos senhores de engenho aos comerciantes livres, contra a hipoteca de suas escravarias, safras e engenhos. Na visão de Evaldo Cabral, sem suspeitá-lo, esta administração (neerlandesa) “criara, desde 1638, com o confisco e re-venda dos engenhos, as condições econômicas e sociais que tornaram mais fácil, à Coroa portuguesa e aos seus representantes na Bahia, a tarefa de fomentar uma rebelião de proprietários endividados contra o Brasil holandês”.²⁶⁰

A guerra decorrente desta ocupação foi bastante duradoura e trouxe conseqüências alarmantes para a economia do nordeste brasileiro, pois:

[...] durante a fase final do conflito, os canaviais e as fábricas de todo o norte da mata pernambucana, da Paraíba e do Rio Grande, cerca de um terço do sistema produtivo do ex-Brasil holandês haviam sido destruídos na esteira da retirada de toda a sua população para a mata meridional, medida que visara reduzir radicalmente o perímetro que o exército restaurador devia defender. [...] Não obstante, o açúcar produzido nesta área arcara com 80% da carga

²⁵⁸ Vale ressaltar que o interesse aqui não é caracterizar o período das guerras contínuas no nordeste brasileiro, mas abordar um panorama geral e resumido do que foi governo nassoviano, para entender o que ocorria em Pernambuco e quais eram as pretensões de seus habitantes no período em que Vieira escrevia o *Papel Forte*.

²⁵⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Imagens do Brasil holandês 1630-1654*. Fundação Nacional próMemória, 1987, p. 21.

²⁶⁰ Idem, p.22-23.

fiscal destinada ao sustento das tropas, enquanto a maior parcela das fintas em víveres recaía sobre a lavoura de subsistência, a qual suportou igualmente o fardo do recrutamento, de modo a poupar a capacidade produtiva do sistema açucareiro. Daí muita gente da terra sustentar que a restauração do nordeste se fizera ‘a custa de nosso sangue, vidas e fazenda’, o que irá constituir o tópico fundador do discurso nativista.²⁶¹

No imaginário pernambucano a restauração de seu território ocupou lugar central, a função de uma matriz ideológica. “A memória estamental apresentou-o como a gesta de determinados grupos sociais; na recordação popular, ele assumiu as cores de um tempo fabuloso e quase mítico”. Mesmo após dois séculos após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, ainda era possível ver vestígios físicos dos monumentos civis, militares e religiosos, deixados pela ocupação. As gerações que se sucederam comemoraram regularmente, nos montes Guararapes, na Estância ou em Olinda, os principais feitos bélicos, além da iconografia, que fixou em painéis as batalhas decisivas.²⁶² A partir destas vitórias contra os holandeses e dos marcos que elas representaram, vê-se a constante importância dada ao território de Pernambuco pelos seus habitantes com seu discurso nativista, o que, de fato, dificultou a aceitação da proposta de Vieira explicitada no *Papel Forte*. Pois nele houve uma tentativa de negociações em Haia acerca da entrega deste estado português aos holandeses, em troca da garantia de paz entre estes países, a fim de manter o reino português livre de qualquer ameaça externa.

4.3 O objetivo prático de Vieira: a conservação do reino português

Em conformidade com os tópicos anteriores a esta seção, observa-se que o tema da conservação do reino português é uma constante nos mais variados escritos de Vieira. No mesmo período em que escrevia o *Papel Forte*, também escreveu uma carta ao Marquês de Niza, seu principal correspondente entre os anos de 1647 e 1648, período de sua segunda missão diplomática, na qual novamente se preocupa em manter a guerra contra Castela, sem prejudicar a construção futura do Quinto Império. Este escrito mostra um diálogo entre Vieira e este Marquês, que era embaixador português em Paris com a missão de ajudar Portugal na

²⁶¹ MELLO, Evaldo Cabral, op cit, 2001, p. 42.

²⁶² MELLO, Evaldo Cabral, op cit, 1987, p. 26.

guerra contra Castela e seu intuito era tentar unir aliados (no caso a França) para ajudar na vitória portuguesa contra os espanhóis.²⁶³

Neste período a França estava em guerra contra Castela e o Cardeal e primeiro-ministro francês Giulio Mazzarino pediu ajuda a Portugal contra seu principal inimigo. Mas Vieira logo observa a astúcia deste Cardeal, por ser a favor da continuação desta guerra por “amor” a Portugal, pedindo que este ponto de vista fosse anunciado por alguns países da Europa: “e nos mandava repetir este desengano em Lisboa, em Paris e em Munster, e agora, que a conveniência ou a força o reduz a continuar a guerra, quer-nos vender a liga, como se deixara de fazer a paz por nossa causa”.²⁶⁴

Na visão do jesuíta fazer uma liga com a França naquele período implicava em prestar mais serviço a este país do que a Portugal, pois a França era mais poderosa, “por ser o seu intento conquistar e o nosso defender, por ter ele um só inimigo e inferior, e os nossos serem dois e ambos em seu gênero superiores, como é a Holanda por mar e Castela por terra”. Além disso, para Vieira, após a guerra, Castela faria paz somente com a França e não com o seu país, concluindo que era Portugal que necessitava dos socorros da França e não o contrário.²⁶⁵

Após estas explanações, ele ainda aponta a falta de credibilidade da França, uma vez que ela também estava interessada em parte das terras dos portugueses e na liberdade de comercializar nos portos lusos (além de comercializar com Castela). Vieira mostra sua desconfiança em relação à França, pois temia que Portugal perdesse territórios conquistados com tanto esforço e com tamanhos gastos:

Do primeiro temos exemplos antigos, quando os *franceses* começaram a conquistar primeiro o *Rio de Janeiro*, depois o *Maranhão*, e ultimamente, em tempo do *Cardeal Richelieu*, tiveram em pensamento a *ilha de S. Lourenço*, de que S.M foi avisado; e do segundo há os modernos, da licença, que alguns mercadores pediram e alcançaram, para ir aos portos de Brasil e Angola. Mas nenhuma nem outra coisa parece razão que se conceda à *França*; porque, como havíamos de dar de graça o que à custa de tanto sangue e dinheiro estamos defendendo?²⁶⁶

Após mostrar os perigos de uma união com a França, o jesuíta continua o seu raciocínio explicando em que termos poderia ocorrer esta liga contra Castela e Holanda, e quais conquistas seriam interessantes para o reino português. Pois, além de se preocupar com a defesa de Portugal, vislumbra oportunidades surgidas para a expansão e desenvolvimento de seu país. Apostava que o reino português poderia se engajar em uma empresa que o levasse nova-

²⁶³ VIEIRA, Antônio, “Carta ao Marquês de Niza”, p. 197-198.

²⁶⁴ Idem, p. 197-198.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Ibid, p. 199.

mente a uma posição de destaque mundial, uma vez que era a nação destinada a ser soberana sobre todas as outras de acordo com as suas profecias. Para isso, segundo Vieira, era necessário que Portugal tivesse preponderância sobre o comércio com as Índias, pois para ele “o poder que se mandar às Índias se deve encaminhar contra os mesmos e portos que se embarca e conduz à prata, assim do Peru como a de Nova Espanha”, conseguindo, no mínimo, tomar a frota e obter todo o comércio e proveitos que a Espanha recebe das Índias.²⁶⁷

Desta forma, o jesuíta, que estava muito bem informado sobre o que ocorria neste comércio em direção às Índias, assim como quais os interesses de cada país nesta transação, explica de que modo ocorreriam estes fatos em favor do reino português. A navegação por estes mares seria fácil e não duraria mais de dois meses, na visão de Vieira. Para ida e vinda, estavam à disposição dos lusos os seus portos e suas ilhas. Para a manutenção da guerra seria possível enviar socorros de mantimentos do Maranhão e do Pará, com grande abundância e rapidez. Além disso, muitos dos moradores dos portos e cidades das Índias, e grande parte dos pilotos e marinheiros das frotas eram portugueses e com eles poder-se-ia tirar bastante proveito, tanto para as notícias, quanto para as empresas necessárias naquele momento.²⁶⁸

Após explicar detalhadamente e com muita lucidez de que modo Portugal tiraria proveito deste comércio em relação às Índias e quais seriam as necessidades deste reino para alcançar estes objetivos, o jesuíta vai além e afirma que também era possível obter a conquista do Rio da Prata,

[...] de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, além das minas das quais elas e Castela se enriqueciam, cuja prata por aquele caminho era possível trazer por muito menos despesas.²⁶⁹

Vieira encerra a sua explanação mostrando que se Portugal não seguir as propostas sugeridas por ele, a França poderia tirar proveito desta situação em benefício próprio, conquistando o *Rio da Prata* e deixando os lusos de mãos vazias. Além disso, aborda algumas das “tentações” da França acerca das conquistas portuguesas. Ele afirma isso com base no passado francês com relação às conquistas portuguesas no Brasil. Uma destas tentações seria a tomada do Rio de Janeiro, “ajudando-se a ambição de uma espécie de justiça, porque antiga-

²⁶⁷ Ibid, p. 201.

²⁶⁸ Ibid, p. 202.

²⁶⁹ Idem.

mente, quando conquistamos aquelas terras, tomamo-las aos índios e a franceses, que eles ainda não estavam em lugar do mesmo porto fortificados”.²⁷⁰

A partir destas análises feitas por Vieira acerca de uma possível união com os franceses contra o principal inimigo português – Castela, com as devidas desconfianças com relação às ousadas intenções de conquistas da França, seria lícito afirmar que o jesuíta, ao propor os termos exatos de como ocorreria esta união e quais os melhores caminhos comerciais a serem seguidos pelos lusos, ele quer manter, proteger e prevenir o reino português de Castela, dos holandeses e de possíveis conquistas francesas e também mostrar a possibilidade de se conquistar territórios como o Rio da Prata, a fim de que Portugal pudesse ampliar sua influência comercial e voltar a acumular riquezas (como a prata, por exemplo) para investir em seu reino, que voltaria a crescer e poderia retornar à sua posição hegemônica no cenário mundial, conforme já previa em suas profecias acerca do Quinto Império português.

Vale ressaltar que os jesuítas em geral, e Vieira em particular, tiveram contato com a corte, em vários Estados, e a maioria deles se envolveu em governos, pelo menos na condição de conselheiros eventuais. No caso de Vieira, este escreveu para governantes e expressou visões de mundo acerca da política dos mesmos, sendo *Sermão do Bom Ladrão* e o *Papel Forte* exemplos disso, porém no primeiro o jesuíta se dirige a príncipes e governantes em geral, tendo um ponto de vista eminentemente moral, diferente do segundo em que se direciona especificamente ao rei D. João IV, de forma pragmática e com objetivos práticos, que permitissem uma paz duradoura com os holandeses, que ameaçavam o reino português no momento.²⁷¹

Vieira se destacou como um grande aconselhador de reis, príncipes e governantes em geral, sempre buscando a conservação do reino lusitano. Especificamente no *Papel Forte*, observa-se que ele queria muito mais do que a simples conservação do reino português, mas ambicionava uma ousada expansão territorial, à medida que ela fosse possível. Este conselho dado por Vieira ao rei português não é muito diferente dos conselhos dados por Maquiavel a príncipes, pois para ambos era mais fácil conquistar do que manter e, neste caso, pensava Vieira principalmente na conservação do reino português, pois para ele, era preciso primeiro garantir a existência e consistência deste reino, expandi-lo posteriormente seria mais simples.

²⁷²

Para corroborar o argumento descrito acima acerca da conservação do reino português, vale destacar o sermão de Santo Antônio, escrito por Vieira em 1642 e pregado na Igreja das

²⁷⁰ Ibid, p. 203.

²⁷¹ DOMINGUES, Beatriz Helena. “Vieira entre o tomismo e o maquiavelismo”. Revista Multitextos CTCH-PUC RJ, Ano 3 - nº 9 – 2009, pp. 12-25, p. 18.

²⁷² Idem.

Chagas de Lisboa, em período próximo da reunião das Cortes convocadas por D. João IV para tratar dos custeios da guerra contra Castela. Afirma “que os intentos de Castela, são recuperar o perdido; os intentos de Portugal são conservar o recuperado”.²⁷³ Em grande parte do sermão, o jesuíta compara o seu anseio de conservar o reino português, com as virtudes de Santo Antônio, dizendo que este santo é “conservador do que se pode perder”. Acrescenta as palavras ditas por Cristo aos seus apóstolos e a este santo: *Vos estis sal terrae* (Vós sois o sal da terra) que tratam novamente da conservação do reino português. O sal para Vieira é remédio da corrupção, mas é preservativo; “não remedeia o que se perdeu, mas conserva o que se poderia perder, que é o de que temos necessidade”. Assim, Cristo os chama de pescadores, para que todos os seus apóstolos pesquem por todo o mar do mundo, mas lembrando que eles são sal da terra, a fim de que não pequem e comam o que pescaram, mas que o conservem. Finalizando a argumentação, o jesuíta faz esta mesma analogia com o reino de Portugal, dizendo que “pescou Portugal o seu reino, Pescou Portugal a sua coroa; advirta agora Portugal que não pescou para comer, senão para conservar”.²⁷⁴ Este raciocínio remonta novamente a Maquiavel, pois como observado no *Papel Forte*, aqui segue a mesma idéia de que é mais fácil pescar do que manter.

Este sermão também trata dos tributos cobrados pelas cortes portuguesas, que, na visão de Vieira, deveriam ser modificados, uma vez que estes tributos não foram efetivos para a conservação reino. Ou seja, como os remédios foram ineficazes, era necessário “remediar os remédios”. Para isso o jesuíta recomenda que os tributos possam ser cobrados sem violência, de modo mais suave, pois como diz o próprio Cristo, “o meu jugo é suave, e o meu peso, leve” (Mt 11,30). Por isso há a necessidade de dividir esta cobrança, repartir estes impostos, pois a lei de Cristo deve ser igual para todos e não dá privilégios a ninguém. Pois para o jesuíta o maior jugo que pode ter um reino são os imoderados tributos. “Se queremos que sejam leves, se queremos que sejam suaves, repartam-se por todos”. Desta forma sugere que no reino português haja igualdade na cobrança de impostos, sem privilégios (isenção de tributos) para nenhuma classe.²⁷⁵

Para corroborar o seu argumento, Vieira volta a falar do sal, cuja matéria é formada por três elementos: o fogo, a água e o ar, que se uniram em uma diferente espécie e se converteram em sal. O elemento do fogo representa o estado eclesiástico “elemento mais levantado que todos, mais chegado ao céu e apartado à terra”, que é sustentado por todos os outros e a

²⁷³ VIEIRA, Antônio, “Sermão de Santo Antônio”, p. 5.

²⁷⁴ *Idem*, p. 7.

²⁷⁵ *Ibid*, p. 9.

ninguém sustenta. O elemento do ar representa o estado da nobreza, por ser o elemento da respiração, “porque os fidalgos de Portugal foram o instrumento felicíssimo por que respiramos, devendo este reino eternamente à resolução de sua nobreza os alentos com que vive, os espíritos com que se sustenta”. Por último, o elemento da água, que representa o estado do povo, a massa que abastece os outros elementos. Segundo Vieira, estes são os três elementos de que se compõe a República, de modo que eles deixem de ser o que eram para se converter em uma espécie conservadora das coisas. Juntos, portanto, estes três elementos políticos “hão de deixar de ser o que são para se reduzirem unidos a um estado que mais convenha à conservação do reino”, consolidando deste modo o reino português.²⁷⁶

Para que a união destes elementos atingisse à conservação do reino, era necessário que os três estados tivessem as mesmas obrigações, no referido caso, com relação ao pagamento de tributos (e não só o estado do povo). Para os eclesiásticos, sugere que temam a Deus, e busquem fazer a Tua vontade. Uma forma prática seria pagando corretamente os impostos, que devem ser considerados como uma dádiva e não como uma dívida (esta creditada aos seculares) confirmada nas próprias palavras de Cristo: “Pagai o de César a César, e o de Deus a Deus” (Mt 22,21). Da mesma forma mostra a importância da nobreza pagar os tributos (já que também era isenta no reino português) e novamente retorna ao exemplo de Cristo, que juntamente com os de sua casa pagava os impostos. Por que então a nobreza não os pagaria? Esta, em especial, cometeria uma grande pecado, caso faltasse à coroa com o ouro que dela recebia. O povo continuaria pagando os seus tributos, mas consciente de que os outros setores da sociedade também cumpririam esta obrigação.²⁷⁷

Pode-se afirmar, portanto, que o objetivo central deste sermão é mostrar à corte portuguesa a necessidade de se conservar o reino de Portugal, e que uma ação decisiva neste sentido seria através de uma cobrança mais justa de tributos entre todos os estados do reino. O jesuíta insiste em que estes estados a paguem de forma equânime os impostos, fazendo analogias com as ordens de Cristo a seus apóstolos, que também pagavam tributos. Desta forma, haveria a união destes estados, a fim de que juntos estivessem em sintonia (assim como o fogo, a água e o ar) para o alcance de um objetivo maior, que é criar condições para a conservação do reino português, que passava por um período bastante conturbado e que precisa de mudanças. Este tipo de recurso ao exemplo de Cristo é também muito frequente no Sermão do Bom Ladrão, que analiso adiante.

²⁷⁶ Ibid, p. 16-17.

²⁷⁷ Ibid, p. 23-24.

O Sermão do Bom Ladrão foi pregado na igreja da Misericórdia de Lisboa em 1655, durante a breve estada de Vieira na Corte em busca de medidas que garantissem a condução dos resgates e governo dos índios pela Companhia de Jesus. Queria ele que este sermão pudesse atingir aos mais variados tipos de pessoas, inclusive aos reis e príncipes, que deveriam seguir o ensinamento do Rei supremo, que é o próprio Cristo, em uma ousada crítica à prática corrupta dos governantes deste período.²⁷⁸

Um ponto importante ressaltado por Vieira neste escrito é com relação a uma antiga lei da Restituição, reservada aos penitentes que necessitavam quitar as suas dívidas. Segundo esta lei, o ladrão que quisesse ser perdoado de seus pecados, primeiro precisava restituir o que roubou se tivesse tal possibilidade. Este preceito era muito rigoroso no período e deveria ser seguido à risca, pois o ladrão que não restituísse o que tivesse roubado poderia perder a sua própria liberdade. Desta forma, o famoso e conhecido “bom ladrão” que estava junto à cruz de Cristo pôde se salvar tanto como o ladrão que tinha sido, mesmo sem ter com que restituir o que roubou, quanto como o cristão que começava a ser, mesmo sem o batismo. Como ladrão que tinha sido foi salvo por Cristo que derramou seu sangue na cruz, lhe suprimindo também o Batismo. Por sua desnudez e pela sua impossibilidade, foi lhe suprida a restituição, podendo desta forma ter sido salvo.²⁷⁹

Semelhante ao que ocorreu com São Dimas (o bom e pobre ladrão) foi a ação de Cristo com Zaqueu, um ladrão rico, que tinha muito a restituir, porém não podia Cristo lhe assegurar a salvação antes da devolução, por isso fez esta exigência ao penitente que atendeu ao pedido e restituiu tudo o que tinha mal adquirido em quatro dobros. O jesuíta insiste nestas comparações para advertir primeiramente os reis que a “salvação não pode entrar sem se perdoar o pecado, e o pecado não se pode perdoar sem se restituir o roubado”.²⁸⁰

O jesuíta enfatiza os mais variados tipos de ladrões, em uma hierarquia que define as suas obrigações em termos de restituição. Quanto mais sobe na hierarquia dos ladrões, mais grave é o seu crime, pois os príncipes e reis, que ocupam o topo, além de não poderem roubar, devem impedir que alguém o faça.²⁸¹ Desta forma, mostra as mais variadas formas de furtos ocorridas entre reis, países, príncipes, desde os roubos maiores até aqueles considerados insignificantes. Porém fica evidente a sua intenção de mostrar não só o lado do ladrão que rouba, mas também a do encarregado de evitar que ele atinja o seu objetivo, permitindo que o mal aconteça. “Aquele que tem obrigação de impedir que se não furte, se o não impediu, fica

²⁷⁸ PÉCORA, Alcir. “Assuntos políticos dos escritos do Padre Vieira”. In: Vieira, op cit, 2002, p. XL.

²⁷⁹ VIEIRA, Antônio, “Sermão do Bom Ladrão”, p. 94.

²⁸⁰ Idem, p. 97-98.

²⁸¹ DOMINGUES, Beatriz Helena. op cit, 2009, p. 20.

obrigado a restituir o que se furtou”. Até mesmo príncipes que por sua culpa deixassem crescer os ladrões em seu reino, seriam obrigados à restituição, pois são responsáveis pela manutenção da ordem e justiça em seu território.²⁸² Pois conforme observou São Tomás, os príncipes “estão obrigados à restituição, como os ladrões, e pecam tanto mais gravemente que os mesmos ladrões, quanto é mais perigoso e mais comum o dano com que ofendem a justiça pública, de que eles estão postos por defensores”.²⁸³

Esta Lei da Restituição é natural e divina e por isso, segundo Vieira, deveria ser respeitada. A partir desta premissa, o jesuíta faz ponderações sobre a importância do ajuste da lei positiva à lei natural, e por sua vez à lei divina e eterna, afirmando que não ficam somente no campo da prédica moral, pois visam mostrar “que o mais moral e o mais de acordo com a Fé, não somente é o mais justo quanto o mais eficiente politicamente”. Esta postura coincide com a encontrada por Bireley, principalmente em autores jesuítas que, desde o século XVI (em oposição a Maquiavel), buscaram demonstrar a viabilidade de reinos comandados por príncipes efetivamente cristãos, que floresceriam como as profecias bíblicas que há tempos prediziam. Exemplo claro disso é a construção do Quinto Império português que Vieira insiste tanto em sua concretização, fato presente na maioria de seus escritos, e este sermão não foge à regra, mesmo que de forma implícita.²⁸⁴

O respeito pela Lei da Restituição, com a qual a lei positiva deve estar em sintonia, se aplica a príncipes que, em muitos casos, usam de violência para com os seus súditos e exigem pagamentos contra a sua vontade. Mas, para o jesuíta, semelhante à argumentação feita por Maquiavel, se estes “príncipes tiram dos súditos o que segundo a justiça lhes é devido para a conservação do bem comum, ainda que executem com violência não é rapina ou roubo”. Esta conservação do bem comum seria o fim último do governante, que para atingi-lo, poderia se utilizar dos meios que julgasse adequados para alcançar este objetivo (os fins justificam os meios). Ao mesmo tempo em que tenta justificar a ação de alguns príncipes e reis, Vieira exemplifica dois reinos que foram castigados por Deus pelos seus crimes: o de Judá e o de Israel, um com o cativo dos assírios, e o outro com o dos babilônios. O motivo da punição foi que os príncipes destes reinos, “em vez de guardarem os povos como pastores, os roubavam como lobos”.²⁸⁵

O jesuíta conclui o seu argumento afirmando a necessidade daquele que furtou de restituir muito mais do que fora roubado e “que nem os reis, nem os ladrões, nem os roubados se

²⁸² PÉCORA, Alcir, In: Vieira, op cit, 2002, p. 103.

²⁸³ Idem, p. 108.

²⁸⁴ DOMINGUES, Beatriz Helena, op cit, 2009, p. 20-21.

²⁸⁵ VIEIRA, A. “Sermão do Bom Ladrão”, p. 99.

podem molestar da doutrina que preguei, porque a todos está bem”.²⁸⁶ Deste modo Vieira explica em quais termos sua doutrina se aplica em cada um destes casos por ele citados.

Está bem aos roubados, porque ficarão restituídos do que tinham perdido; está bem aos reis, porque sem perda, antes com o aumento de sua fazenda, desencarregarão suas almas. E, finalmente, os mesmos ladrões, que parecem os mais prejudicados, são os que mais interessam. Ou roubaram com intenção de restituir, ou não: se com intenção de restituir, isso é o que eu lhes digo, e que o façam a tempo. Se o fizeram sem essa intenção, fizeram logo conta de ir ao inferno e não podem estar tão cegos que não tenham por melhor ir ao Paraíso. Só lhes pode fazer medo haverem de ser despojados do que despojaram aos outros, mas assim como estes tiveram paciência por força, tenham-na eles com merecimento.²⁸⁷

Portanto, é claro o objetivo do autor de alertar especialmente os reis e príncipes sobre a necessidade de assegurar para que não haja furtos em seus reinos e que também possam ser justos na restituição das pessoas que foram de certa forma injustiçadas ou até mesmo roubadas. Porém, não descarta a hipótese de que se o objetivo do rei for a conservação do reino, este pode até agir com violência em relação aos seus súditos, exigindo deles o necessário para atingir este objetivo. Conclui que a justiça de sua doutrina deveria ser seguida, fazendo com que especialmente o rei português pudesse escutá-lo para manter a ordem e a justiça em seu reino de modo a atingir a sua conservação.

Este objetivo de Vieira persiste em seus escritos, mesmo bem próximo do fim de sua vida, quando escreve em 1689 uma carta ao Conde de Ericeira, D. Luíz de Meneses, autor de *Portugal restaurado* (1679), que narra as tribulações vivenciadas por Portugal desde a tomada de poder por D. João IV, até 1668, ano da assinatura da paz com Castela. Nesta pormenorizada narrativa, Vieira só é citado uma vez e em poucas linhas. Isso parece incomodar o jesuíta, que nesta carta enfatiza toda a sua atuação diplomática em favor da conservação do reino português nos termos que lhe pareciam mais justos, repetindo, portanto, os seus objetivos ao longo da década de 1640, que se mantêm vivos até a sua velhice. Em suma, Vieira dá sugestões para a reconstrução do reino luso, de modo que sua profecia acerca do Quinto Império ainda pudesse se realizar.²⁸⁸

Vieira inicia seu argumento mostrando que D. João IV não estava satisfeito com os avisos pouco coerentes dos embaixadores da França e da Holanda e desejou que o jesuíta o informasse do estado das coisas de Portugal com toda a “certeza, sinceridade e desengano, o

²⁸⁶ Idem, p. 127.

²⁸⁷ Ibid, p. 127-128.

²⁸⁸ Ibid, p. 241-242

que os embaixadores não faziam, querendo, com bom zelo, antes agradar do que entristecer, que era a moeda que então corria, tão falsa como perigosa”.²⁸⁹

Deste modo rebate os seus críticos que afirmavam que seus negócios haviam desvanecido, esclarecendo de que forma a sua primeira proposta ao reino português traria imensos benefícios aos lusos.²⁹⁰

Sua proposta era de novamente construir duas companhias de comércio nos moldes holandeses, uma oriental e outra ocidental,

[...] para que, sem empenho algum da real fazenda, por meio da primeira se conservasse o comércio da Índia, e por meio da segunda, o do Brasil, trazendo ambas em suas armadas, defendido dos holandeses, o que eles nos tomavam, e bastaria sustentar a guerra contra Castela.²⁹¹

O jesuíta vai além, afirmando que este negócio “não se desvaneceu, e somente tardou em se aceitar, até que a experiência desenganou aos ministros, que a princípio porventura o não capacitaram”. Mas a Companhia Ocidental teve muita eficácia e utilidade, trazendo ao Brasil os suprimentos necessários para sustentar a guerra contra Castela, não permitindo que esta voltasse a exercer domínio sobre o reino português. Além disso, esta empresa foi útil para restaurar Pernambuco e também para acudir com grandes cabedais as necessidades deste reino, abalado pela guerra.²⁹²

A partir daí o jesuíta faz referências a diversos negócios e propostas feitas por ele e aceitas pelo rei português de muito bom grado. Por exemplo, no período em que a Holanda invadiu o Brasil (neste caso específico, a Bahia), ele fizera uma proposta que fora criticada pelos ministros como estando muito crua. Vieira logo responde se referindo a um diálogo entre ele e o rei, que o chama de profeta. Desta forma o jesuíta afirma “que meu intento era que, vindo as fragatas de Holanda tivesse S.M. duas armadas, uma que ficasse em Portugal, e outra que fosse socorrer Bahia”; e não se passaram nem seis meses, quando o rei o mandou chamar de “Carcavelos, onde estava convalescente, a Alcântara”.²⁹³

Vieira faz questão de mostrar no escrito as palavras do rei proferidas a ele, especialmente quando o chama de profeta, enfatizando sua ação, o jesuíta insiste em mostrar aos ministros que o projeto que antes tinham como cru, era o que eles utilizaram naquele momento:

Sois profeta; ontem à noite chegou caravela da Bahia com que um padre da Companhia chamado Felipe Franco, e traz por novas ficar Sigismundo fortificado em Taparica. Que vos parece que façamos? Respondi: ‘O remédio, senhor, é muito fácil. Não disseram os ministros a V.M. que aquele negócio

²⁸⁹ Ibid, p. 242.

²⁹⁰ Ibid, p. 242-243.

²⁹¹ Ibid, p. 243.

²⁹² Ibid, p. 243-244.

²⁹³ Ibid, p. 246.

era muito cru? Pois os que então o acharam cru cozam-no agora'. Era mandado chamar o Conselho de Estado; e, porque não havia de acabar senão de noite, disse S.M. que me recolhesse à quinta, e tornasse ao outro dia Tornei, e soube que todo o Conselho tinha representado a importância de ser socorrida a Bahia [...].²⁹⁴

Outro projeto, de suma importância, incentivado pelo jesuíta para o reino português admitir, foi a entrega de Pernambuco aos holandeses no período em que este país invadiu parte do nordeste brasileiro. Vieira refuta a possibilidade de ser acusado de o negócio ter desvanecido, uma vez que esta campanha foi mandada por D. João IV a ele, que tinha por obrigação obedecer. A princípio, foi aceito pelo Conselho de Estado português, pela necessidade que havia a nação de manter a paz com a Holanda. Mas, após a chegada em Lisboa do sobrinho de Gaspar Dias²⁹⁵ com novas proposições e esperanças contrárias ao que em Holanda se tratava, ele, além de alvoroçar o povo, convenceu muitos conselheiros de Estado, a quem informava e dizia que se arrependessem do que tinham votado. O jesuíta lamenta sobre esta decisão dizendo que era uma “lástima que alguns deles soubessem tão pouco de Holanda e Pernambuco, que por ouvirem falar no Arrecife, diziam que tínhamos reduzidos os holandeses a um penhasco, dominando atualmente estes todas as costas do mar com dezessete fortalezas”.²⁹⁶

Mas o rei de Portugal, sabendo da impossibilidade de se fazer guerra com os holandeses, mandou Vieira redigir um papel,²⁹⁷ explicando aos portugueses sobre os mais diversos motivos para a entrega de Pernambuco aos holandeses, apesar dos acontecimentos posteriores e inesperados não confirmarem esta sugestão.²⁹⁸

Vieira conclui que os negócios enviados a ele pelo rei português eram muito diferentes do que se podia cuidar e poucos ministros sabiam do que realmente se tratava, ficando assim sujeitos a juízos e conjecturas errôneas. Mas na situação de muitos dos jesuítas, em geral, e de Vieira em particular, como consultor, aconselhador e confessor de reis, tal era a confiança depositada por D. João IV em seus negócios, que, segundo ele, não se desvaneceram. O rei continuou a encarregá-lo de negociações com vários países, como Paris, Roma, Holanda, acreditando mais em suas palavras do que a de muitos embaixadores e ministros para lidar com as pendências de seu reino.²⁹⁹ Aqui novamente detecto o empenho do jesuíta em oferecer

²⁹⁴ Ibid, p. 246.

²⁹⁵ Este homem era um cristão novo português que veio para a Holanda com Maurício de Nassau, mas depois se tornou agente do governo de Portugal.

²⁹⁶ Ibid, p. 251.

²⁹⁷ Aqui faço referência ao *Papel Forte* utilizado por Vieira na tentativa pragmática de fazer um acordo com os holandeses, envolvendo o Estado de Pernambuco e a conservação do reino português.

²⁹⁸ Ibid, p.251-252.

²⁹⁹ Ibid, p. 254.

ações pragmáticas de conservar o reino português, com o intento de realização de suas profecias acerca do Quinto Império. Especificamente nesta carta, Vieira tem a seu favor a confiança que D. João IV depositava em seu vigor e inteligência prática para lidar com os negócios do reino, o que sugere serem bem pensadas e prudentes as propostas de Vieira para com a sua nação neste período. Porém, como visto, elas não puderam se concretizar naquele momento, o que fará Vieira continuar a sua busca de realização do objetivo profético em torno do reino português.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho primeiramente busquei mostrar as bases proféticas de Vieira que me permitiram fazer uma análise do seu projeto imperial, especificamente do Quinto Império. Neste contexto, obras proféticas como a *Clavis Profetarum*, a *Apologia das coisas profetizadas* e principalmente a *História do Futuro* foram úteis nesta empreitada. Tomando como ponto de referência este último escrito, observei que a obra de Vieira deve ser enxergada em uma unidade e não em partes fragmentadas. O veio que une os escritos vieirianos é a sua profecia, especificamente a referente ao Quinto Império. A busca desta concretização o move a tomar muitas decisões práticas dentro e fora do reino luso. Estas ações, muitas vezes explicitamente políticas, estão expressas em alguns de seus escritos (o *Papel Forte*, por exemplo), demonstrando o seu verdadeiro anseio de transformar o reino português no tão sonhado Quinto Império do mundo.

Para ilustrar melhor o que seria este Império proposto por Vieira e de que modo ele agia para fazer valer sua argumentação, expliquei que tipo de História o missionário pretendia fazer, uma que falasse das coisas futuras, glórias e riquezas predestinadas desde longa data ao reino português, que ocorreriam no período contemporâneo ao que ele escrevia. Com uma explícita influência de autores antigos, canônicos ou não, ele afirma estar sendo favorecido por viver na época dos “grandes acontecimentos”. Desta forma se distingue dos demais intelectuais, pois nenhum deles abordou de forma tão sistemática e “racional” um tema que discorresse sobre o futuro.

Em sua narrativa, Vieira mostra o seu método para lidar com a escuridão e “trevas” representadas por este futuro e de que modo ele o desvendaria. Utilizando as profecias vistas no Antigo Testamento, desde Oséias até Malaquias e no Novo Testamento as do Apocalipse de São João, Vieira tece sua argumentação, enfatizando os principais fundamentos de sua História, baseadas nas Sagradas Escrituras, que têm como autor o próprio Deus. Deste modo, observa-se que o jesuíta, ao mesmo tempo comprometido em dizer a “verdade” através de um método único, ainda se apóia no princípio da onipotência divina, que está acima de todas as coisas.

No fim do primeiro capítulo e em todo o segundo abordei um pouco mais sobre a profecia a respeito do Quinto Império, as suas bases bíblicas e sobre o Rei Encoberto, que estava destinado a levar Portugal a um futuro repleto de glórias. Aqui destaquei a *Clavis Profetarum*, um escrito que reflete a consciência do jesuíta da não vinda deste Supremo Imperador tão

ênfático por ele na *História do Futuro* e na *Apologia das coisas Profetizadas* para traçar o destino português. Porém, mesmo com a perda da ênfase na figura deste imperador e, de certo modo, no destino reservado ao reino português, Vieira continua com a sua profecia (que perdura até os seus últimos dias), que, além da busca de esclarecimento de como se daria o Quinto Império do mundo, configurado no que ele denomina de Consumação de Cristo na terra, aborda o sentido universal que teria este império, a partir da difusão do cristianismo pelos apóstolos e posteriormente pela ordem jesuítica da qual fazia parte.

A partir de um entendimento maior desta profecia vieiriana, é que argumentei a respeito de alguns de seus escritos políticos, que refletem a sua intenção profética de construção do Quinto Império. Ao longo de sua vida e de acordo com a ocasião vivenciada pelo jesuíta, ele se aproveitava da situação em favor da conservação do reino português, primordial para ele e para a corte lusa. Através desta premissa (de conservação do reino) Vieira tenta um diálogo com os judeus, ao mesmo tempo em que busca convencer a corte portuguesa de aceitar este povo, para que, com seu capital, pudesse construir duas companhias de comércio nos moldes das que havia visto na Holanda, em suas viagens diplomáticas nos anos de 1646 e 1647.

Além deste exemplo de um possível apoio dos judeus para atingir o seu objetivo, expus vários outros exemplos no último capítulo que refletem o profundo desejo de Vieira para que a sua profecia referente ao futuro glorioso reservado a Portugal pudesse se concretizar, a partir de ações práticas propostas por ele. Um destes exemplos foi a negociação, tentada no *Papel Forte* em 1648, de ceder Pernambuco aos holandeses em troca da garantia de paz deste país com os portugueses, uma vez que o reino luso vivenciava um período próximo ao dos “grandes acontecimentos” e precisava se preparar para a vinda do Encoberto e para as conquistas posteriores, mas que não teriam possibilidade nenhuma de ocorrer caso Portugal estivesse em uma guerra contra Holanda.

Observa-se que em Vieira, assim como em Maquiavel, “os fins justificavam os meios”, pois para atingir um objetivo primordial, no caso do jesuíta, a conservação do reino português, qualquer ação que visasse este fim era muito bem vinda. Em toda sua vida a profecia referente ao Quinto Império esteve presente, assim como na maior parte de seus escritos e em suas ações políticas, havia este desejo ardente de realização do seu projeto imperial. Apesar deste desejo ter mudado com o passar dos anos (diminuindo a ênfase na figura do supremo imperador, por exemplo), a base profética e o anseio de que este presságio tivesse um alcance universal se mantiveram até o fim de sua vida. Estes fatores foram fundamentais para o entendimento da obra de Vieira em uma unidade, uma vez que a maior parte de suas ações fo-

ram analisadas aqui interagindo com o seu intuito de realização das profecias referentes ao Quinto Império.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antônio Vieira*. 2. ed. Lisboa, Clássica, 1931.
- _____. *A evolução do sebastianismo*. p.86. Apud. PALACÍN, Luis Gómez. *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 90-91.
- BANDARRA, Gonçalo Annes. *Bandarra descoberto nas suas Trovas*. Londres, W. Lewis, 1810.
- BATAILLON, Marcel. “Le Brésil dans une vision d'isaie selon le père Antonio Vieira”. *Bulletin des études portugaises*. XXV, 1964.
- BESSELAAR, José van den. “Antônio Vieira e Sua História do Futuro”. *Minerva*, Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, III, 1969.
- _____. *Antônio Vieira: profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.
- _____. *O Sebastianismo. História Sumária*. Lisboa, 1987.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BUESCU, M. Leonor. Carvalhão. “Introdução”. In: VIEIRA, Antonio. *História do Futuro*. (v. Bibliografia - V: Obras de Vieira).
- CANTEL, Raymond: "*Prophetisme et Messianisme dans l'Oeuvre d'Antoine Vieira*. Paris. Ediciones Hispano-Americanas. 1960." *Les Sermons de Vieira. Études du style*. Paris Ediciones hispano-americanas 1959.
- CARVALHO, Júlio. *O tecelão e o tecido*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- CIDADE, Hernani. *Padre Antônio Vieira*. Lisboa, Presença, 1985.
- DESCARTES, Rene. *O Discurso do Método*. 1Ed Local: L e PM, 2005.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição*. Rio de Janeiro: Editora COPPE/UFRJ, 1996.
- GOMES, Eugênio. *Shakespeare e Vieira*. Prata da casa. Rio de Janeiro, A Noite, s/d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HERMANN, Jacqueline. *No reino desejado: a construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII*. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

LEITE, Serafim. “Para a vida do Padre Antônio Vieira”. *Mensário do jornal do comércio*, XVII (2), fev.1942.

LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LINS, Ivan. *Aspectos do Pe. Antônio Vieira*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Edição de Ouro. 1966.

MEITH, J.C.S.B. *Os Jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. “Para uma teoria geral do Padre Antônio Vieira”. Palestra proferida no evento “Vieira Plural”, out, 1997. (Mimeo.).

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002. 368p.

_____. *A Ferida de Narciso: ensaio de uma história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. *Imagens do Brasil holandês 1630-1654*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional pró-Memória, 1987.

MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 2003.

MUHAMA, Adma Fadul. *Os Recursos Retóricos na Obra Especulativa de Antônio Vieira*. 1989. 193f. Dissertação (Mestrado em literatura brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, Serviço de Apoio Didático, São Paulo, 1989.

MURARO, V.F. *Padre Antônio Vieira: o profeta do Quinto Império*. São Paulo: Loyola, 2008.

O’MALLEY, John. *Os primeiros jesuítas*. São Paulo/São Leopoldo: Edusp/Unisinos, 2005.

PALACÍN, Luis Gómez. *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*. São Paulo: Loyola, 1998.

PAZ, Octavio. *Soror Juana Inés de la Cruz*. São Paulo: Mandarim, 1998.

PÉCORA, Antônio Alcir Bernárdez. *Teatro do sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo. EDUSP. 1996.

_____. *Escritos Históricos e Políticos/ Antônio Vieira*; estabelecimento dos textos, organização e prefácio feito por Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINHO, Leandro Garcia. *O Futuro Inacabado: A construção vieiriana da História do Futuro*. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, UNICAMP, São Paulo, 2001.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

SARAIVA, Antônio José. *O Discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: 17. Ed., 2005.

VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VILELA, Magno. *Uma questão de igualdade: Antônio Vieira e a escravidão negra na Bahia do século XVII*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

OBRAS DE VIEIRA

VIEIRA, A. *História do Futuro (livro Antepreimeiro)*. Ed. Crítica, prefaciada e comentada por J. van den Besselar, Munster, Ashendorff, Série Vieira texte, und Vieira Stuien, III, 1976.

_____. *Sermões*. São Paulo: Editora das Américas, 1957-1959. 24 vols.

_____. *Cartas*. Ed crítica e organizada por João Lúcio d' Azevedo, 3 volumes, Coimbra, 1925-1928.

_____. *Clavis Prophetarum (Chave dos Profetas)*. Ed. Crítica Arnaldo Espírito Santo, Lisboa, 2000.

_____. *Apologia das coisas profetizadas*. Ed. Fadul Muhama, Lisboa: Ed. Cotovia, 1994.

ARTIGOS

BORGES, Paulo Esteves. “Metáforas e Símbolos Escatológicos no padre Antônio Vieira”. *Revista Reflexão*, Campinas, v. 33, n. 93, p. 89-99, jan./jul. 2008.

BORGES, Paulo Esteves. “Padre Antônio Vieira: gênio e loucura”. *Revista Nova Águia*, Portugal, n. 2, p. 50-52, jul./dez. 2008.

BOSI, Alfredo. “Antônio Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição.” *Estudos Avançados*. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000300015&script=sci_arttext> Acesso em: 05. 12. 2008.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “A modernidade jesuítica e a História do Futuro de Vieira”. *Revista LOCUS*, 2001, pp.79-91.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “Vieira entre o tomismo e o maquiavelismo”. *Revista Multitextos CTCH-PUC RJ*. Rio de Janeiro, Ano 3, nº 9, p. 12-25, 2009.

DOMINGUES, Beatriz Helena & SOARES, Leonardo. “Padre Vieira e o debate acerca dos “Encobertos”: D. João IV ou D. Sebastião?”. (Número especial: Missionarismo, parenética e profetismo no quadricentenário Antônio Vieira). Feira de Santana: NEF: UEFS, n.º 22, jul.-dez. 2009. (No prelo)

DOMINGUES, Beatriz Helena. “Antonio Vieira entre o púlpito e a tribuna: algumas reflexões sobre “O Sermão do Bom Ladrão” e o “Papel Forte” In: *Revista do IHGB*, 2009 número especial comemorativo dos 200 anos de expulsão da Cia de Jesus do Brasil, Rio de Janeiro: Editora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (no prelo).

FRANCO, José Eduardo. “O Quinto Império de Vieira como sonho de regeneração de Portugal e do Mundo”. *Revista Reflexão*, Campinas, v. 33, n. 93, p. 31-47, jan./jul. 2008.

FRANCLIM, Sérgio. “A vida e o Quinto imperialismo padre Antônio Vieira”. *Revista Nova Águia*, Portugal, n. 2, p.56-60. jul./dez. 2008.

HANSEN, João Adolfo. “Vieira, estilo do céu, xadrez de palavras”. In: *Discurso 9*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.173-192.

MENDES, Margarida Vieira. “Vieira no cabo de não: Os Descobrimientos no livro *Antepri-meiro da história do Futuro*”. *Revista SEMEAR II*, 1991. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/2Sem_08.html>. Acesso em 03.12. 2008.

PINHO, L.G. O Escudo da “presciência”. *Revista dos alunos da Pós em Ciência da Religião*. Sacrilégs, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.99-123, 2004.

TEIXEIRA, Antônio Bráz. “Profecia e Escatologia em Antônio Vieira”. *Revista Reflexão*, v. 33, n. 93, Campinas, p. 11-21, jan./jul. 2008.